

# MESTRADO

---

## POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS

NATHAN MOREIRA

PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM PLEITOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI)

Chapecó/SC, 2019.

NATHAN MOREIRA

PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM PLEITOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Regionais e Transformação Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Rosana Maria Badalotti.

Chapecó/SC, 2019.

M835p Moreira, Nathan

Participação de jovens em pleitos eleitorais na região da associação dos municípios do Alto Irani (AMAI)/ Nathan Moreira ; Rosana Maria Badalotti (Orientadora)...-- Chapecó, SC, 2019.

121 f.: il. color.; 30 cm.

Dissertação (Programa de Pós graduação Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais). Universidade Comunitária da Região de Chapecó, ano 2019.

Inclui bibliografias

1. Pleitos eleitorais. 2. Política - Jovens. 3. Sociedade civil. I. Badalotti, Rosana Maria. II. Título.

CDD: Ed. 23 -- 320.85



**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ**  
**Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e**  
**Dinâmicas Regionais**

**PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM PLEITOS ELEITORAIS NA**  
**REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI**  
**(AMAI)**

**Nathan Busnello Moreira**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de  
**Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais**  
sendo aprovada em sua forma final.

---

Prof.<sup>a</sup> Rosana Maria Badalotti, Dra. em Ciências Humanas - Orientadora

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Myriam Aldana Vargas Santin, Dra. em Ciências Humanas

---

Prof.<sup>a</sup> Monica Hass, Dra. em Sociologia Política

Chapecó, 28 de março de 2019.

## AGRADECIMENTOS

A felicidade ao chegar na reta final deste curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* só faz sentido quando compartilhada com todos que de alguma maneira contribuíram durante estes dois anos de jornada.

Minha expressa gratidão neste importante momento de minha trajetória:

À Deus pelo dom da vida.

Aos meus pais por acreditarem na minha carreira acadêmica, principalmente no início.

A minha esposa Anagley, que sempre me incentivou e apoiou, muito obrigado.

Ao meu assessor parlamentar Douglas, pelo auxílio na transcrição das entrevistas.

Ao Carli Bortolanza, que colaborou no tratamento das tabelas e gráficos.

Ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, extensivo aos professores e professoras pelas suas valiosas contribuições em nossa formação.

Aos meus colegas do Mestrado, pelo companheirismo direto ou indiretamente.

À minha orientadora, Professora Dra. Rosana Badalotti pela orientação primorosa, pela compreensão, solidariedade, competência científica, disponibilidade, correções e sugestões relevantes no acompanhamento deste trabalho. Minha eterna gratidão pelo crescimento pessoal e profissional que me proporcionou. Terá sempre minha admiração e respeito por tudo.

E aos 17 jovens que entrevistei, pelo compartilhamento de suas riquíssimas experiências de vida.

“Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele deseja oferecer. Somente quem, frente a todas as dificuldades, pode dizer apesar de tudo! Tem a vocação para a política”.

Max Weber  
(intelectual, jurista e economista)

## RESUMO

A participação de jovens em diferentes esferas da política e da sociedade civil, contribui para a transformação do cenário político, o que tem permitido aos mesmos acessar espaços no Poder Legislativo em nível nacional, estadual e municipal. Ao analisar e identificando a contradição que existe entre os cidadãos, com ênfase nos jovens, no que diz respeito à vontade de viver numa democracia e a disposição a participar ativamente na política mostra importância e a necessidade atual de compreender melhor como se desenvolvem as atitudes que levam a uma participação contundente e responsável no sistema político, especialmente no engajamento na disputa eleitoral em âmbito municipal, tendo em vista que estudos sobre atividade parlamentar na esfera municipal ainda são escassos. Cabe destacar que apesar de a democracia não ter o seu esgotamento na participação partidária e nos processos eleitorais, estes têm sido, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da representação do cidadão perante a sociedade. Diante desta problemática, analisar quais aspectos motivam a participação de jovens em pleitos eleitorais na região da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) foi o objetivo desta dissertação. A base metodológica que orientou a pesquisa foi revisão documental e bibliográfica e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. A partir de uma abordagem complementar de natureza qualitativa e quantitativa. Neste estudo foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com 17 jovens candidatos do sexo masculino e feminino na faixa etária entre 18 e 29 anos que participaram dos pleitos eleitorais de 2012-2016 na região da AMAI em quatorze (14) municípios da região em questão. Como resultados, evidencia-se em relação ao perfil dos jovens candidatos da região AMAI, candidaturas de ambos os sexos, o que mostra o cumprimento da lei de cotas nº 9.504/97 que buscou fomentar a participação das mulheres, entretanto, quando se observa o número de candidatos eleitos há uma significativa desvantagem no que se refere ao pleito das mulheres. Outro aspecto relevante diz respeito a idade dos jovens candidatos, com ênfase para a faixa etária entre os 26 e 29 anos que possui o maior número de candidatos e sua relação com o espectro partidário, dados que estão em consonância com outros estudos. Os 106 candidatos identificados são de 16 partidos diferentes, sendo que apenas 25 foram eleitos e 81 não eleitos, caracterizando um índice de 24% de candidaturas eleitas. Entre os 25 eleitos, 23 foram homens e apenas 2 mulheres. A motivação em participar de pleitos eleitorais teve origem na influência da família, de um agente político e de querer contribuir com novas ideias para o município (convicção e motivação pessoal). Identificou-se que a maioria dos candidatos teve apoio da família e amigos, e, viabilizaram suas candidaturas, principalmente, com recursos pessoais e do partido. Sobre sua trajetória política, 53% dos jovens se candidatariam novamente, 35% sim e 12% não, sendo que esta trajetória foi constituída por 88% dos jovens a partir da participação em entidades, associações, clubes, antes de ser candidatos e destes quase 50% participou de mais de uma instituição. Entre os jovens vereadores eleitos, a comunicação deles com os eleitores é realizada de forma direta (face a face) e indireta (redes sociais e assessoria). Os jovens também afirmam como fundamental a inserção dos jovens nos espaços de decisão política, porém, muitas dificuldades são enfrentadas pelos jovens, a exemplo da falta de experiência e a resistência por parte da população. Por fim, este estudo se constitui um grande desafio para consolidar este processo de construção da participação juvenil da democracia na sociedade.

Palavras-chave: participação, jovens, pleitos eleitorais.

Fonte financiadora: FUMDES – Governo do Estado de Santa Catarina e Unochapecó.

## ABSTRACT

The participation of young people in different spheres of politics and civil society, contributes to the transformation of the political scenario, which has allowed them to access spaces in the Legislative Branch at national, state and municipal levels. In analyzing and identifying the contradiction that exists between citizens, with an emphasis on the young, regarding the will to live in a democracy and the willingness to participate actively in politics shows importance and the current need to better understand how the attitudes that lead to a strong and responsible participation in the political system, especially in the engagement in the municipal electoral contest, considering that studies on parliamentary activity in the municipal sphere are still scarce. It should be noted that although democracy has not been exhausted in party participation and in electoral processes, these have been fundamental aspects for the development of citizen representation in society. In view of this problem, the purpose of this dissertation was to analyze which aspects motivate the participation of young people in electoral campaigns in the region of the Association of Municipalities of Alto Irani (AMAI). The methodological basis that guided the research was documentary and bibliographic review and the application of semi-structured interviews. From a complementary approach of qualitative and quantitative nature. In this study, we conducted semi-structured interviews with 17 young male and female candidates between the ages of 18 and 29 who participated in the 2012-2016 electoral campaigns in the AMAI region in fourteen (14) municipalities in the region. As a result, it is evident in relation to the profile of the young candidates in the AMAI region, applications of both sexes, which shows compliance with quota law 9.504 / 97, which sought to encourage the participation of women. Number of candidates elected there is a significant disadvantage with regard to the women's lawsuit. Another relevant aspect concerns the age of the young candidates, with an emphasis on the age group between 26 and 29 years that has the largest number of candidates and its relation to the party spectrum, data that are in line with other studies. The 106 candidates identified were from 16 different parties, of which only 25 were elected and 81 were non-elected, with an index of 24% of the candidates elected. Among the 25 elected, 23 were men and only 2 were women. The motivation to participate in elections was due to the influence of the family, a political agent and to want to contribute new ideas to the municipality (personal conviction and motivation). It was identified that the majority of the candidates had the support of family and friends, and, made viable their candidacies, mainly, with personal and party resources. Of its political trajectory, 53% of young people would apply again, 35% yes and 12% no, being that this trajectory was constituted by 88% of the young people from participation in entities, associations, clubs, before being candidates and of these almost 50% participated in more than one institution. Among the young elected councilors, their communication with the voters is carried out directly (face to face) and indirectly (social networks and advice). Young people also affirm the importance of youth participation in political decision-making, but many difficulties are faced by young people, such as the lack of experience and resistance on the part of the population. Finally, this study constitutes a great challenge to consolidate this process of building youth participation in democracy in society.

Key words: participation, youth, electoral lawsuits.

Funding source: FUMDES - Government of the State of Santa Catarina and Unochapecó.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Gráficos:

Gráfico 1 - Sexo dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.....	55
Gráfico 2 - Idade dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.....	57
Gráfico 3 - Escolaridade dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.....	58
Gráfico 4 - Ocupação dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.....	59
Gráfico 5 - Estado civil dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.....	60
Gráfico 6 - Espectro Político dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.....	61
Gráfico 7 - Partido dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.....	62
Gráfico 8 - Resultados dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.....	62
Gráfico 9 - Município dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.....	64
Gráfico 10 - Município dos candidatos entrevistados.....	65
Gráfico 11 - Idade dos candidatos entrevistados.....	65
Gráfico 12 - Sexo dos candidatos entrevistados.....	67
Gráfico 13 - Religião dos candidatos entrevistados.....	68
Gráfico 14 - Raça dos candidatos entrevistados.....	69
Gráfico 15 - Escolaridade dos candidatos entrevistados.....	70
Gráfico 16 - Estado civil dos candidatos entrevistados.....	70
Gráfico 17 - Partido dos candidatos entrevistados.....	72
Gráfico 18 - Resultado dos candidatos entrevistados.....	73
Gráfico 19 - Participação em pleitos eleitorais dos candidatos entrevistados.....	74

### Quadros:

Quadro 1 - Porte dos municípios.....	20
Quadro 2 - Técnica, período e sujeitos da pesquisa.....	22
Quadro 3 - Agrupamento das questões por sessão temática.....	75

### Figuras:

Figura 1 - Mapa da Região da AMAI.....	51
--	----

### Tabelas:

Tabela 1 - Dados e indicadores dos 14 municípios pertencentes a região da AMAI.....	53
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALACIP - Associação Latinoamericana de Ciência Política  
ALAS - Asociación Latinoamericana de Sociología  
AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEISAL - Consejo Europeu de Investigaciones en America Latina  
CF - Constituição Federal  
DEM - Democratas  
ESEB - Estudos Eleitorais Brasileiros  
HAB - Habitantes  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LAPOP - Laboratório de Pesquisa sobre Opinião Pública  
LASA - Latin American Studies Association  
ONGs - Organizações Não Governamentais  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PMDB - Movimento Democrático Brasileiro  
PP - Progressistas  
PPS - Partido Popular Socialista  
PR - Partido da República  
PRB - Partido Republicano Brasileiro  
PRP - Partido Republicano Progressista  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSC - Partido Social Cristão  
PSD - Partido Social Democrático  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PTC - Partido Trabalhista Cristão  
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude  
TRE-SC - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1. Contextualização e justificativa do estudo.....	12
1.2. Percorso Metodológico.....	18
1.2.1. Caracterização/abordagem da pesquisa e etapas do estudo.....	18
1.2.2. Estrutura da dissertação.....	24
<b>2 PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLITICA DOS JOVENS</b> .....	25
2.1. Cultura política e os jovens.....	25
2.2. Participação política dos jovens na América Latina.....	29
2.3. Participação política dos jovens no Brasil.....	34
<b>3 O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E O SISTEMA POLÍTICO NO BRASIL</b> .....	39
3.1. Constituição do estado democrático de direito.....	39
3.2. Perspectiva histórica dos partidos políticos no Brasil.....	42
3.3. Filiação e percepções dos jovens sobre os partidos políticos.....	45
<b>4 PERFIL DOS JOVENS CANDIDATOS</b> .....	50
4.1. Universo da pesquisa - região da AMAI.....	50
4.2. Caracterização do perfil dos jovens candidatos nos pleitos de 2012 e 2016....	54
4.3. Caracterização do perfil dos jovens candidatos entrevistados.....	64
<b>5 PERCEPÇÕES DOS JOVENS DA REGIÃO DA AMAI SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO EM PLEITOS ELEITORAIS</b> .....	75
5.1. Contextos e motivos que influenciaram a participação em espaços políticos e em pleitos eleitorais.....	76
5.2. Apoio e viabilidade financeira para a candidatura.....	79
5.3. Construção da trajetória política e relações sociais.....	81
5.4. Avaliação dos vereadores eleitos sobre o poder legislativo e sua relação com o poder executivo.....	85
5.5. Participação dos jovens vereadores em pleitos eleitorais e sua relação com os eleitores.....	88
5.6. Projetos viabilizados, dificuldades e satisfações no exercício da função.....	90
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99
<b>ANEXOS</b> .....	106
ANEXO I - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	107
ANEXO II - Termo de consentimento para uso de imagem e voz.....	109
ANEXO III - Parecer consubstanciado comitê de ética em pesquisa.....	110
<b>APÊNDICES</b> .....	115
APÊNDICE I - Roteiro de Entrevista para Candidatos Não Eleitos.....	116
APÊNDICE II - Roteiro de Entrevista para Candidatos Eleitos.....	118

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1. Contextualização e justificativa do estudo

O interesse pela participação política da juventude, muitas vezes, tem origem no seio da família, com discussões incentivadas pelos pais, avós, tios, enfim. Há, no próprio ser humano, certa necessidade de participar, afinal ele é um ser social e sociável. Mas tanto o sentimento de pertença social, como o do despertar da capacidade de intervenção no meio em que se vive pela via da participação, ocorrem devido a uma educação cotidiana, travada nas instituições que mais têm referência na vida do jovem, ou seja, os amigos, a família e a escola (CALIARI, 2009).

Observa-se na literatura que a relação e por consequente a influência familiar não reflete apenas na participação do jovem, muitas vezes, também interfere na escolha de determinado partido e ideologia a ser seguida. Esse fato é abordado por Pais (1993), que teoriza a questão da influência dos pais, dos amigos e de instituições diversas na transmissão dos valores, ou seja, as características da família são incorporadas pelos jovens, tendo em vista, que muitos deles seguem um caminho já iniciado pelos seus pais ou até mesmo avós, como Pais (1993, p.39) denomina este processo de a “socialização contínua”.

Corroborando nesta lógica, Fuks (2012, p.93) “observa que o engajamento político dos pais afeta duplamente a participação dos filhos, de forma direta e indireta, motivando a busca de informação política”. Ou seja, um ambiente familiar participativo estimula conversas e o hábito de se informar nos meios de comunicação, os quais conduzem o jovem a um comportamento mais participativo.

Se de uma perspectiva aponta-se a influência familiar na escolha político-partidária por parte do jovem, outra identifica como fator preponderante para tal decisão a aproximação de amigos. Neste sentido Pais (1993) afirma que o relacionamento com pessoas da mesma geração, representa uma ruptura com a lógica estabelecida, de segmento e continuidade de valores passados da geração mais antiga para geração mais jovem, reproduzindo assim referência a uma atitude de incorporação de valores entre jovens da mesma época ou geração.

Diante do contexto apresentado demonstra-se que o jovem tem se orientado por questões familiares em sua decisão político-partidária, mas também em conformidade com grupos de amigos relacionados a sua geração. Em que pese os valores difundidos entre jovens em sua mesma geração tem levado a um caminho de descontentamento ao conservadorismo e ordem estabelecida dentro dos partidos políticos.

Diante deste cenário segundo Caliri (2009) os partidos estão buscando utilizar de inúmeras ferramentas, pode-se citar a institucionalização de espaços internos na agremiação partidária específicos para a juventude, sendo uma maneira para chamar a atenção do jovem e conseguir conquistar sua confiança a ponto da filiação partidária e posteriormente a disputa em pleitos eleitorais com enfoque na representação partidária dentro das esferas da administração pública, seja no executivo e principalmente legislativo.

De acordo com Castro (2008, p.257) a adesão de jovens à causa político-partidária está relacionada ao desejo de transformação social e à expectativa de um mundo melhor, mais justo, com menos desigualdades sociais, em que “as coisas possam estar menos erradas”. Através de entrevistas realizadas pelo autor à jovens filiados em partidos políticos, constata-se que a trajetória do jovem dentro do partido é construída de forma lenta, dando continuidade à sua história pessoal, com ênfase na preocupação com elementos da realidade social.

Evidencia-se frente ao exposto que a juventude carrega consigo uma causa humanitária antes de filiar-se a um partido político, motivado pelo desejo de uma mudança e intervenção direta na sociedade, anseio este preconizado muitas vezes por causas baseadas em movimentos estudantis e debates na escola visando mudanças em seu local de vivência.

Um fator importante encontrado por Castro (2008, p.258) refere-se aos jovens em suas distintas filiações partidárias, não havendo oposição ideológica notável: boa parte converge para princípios gerais como “melhorar os serviços públicos”, “combater a corrupção”, “dar melhor educação às crianças e aos jovens”.

Conforme aponta Camino (1996), “a contradição existente entre a vontade de viver numa democracia e a disposição a participar ativamente na política mostra a necessidade atual de entender melhor como se desenvolvem, nos cidadãos, as atitudes que levam a uma participação responsável no sistema político” (p. 14). Essa é uma das razões que justificam a importância de se analisar a participação de jovens nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016 na região da AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani.

Rocha (2014) afirma com base no estudo do “Perfil de Jovens Eleitos para a Câmara dos Deputados (2003 - 2011)” que a militância em partidos revela ser de fundamental importância para pleitear cargos em empreendimentos eleitorais coletivos, se consagrar como possível candidato (a), além de trunfos como valores éticos e bandeiras sociais, transferidos pela identificação partidária.

No caso específico da identificação partidária no âmbito das juventudes, a ideia de “boa parte da sua vida na organização do partido” faz algum sentido se relativizada: dada a pouca idade destes sujeitos, a principal experiência de espaço político a qual é possível se engajar são de fato os espaços do movimento estudantil, fortemente permeados por juventudes partidárias. Neste sentido, estes espaços possivelmente figuram como *locus* privilegiado de aprendizagem e atuação política (VASCONCELOS, 2011, p.36-37 apud ROCHA, 2014, p. 114).

Em estudo realizado por Kerbauy (2005) que traçou o perfil de carreira dos vereadores do país todo, entre as informações obtidas, ressalta-se um certo fenômeno de rejuvenescimento da classe política, tendo a maioria dos vereadores entre 30 e 50 anos de idade.

A participação política envolve a possibilidade de influenciar de forma efetiva as políticas locais, regionais, nacionais e internacionais, não apenas reivindicando e usufruindo dos programas existentes, criados pelo Estado e seus atores, mas está calcada a partir da ação intencional para impactar na agenda pública, mediante participação legal no sistema representativo, a partir do voto, nas campanhas, nas eleições e na estrutura legislativa, conforme Silva e Sarreta (2015).

Considerando esta problematização inicial, torna-se necessário realizar estudos que permitam responder os motivos que levam os jovens a engajarem-se em um partido político e participarem da política, com ênfase na disputa eleitoral em âmbito municipal e regional, na medida em que estudos sobre a atividade parlamentar na esfera municipal são escassos (VALLE, 2017).

Apesar de a democracia não se esgotar nos processos eleitorais e na participação partidária, estes têm sido, conforme aponta Pérez (2006), aspectos importantes para o desenvolvimento da representação e da participação cidadã. Por isso, da relevância em abordar o contexto teórico do envolvimento político da juventude e discutir as razões declaradas pelos jovens para a sua filiação partidária e posterior candidaturas.

A maioria dos estudos existentes discute o engajamento e participação dos jovens sob a perspectiva dos movimentos estudantis, forma característica de participação política

desse grupo social. Em outra perspectiva, este estudo propõe investigar os motivos que envolvem a participação de jovens em pleitos eleitorais.

Diante do exposto, a realização do estudo se justifica, pois, fornecerá informações para o campo de pesquisa sobre a participação do jovem na atividade legislativa na região da AMAI, haja vistas, que são escassos os estudos sobre esta temática no estado de Santa Catarina e na região Oeste, conforme levantamento realizado nas fontes científicas: Catálogo de Teses e Dissertações do CAPES, Google Acadêmico e Scielo.

Entre as fontes de Teses e Dissertações do CAPES utilizadas neste estudo, segue em ordem cronológica às utilizadas (área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: JUNIOR (2005); MIZUCA (2007); BERTOLLO (2008); CALIARI (2009); ASSIS (2009); BRENNER (2011); NICOLETTI (2013); QUEIROZ (2013), no Google Acadêmico e Scielo foram encontrados as fontes oriundas de artigos, textos para discussões, capítulos de livros, revistas e resumos, ambos baseados nas áreas da Ciências Humanas e Sociais e no Planejamento Urbano e Regional.

O estudo justifica-se também para colaborar na atuação do pesquisador, que é vereador no município de Xanxerê e professor universitário. O interesse pelo tema de pesquisa está ligado diretamente pela função que o pesquisador exerce, sendo que o estudo o apoiará no papel de sua representação, bem como nas demais funções legislativas e principalmente na troca de experiências com demais parlamentares, especialmente os jovens. Na docência cabe destacar a importância da qualificação através de uma pesquisa desta natureza, podendo o pesquisador fazer uma relação transversal às configurações da região, tendo suas atividades enquanto docentes ligada aos cursos das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

De acordo com Valle (2017, p. 25) identifica-se diante da análise da literatura que a atividade parlamentar na esfera municipal tem sua relevância, entretanto não é tratada da mesma maneira que as outras esferas (estadual e nacional). Isto porque “boa parte das pesquisas desenvolvidas no Brasil (sobre a representação política a partir da atividade legislativa) é voltada para estudos que abordam, em sua maioria, as esferas nacional ou estadual”.

Considerando esta problemática, compreender os fatores que motivam ou inviabilizam a presença de jovens nos pleitos eleitorais torna-se importante, pois, os municípios a partir da Constituição de 1988 instituíram-se como entes federados, com isso ampliou-se a sua importância nas relações políticas no Brasil. Corroborando nesta direção Valle (2017, p.26) destaca “para o fato de que a atividade parlamentar na esfera

municipal tem sua relevância” mesmo não recebendo o tratamento proporcionado as esferas estadual e nacional.

A participação de jovens em pleitos eleitorais se torna importante também, na medida em que se observa o aumento significativo desta população. Este aumento pode ser verificado a partir das décadas de 1970 e 1980, sendo que em 2000 a população de jovens entre 15 a 29 anos era de 47 milhões e em 2010 esta faixa etária atingiu um número de 51 milhões de jovens segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2009).

Com relação a esta representação importa reiterar conforme observado na pesquisa do Ipea (2009) onde constatou-se que cerca de  $\frac{1}{4}$  da população brasileira é composta por jovens pesquisas que abordam a participação de jovens na política são fundamentais, o que justifica a relevância acadêmica e social em investigar a participação do jovem na atividade legislativa municipal.

A definição da faixa etária fundamentou-se tanto na classificação internacional definida pela UNESCO, como na do governo federal brasileiro quando criou o Conselho Nacional de Juventude com responsabilidade sobre as políticas públicas voltadas aos jovens, ambas definiram jovens entre 15 aos 29 anos.

Também importa destacar que existem diferentes conceitos sobre juventude<sup>1</sup>, de acordo com Brenner (2011) as sociedades projetam as expectativas de continuidade das tradições ou transformações sociais, conforme aquilo que se valoriza no jogo entre conservação e modernização social, cultural e política. Nessa perspectiva os jovens se situam entre a execução de pautas externamente concebidas e a possibilidade de construção de campo de autonomia pessoal e coletiva.

Segundo a concepção de Valle (2017) os estudos realizados nos últimos anos baseados no comportamento legislativo progrediram significativamente, principalmente no meio acadêmico, possibilitando avanços acerca do tema. Porém, cabe destacar que estes estudos tiveram atenção a questões relacionadas sob a compreensão da relação existente entre os Poderes Executivo e Legislativo e a maneira como organiza-se a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, isto no que tange as esferas federal e estadual.

---

<sup>1</sup>A juventude é uma condição da modernidade. No debate sobre as gerações está suficientemente evidenciado que a institucionalização dos ciclos de vida "inventou" socialmente os conceitos de infância e juventude (Ariés, 1978; Feixa, 1998).

O autor enfatiza a despeito do Legislativo na esfera municipal que, “contudo, não houve o mesmo interesse. Ao contrário, percebemos que as análises do funcionamento, da organização e do papel do Poder Legislativo no município avançaram muito pouco no mesmo período” (VALLE, 2017, p. 26).

Portanto, este estudo justifica-se em razão da reflexão sobre a função legislativa que conforme Silva (2010, p. 139) “esquemáticamente, podemos dizer que as funções fundamentais do Poder Legislativo são a de representação, a de legislação, a de legitimação da ação governamental, a de controle, a de juízo político e a constituinte”. Cabe um destaque para a função de representar, que segundo Silva (2010, p.139) “a ideia de representação foi, pois, o móvel que causou não só o surgimento, mas também a estrutura do Poder Legislativo”.

Para analisar a participação dos jovens em pleitos eleitorais, foram delineados os objetivos que guiaram a presente pesquisa. O objetivo geral propôs analisar a participação de jovens nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016 na região da AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani. E os objetivos específicos buscaram trazer para a discussão alguns pontos importantes para a análise pretendida no objetivo geral. Foram objetivos específicos deste estudo: a) caracterizar o perfil dos jovens candidatos (as) eleitos e não eleitos em pleitos eleitorais na região da AMAI; b) investigar os contextos e motivos (políticos, sociais e culturais) que influenciam a inserção de jovens em pleitos eleitorais; c) entender as percepções dos jovens vereadores eleitos sobre a atuação legislativa.

O presente estudo está vinculado à linha de pesquisa 2 (Dinâmicas Regionais e Transformação Social) do Programa de Pós-graduação (Mestrado Profissional) em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), que está voltado para estudo e intervenção na diversidade de dinâmicas regionais e locais, produzidas por um amplo espectro de atores envolvidos nas transformações econômicas, socioambiental, culturais e subjetivas na região. São focados processos de mobilização, movimentos e participação social, formas de organizações comunitárias e de grupos tradicionalmente excluídos, questões rurais concernentes à vida no campo e à sucessão familiar na agricultura, questões urbanas ligadas à segurança e uso de tecnologias com suas consequências para a vida, bem como a luta pelos direitos sociais e o direito à cidade.

## 1.2. Percurso Metodológico

Ao comprometer-se com o processo de pesquisa, é necessário abrir o debate para alguns pontos que dialogam com o pesquisador durante a caminhada. A construção do conhecimento está situada em um campo científico que, segundo Bourdieu (1983), é produto do meio social, permeado por relações de monopólio, disputas de poder, interesses particulares e lucros (sejam simbólicos ou reais). Estas relações encontram-se engendradas em qualquer outro campo social, demonstrando que, muitas vezes, estes arrolamentos interferem no universo puro das ciências, ou seja, não há "neutralidade" diante de tantas interferências.

Diante desta ideia inicial com relação ao campo científico, remete-se a Minayo (2014), quando a autora apresenta como a difícil tarefa de produzir ideias, transformando-as em conhecimento. Segundo a autora, viver em uma época de aceleradas transformações impõe as instituições de pesquisas, o desafio de reorganizar e readequar os modos de fazer ciência, tanto em termos metodológicos da produção científica, quanto no que tange ao perfil dos pesquisados e instituições, na forma como organizam, financiam e avaliam suas pesquisas.

Nesta direção de tentar olhar para a realidade de maneira que possa contribuir com a sociedade, esta pesquisa buscou construir interpretações na/com a realidade, permitindo-se ser instrumento de informação a serviço das pessoas.

### 1.2.1. Caracterização/abordagem da pesquisa e etapas do estudo

Cabe ressaltar que se trata de um estudo complementar, ou seja, qualitativo e quantitativo, com objetivo principal de analisar a participação de jovens em pleitos eleitorais na região da AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificada.

Para Minayo e Sanches (1993) na discussão sobre a complementaridade dos métodos qualitativos e quantitativos, os autores definem que ambas as abordagens são necessárias, porém, em muitas circunstâncias, insuficientes para abarcar toda a realidade

observada. Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares, sempre que o planejamento da investigação esteja em conformidade.

Nesta direção o conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação. O método tem, pois, uma função fundamental: além do seu papel instrumental, é a própria alma do conteúdo, e significa o próprio caminho do pensamento. Assim, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993).

Este estudo foi dividido em etapas durante o período da pesquisa. Na primeira etapa foi realizado levantamento documental e bibliográfico que buscou compreender o tema através de diferentes autores e fontes de dados objetivando proporcionar maior familiaridade com o problema.

Na primeira etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002, p. 32) trata-se de:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Ainda na primeira etapa também se realizou pesquisa documental definida por Fonseca (2002, p.32) como:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Na primeira etapa realizou-se pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos, páginas de web sites) e documental (tabelas estatísticas do TRE-SC). Nesta etapa realizou-se um levantamento sobre o perfil dos candidatos nos pleitos eleitorais 2012 e

2016 (50 candidatos em 2012 e 56 em 2016, totalizando 106 candidatos nos pleitos pesquisados) na faixa etária entre 18-29 anos dos quatorze (14) municípios da região da AMAI.

Para análise do perfil dos candidatos da região da AMAI, utilizou-se de alguns parâmetros e critérios com finalidade de identificar as semelhanças e diferenças entre os participantes dos pleitos eleitorais, conseqüentemente, observando a dinâmica e protagonismo da região. Para a leitura descritiva de cada município, serão destacadas as principais informações do pleito, tais como: sexo, idade (dividida em três faixas etárias: 18-21; 22-25; 26-29), escolaridade, ocupação, estado civil, partido, eleito ou não e municípios que serão divididos conforme tabela do IBGE (2011) que dispõe sobre os municípios por faixa de tamanho populacional, desta forma busca-se ter uma melhor compreensão do perfil dos candidatos.

Na segunda etapa foram realizadas, entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa (APÊNDICE I – para os candidatos não eleitos e APÊNDICE II – para os candidatos eleitos) sendo que se definiu como critérios para entrevistar candidatos de municípios de diferentes portes (pequeno, médio, grande).<sup>2</sup>

#### Quadro 1 - Porte dos municípios

Quantidade	Município	Nº Habitantes	Porte
1	Lajeado Grande	Até 2.000 hab	Pequeno
6	Bom Jesus, Entre Rios, Marema, Ouro Verde, Passos Maia e Vargeão	2.001 a 5.000 hab	Pequeno
2	Ipuacu e São Domingos	5.001 a 10.000 hab	Pequeno
3	Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes e Ponte Serrada	10.001 a 20.000 hab	Médio
2	Xanxerê e Xaxim	20.001 a 50.000 hab	Grande

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

O Quadro 1 apresenta a divisão dos 14 municípios que compõem a região da AMAI, com destaque para o porte dos mesmos, sendo que até 10.000 habitantes o município se enquadra em pequeno porte (9 municípios); dos 10.001 hab até 20.000 é médio porte (3 municípios) e de 20.001 até 50.000 hab de grande porte (2 municípios).

<sup>2</sup>Tabela do IBGE (2011) que dispõe sobre os municípios por faixa de tamanho populacional.

Para corroborar nesta perspectiva da entrevista semiestruturada, importa trazer a definição de Triviños (1987, p. 146):

Questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Ao total foram realizadas 17 entrevistadas (com 9 eleitos e 8 não eleitos), configurando uma amostragem de candidatos de 10 municípios (Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Faxinal dos Guedes, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Vargeão, Xanxerê e Xaxim), sendo, 7 entrevistados de municípios de pequeno porte; 4 de médio; e 6 de grande porte. Buscou-se também definir os entrevistados pela sua diversidade (gênero, município, escolaridade, faixa etária, profissão, entre outros) para que houvesse a maior contemplação possível das diferenças, igualdades e singularidades.

As entrevistas foram realizadas no local mais adequado e viável conforme escolha dos participantes (local de trabalho, casa, entre outros). A gravação das falas dos entrevistados realizou-se através de gravador de voz digital. Os sujeitos entrevistados no ato da entrevista assinaram os termos (termo de consentimento livre e esclarecido e o termo de consentimento para uso de imagem e voz) conforme anexos.

Para comunicação com os sujeitos participantes foi utilizando de contato telefônico, redes sociais e site das câmaras. O processo de contato com os candidatos de maneira geral foi facilitado devido ao auxílio das redes sociais e sites das Câmaras de Vereadores. Através do contato foi realizado o agendamento das entrevistas, que ocorreram nos meses de dezembro/2018 e janeiro/2019, de segunda-feira a sexta-feira no horário comercial.

As entrevistas foram riquíssimas, cada contato teve sua particularidade, sendo que cada município conta com suas especificidades, em especial, pelos locais que ocorreram as entrevistas, desde casas, locais públicos até no trabalho.

Ouvir o relato de cada jovem candidato, levou a uma experiência sem igual, saber das dificuldades, empenho, superação de paradigmas, foi algo que elevou a reflexão sobre a região, política, juventude, mas sobretudo da vida, algo que deixa uma mensagem inspiradora.

**Quadro 2 - Técnica, período e número de sujeitos por município**

<b>Técnica de pesquisa</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Data de aplicação</b>	<b>N ° de Sujeitos</b>	<b>Município</b>
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	10/12/18	1	Abelardo Luz
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	10/12/18	1	Bom Jesus
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	11/12/18	3	Faxinal dos Guedes
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	12/12/18	1	Coronel Martins
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	13/12/18	1	Lajeado Grande
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	13/12/18	1	Marema
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	14/12/18	2	Ouro Verde
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	21/01/19	1	Vargeão
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	22/01/19	4	Xanxerê
Entrevista	Roteiro de Entrevista Semiestruturado	23/01/19	2	Xaxim

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

O quadro acima explicita a técnica de entrevista e o instrumento utilizados na pesquisa, o período (dezembro/18 a janeiro/19) da aplicação e a quantidade de sujeitos por município.

Após a aplicação das entrevistas, chega-se a última etapa, que corresponde a análise e interpretação dos dados, sendo para esta etapa se utilizou da análise de conteúdo temático de Minayo (2001, p. 74):

A técnica de análise de conteúdo, atualmente compreendida muito mais como um conjunto de técnicas, pode-se destacar duas funções na aplicação da técnica. Uma se refere à verificação de hipóteses e/ou questões. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

Nesta direção Minayo (2001) também enfatiza que as duas funções da técnica de análise de conteúdo podem se complementar, e serem aplicadas a partir dos princípios tanto da pesquisa quantitativa como da qualitativa.

As questões contidas nos roteiros de entrevista foram classificadas em núcleos temáticos, considerando a relação entre as mesmas. O primeiro conjunto está composto pelo agrupamento das questões 1, 2, 3 e 4 e referem-se aos motivos que influenciaram a participação na política e nos pleitos eleitorais; o segundo núcleo aglutina as questões 5, 6 e 7 que abordam sobre o apoio e viabilidade financeira para a candidatura; o terceiro compreende as questões 8, 9 e 10 que trata acerca da votação recebida diante da sua construção de relações sociais e se seria candidato novamente; já no quarto composto pelas questões 11, 12 e 13 refere-se a avaliação do poder legislativo e sua relação com o poder executivo; o quinto conjunto constituído pelas questões 14, 15 e 16 aborda sobre a concepção dos jovens na política e sua relação com os eleitores; por fim o sexto núcleo se refere as questões 17, 18 e 19 que trata sobre os projetos viabilizados e as dificuldades e satisfação no desempenho da função.

Cabe salientar que foram aplicados dois roteiros de entrevista (APÊNDICES I e II) sendo que a diferença entre eles se refere as questões sobre a perspectiva da atuação legislativa, no caso este núcleo temático constituído pelas questões 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 foi aplicado somente para os nove (9) candidatos eleitos, que exerceram/em o mandato.

Todos os instrumentos foram elaborados e anexados ao projeto que orientou esta pesquisa, passando pelo processo de qualificação por uma banca examinadora e em seguida encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Foi cadastrado na Plataforma Brasil sob o protocolo número 94777218.2.0000.0116 e aprovado sem ressalvas conforme o consubstanciado nº 2.841.075 de 24 de agosto de 2018 (ANEXO III). Ressalta-se que em respeito aos preceitos éticos de sigilo e resguardo da identidade dos voluntários deste estudo, ao referenciar suas falas e colocações foram utilizados apenas de identificação (J1 a J17<sup>3</sup>).

---

<sup>3</sup>Os jovens entrevistados receberão nomes fictícios, identificados por: J1, J2, J3, J4, J5, J6, J7, J8, J9, J10, J11, J12, J13, J14, J15, J16, J17

### 1.2.2. Estrutura da dissertação

Realizadas às discussões iniciais e a problemática deste estudo, bem como o percurso metodológico nesta introdução, torna-se fundamental apresentar sobre a composição dos conteúdos abordados no desenvolvimento da dissertação. Em termos didáticos, o trabalho foi dividido em três capítulos que representam a trajetória de pesquisa considerando as diferentes etapas, instrumentos adotados e achados empíricos.

O primeiro capítulo intitulado “Participação e cultura política dos jovens” aborda em um primeiro momento elementos relativos a teoria da cultura política para situarmos neste campo de debate as orientações, valores, percepções e atitudes das pessoas em relação ao sistema político, atores e instituições envolvidas no mesmo. Esta abordagem nos auxilia na compreensão sobre o processo de participação dos jovens com destaque para o seu protagonismo em diferentes espaços, bem como seus movimentos em busca da transformação da realidade. Este capítulo de cunho teórico, busca, portanto, destacar as principais categorias de análise do estudo: cultura política, participação e juventude.

No segundo capítulo, intitulado “O estado democrático de direito e o sistema político no Brasil”, a ênfase se refere à constituição e papel do Estado Democrático de Direito e sua relação com o sistema político no Brasil. Ressalta-se também o papel importante que o sistema político exerce no modelo de Estado democrático, principalmente no que se refere ao respeito das liberdades civis e aos direitos fundamentais. Neste capítulo também buscou-se aprofundar sobre a relação dos jovens com a política-partidária, principalmente, no que tange as influências para ingressar em um partido político. Outro elemento importante que será destacado na discussão trata-se das percepções da juventude sobre os partidos políticos, tornando-se fundamental para a base teórica para o desenvolvimento da presente pesquisa.

## 2 PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS

### 2.1. Cultura política e os jovens

Do ponto de vista da teoria da cultura política, Estado e sociedade são entidades separadas que se integram por meio de instituições intermediárias formais e informais via processo de socialização política, conforme Baquero (2003). Daí a importância de se analisar e pesquisar percepções relacionadas ao tema participação, em especial no caso de jovens, para identificarmos posicionamentos dos cidadãos diante dessas instituições, bem como seu grau de legitimidade no sistema político.

Como frisa Baquero (2010, p. 6) a cultura política se refere:

Às orientações e atitudes políticas das pessoas em relação ao sistema político e seus diferentes componentes e às atitudes em relação ao seu papel no sistema. Desse modo, cultura política se refere às normas, valores e crenças que são internalizados pelos cidadãos, por meio do processo de socialização política e que operam em três dimensões: (1) a cognitiva - conhecimento sobre política; (2) a afetiva - sentimentos de apoio ou rejeição à política e (3) a avaliativa - julgamentos sobre os objetos políticos.

A produção acadêmica sobre esta temática, nos últimos anos, tem experimentado uma expansão importante, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Presentemente, o Brasil conta com bancos de dados referentes à pesquisas de cultura política, tais como o ESEB (Estudos Eleitorais Brasileiros) e o LAPOP (Laboratório de Pesquisa sobre Opinião Pública), que têm propiciado subsídios importantes para um melhor entendimento a respeito de como os brasileiros constroem suas representações sobre a política e as instituições políticas, identificando algumas regularidades no comportamento político do brasileiro (BAQUERO, 2010).

Nesta perspectiva, evidencia-se que o estágio dos estudos sobre cultura política possibilita afirmar, conceitualmente, segundo Baquero (2010) que o termo designa a síntese heterogênea e, às vezes contraditória, dos valores, informações, juízos e expectativas que conformam a identidade política dos cidadãos, dos grupos sociais e das organizações políticas. Com base nessa premissa cultural surgem hábitos, costumes, opiniões, predisposições e formas de comportamento que dão um significado empírico à

relação entre Estado e sociedade, a partir da forma como as pessoas decodificam a política.

De acordo com Baquero (2010, p.7) na área de cultura política existe:

Uma multiplicidade de pesquisas sendo realizadas sobre diversos temas entre os quais, socialização política, ideologias políticas, participação política e partidos políticos. Todos esses temas de cultura política, de maneira geral, centram suas atenções no processo eleitoral. Embora existam divergências, principalmente entre a linha institucionalista e a abordagem da cultura política a respeito de qual dimensão é a variável independente e a dependente no processo de construção da democracia, não há grandes polêmicas sobre a importância de compreender como se constitui uma base normativa de apoio à democracia.

Nesta direção, é pertinente agregar a pesquisa Latino Barômetro (2012), na qual, demonstram que os/as jovens têm perdido a fé na habilidade e capacidade dos governos para resolver os problemas do país. Assim, apesar dos avanços institucionais que ocorreram, continua a existir no país uma lacuna: a participação política dos jovens não tem se traduzido em participação social.

De maneira geral, os jovens não se sentem representados nos discursos ou nas políticas públicas, não participam nem debatem temas-chave de natureza política. A pesquisa também indicou que os partidos também foram percebidos como espaços pouco permeáveis à participação de jovens e onde eles sentem a maior possibilidade de haver manipulações e corrupção.

Por outro lado, os jovens pesquisados afirmaram que se enxergariam mais facilmente engajados em formas menos institucionalizadas de participação ainda que percebam estas como meios menos eficazes de resolver os problemas sociais, culturais e políticos do Brasil se comparadas com formas mais institucionalizadas, tais como os partidos políticos, de acordo com a Pesquisa (LATINO BARÔMETRO, 2012).

Tais informações remetem a concordância do autor Augusto (2008, p.164), em que os jovens tendem a olhar a política como “o que acontece no parlamento” e não tanto como “algo que afeta minha vida”. Não se trata de apatia, mas de um modo próprio da juventude de se relacionar com os processos democráticos. Desse diagnóstico é que resultariam as crescentes incoerências entre os modelos de ação da política institucionalizada e as práticas sociais, revelando que o poder que as instituições dispõem para dar sentido às biografias individuais está em declínio, afirma Augusto (2008).

Nesse processo, é necessária a ressalva de que os jovens têm se afastado da política institucionalizada, mas não da democracia. Para os jovens, a democracia surge associada

a um desejo de liberdade e autonomia que é inteiramente congruente com as perspectivas de renovação da democracia. Por outro lado, salienta-se que a democracia está mais estreitamente vinculada ao plano existencial dos jovens e não ao plano político. Deste modo, Augusto (2008, p.164) destaca que é necessário “não confundir desinteresse pela política com desinteresse pelos mecanismos formais e institucionais da política, em particular os partidos e as elites que as lideram”.

Outro fator que deve ser considerado no processo da contextualização, é o da situação atual, que vem se arrastando por longas décadas, como já frisava Castro e Vasconcelos (2007, p. 79):

O debate sobre participação é particularmente contaminado no Brasil de hoje, considerando a conjuntura política, as denúncias de corrupção e o mau uso da coisa pública, assim como as notícias e a tendência ao escândalo sobre tais fatos, tão ao gosto de uma sociedade de espetáculo.

De fato, “participação sugere pertencimento, reconhecimento, exercício do direito de ser sujeito, cidadania por construção de democracia, então não depende somente dos jovens e de suas entidades” identifica Castro (2007, p. 105).

A relação entre juventude com o sistema democrático é entendida através de Baquero (2012) como:

Em síntese, parece ser possível afirmar que outra relação com a política vem se (re) desenhando junto a juventude, marcada por traços de participação política, que vão na contramão do apoio à política institucionalizada e se encaminham na construção de um novo paradigma, baseado não mais em parâmetros socioeconômicos e político-ideológicos, mas em parâmetros éticos existenciais, nos quais a mudança pessoal faz parte da mudança coletiva.

Em pesquisa realizada por Baquero (2010) os jovens entrevistados veem a democracia como algo positivo, uma forma ideal de um sistema político, embora compartilhem conceitos diferenciados entre si. Alguns equacionam democracia com liberdade, outros com ordem, outros ainda, com igualdade. As demais respostas associaram democracia com eleições, respeito às leis, forma de governo e progresso. Além disso, os dados sugerem que os jovens divergem sobre o significado de democracia: se dividem entre os que a veem na dimensão formal e aqueles que a concebem na dimensão de conteúdo. “Há, no entanto, uma convergência sobre a importância de incorporar a dimensão social na definição da democracia”. É importante salientar que as desigualdades, injustiças sociais e pobreza moldam as visões de democracia para muitos jovens.

Neste cenário remete-se a juventude no aspecto contemporâneo, que segundo Carrano (2012) uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social. Sem dúvida, os jovens são atores-chave desses processos e interagem com eles algumas vezes como protagonistas e beneficiários das mudanças e por outras vezes sofrem os prejuízos de processos de “modernização”, produtores de novas contradições e desigualdades sociais.

De acordo com Carrano (2012, p.85) é importante ressaltar às preocupações acerca da juventude, sendo que:

As preocupações com a juventude se orientam em grande medida pela percepção de que as próprias sociedades se inviabilizam com a interdição do futuro das gerações mais jovens. Sobre esta juventude ameaçada se depositam também as esperanças da renovação, muitas vezes idealizando-se uma natural capacidade dos jovens para a participação, a transformação e a mudança.

Percebe-se através da crítica de Carrano (2012) que a participação é um processo muito mais complexo, quando o autor afirma que são diferentes formas, espaços e tempos de participação de baixo impacto nas decisões sendo encontrados no âmbito das famílias, dos ambientes de trabalho, da escola, das mídias, dos mercados e em muitos espaços públicos concebidos por governos para a “participação juvenil”. Contudo, é muito raro encontrar abertura para de fato ocorrer processos participativos mais diretos e que conseqüentemente possam influenciar decisivamente os rumos das instituições.

Nesta discussão torna-se fundamental abordar a influência da mídia digital nesta participação política dos jovens. Nesta direção buscou-se em Rossini e Leal (2013, p.10) um amparo para a discussão, os autores basearam-se na perspectiva de Popkin (1994) remetendo ao entendimento de que:

Popkin acredita que os processos decisórios são orientados por racionalidade de “baixa-informação” ou “gut rationality”, o que significa que os eleitores incorporam ao raciocínio político o que aprendem nas campanhas, na cobertura da imprensa, na vida cotidiana, nas experiências do passado e nas relações sociais. Devido ao elevado custo – em termos de investimento de tempo e energia – de ser bem informado, em contraste com a baixa percepção de retorno das decisões políticas, muito do que as pessoas utilizam para avaliar o contexto político é baseado no aprendizado e nas observações do dia a dia, de modo que a combinação dos vários atalhos que o eleitor acessa em seu cotidiano é que irá fundamentar a tomada de decisão política.

No estudo de Borba e Baldissera (2014, p.4) os autores refletem acerca desta questão dos efeitos das mídias digitais, afirmando que:

Sob essa condição, de sociedade bombardeada por entretenimento com roupagem de informação, formam-se por vezes opiniões em relação a reflexões políticas, ideológicas e socioculturais. Essa influência das mídias se verifica ainda mais forte quando se trata do direcionamento de opiniões e atitudes do público perante o espaço político.

A inclusão de ferramentas mais participativas e estratégias com enfoque no aspecto social da Internet é um reflexo das novas apropriações da rede pelos usuários, possibilitada pela chamada Web 2.0 – termo mercadológico que se refere às plataformas de Internet baseadas em conteúdos que são majoritariamente produzidos pelos usuários (ROSSINI E LEAL, 2013).

No campo das inovações tecnológicas, pode-se observar através de Rosa e Kamimura (2012) que recentemente verifica-se o uso das redes sociais no campo político, como os candidatos políticos estão atuando no mundo digital, durante o período de eleições municipais, estaduais e até nacional, são criadas páginas na rede social Facebook para compartilhar propostas de plano de governo, discutir ideias com os eleitores, combater ataques de candidatos opositores, divulgar comícios e passeatas, divulgar pesquisas de intenção de votos, distribuir material político de campanha, ou seja, tudo que possa de alguma maneira convencer o cidadão de suas propostas, estreitar o relacionamento e pedir o voto do cidadão nas urnas eletrônicas.

## 2.2. Participação política dos jovens na América Latina

Abordar o tema da participação política dos jovens na América Latina é relevante academicamente, socialmente e politicamente, pois segundo Baquero (2013), a América Latina, como definição geográfica de um subcontinente, embora possa sofrer contestações em relação aos seus limites, é, inegavelmente, importante do ponto de vista político e acadêmico.

Conforme Baquero (2013, p.112) destacam-se algumas associações e congressos, tais como:

LASA - Latin American Studies Association, da ALACIP - Associação Latinoamericana de Ciência Política, da ALAS - Asociación Latinoamericana de Sociología, do CEISAL - Consejo Europeo de Investigaciones en America Latina. Além das revistas como *Latina American Research Review*, publicada pela LASA, *América Latina Hoy*, publicada pela Universidade de Salamanca, *Latin American Politics and Society*, publicada pela Universidade de Miami e ainda a *América Latina*, publicada (em russo) pelo Instituto de América Latina da Academia de Ciências da Rússia, entre tantas outras.

Segundo o autor a área de Ciência Política tem crescido e se institucionalizado na região nas últimas duas décadas, provavelmente beneficiada pelo mais longo período de estabilidade (ainda que relativa) democrática, isto no campo geral, não específico ao tema da juventude, portanto, não significa que os jovens têm mais acesso ao debate e a formação política. Em 2012, foi criada a Associação Ibero-americana de Associações de Ciência Política, que reúne, além dos parceiros da península Ibérica, associações nacionais de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Uruguai (BAQUERO, 2013).

Sobre a representatividade da juventude na América Latina, vejamos de acordo com Kliksberg (2006, p.909) que “os jovens representam cerca de 40% (aproximadamente 227 milhões) da população da América Latina”, dado este que ressalta a importância geracional destes sujeitos em diferentes dimensões da realidade neste continente. Entretanto, não se trata apenas de uma representação quantitativa, eles também são o maior agente potencial de mudanças, pois demonstram maior disposição do que qualquer outro segmento social “para comprometer-se com causas nobres, com ideais, com desafios coletivos”. Estão desejosos de ser convocados para isso.

O autor conclui esta perspectiva referindo-se a esta geração da seguinte forma, Kliksberg (2006, p. 910):

Eles nasceram numa América Latina concreta, a dos anos 1980 e 1990, imersa em processos históricos diferentes daqueles de décadas anteriores, e em um mundo que, nas últimas décadas, sofreu transformações de enorme envergadura nos campos político, econômico, tecnológico, cultural e social. Sua vivência histórica é, portanto, diferente daquela de gerações anteriores e incide todos os dias em seus dilemas, buscas e condutas.

Cabe também observar como tem se constituído os regimes políticos e a consolidação democrática ocorrida na maioria dos países da América Latina principalmente a partir do final dos anos 70. Segundo Baquero (2011) os regimes latino-

americanos não têm conseguido fomentar uma participação política mais intensa e os avanços institucionais trazidos não conseguem despertar nos cidadãos o engajamento político. Segundo o autor, estudos têm demonstrado um significativo grau de desconfiança dos cidadãos para com as instituições democráticas o que acarreta um fraco estímulo em participar ativamente na vida pública.

Isto é corroborado na perspectiva de Baquero (2010) quando afirma que:

Vê-se, por exemplo, que apesar de vários mandatários latino-americanos terem sido depostos por mobilizações populares (Collor no Brasil, Fujimori no Peru, Bucaram e Mahuad, no Equador, e Peres, na Venezuela), essas mobilizações não conseguiram se transformar em eixos permanentes de maior participação da sociedade civil.

A não resolução dos problemas mais imediatos (nas áreas de emprego, saúde e educação), que levaram à deposição desses executivos, parece ter operado para gerar um sentimento de impotência, acirrado pela forma de funcionamento das leis, dando a ideia de que a justiça se faz apenas para os mais abastados, aponta Baquero (2010).

Em uma análise breve do retrospecto histórico do Brasil segundo Baquero (2001), os instrumentos necessários para uma construção democrática caracterizada pela participação política estavam ausentes ou funcionavam de maneira precária ou com predisposições ideológicas determinadas. Neste sentido, um dos instrumentos de grande impacto, são os meios de comunicação. Ao lado disso, o sistema (s) partidário (s) frágil (eis) e com pouca credibilidade não têm constituído um instrumento de canalização, de mobilização e de participação política.

A partir desta problematização de Baquero sobre a cultura política no caso do Brasil, o autor traz uma interessante conclusão quando afirma que embora nos últimos anos, tenha se institucionalizado no Brasil uma linha de pensamento que argumenta que vivemos um ciclo virtuoso da democracia: existem regras e procedimentos que regulam a vida política, eleições ocorrem regularmente, há um pluripartidarismo e as eleições são transparentes, seria um equívoco sugerir que há uma cultura política assentada em valores democráticos. Para Baquero (2012, p. 85) “Tal assimetria tende a reproduzir valores e crenças que não fomentam relações sociais republicanas, materializada numa sociedade com legitimidade jurídica, mas sem legitimidade social”. Decorre dessa situação a importância de avaliar, para além dos fatores institucionais, como as atitudes influenciam a estabilidade democrática.

Relacionado com a presente problematização, Baquero (2012, p.101) é contundente ao afirmar que:

A consequência da grave crise de representação política que o país vive tem redundado numa situação paradoxal em que, por um lado, busca-se o fortalecimento das instituições via reformas políticas, enquanto, por outro, buscam-se ou resgatam-se lideranças políticas cujo carisma é sempre proporcional à sua capacidade de se impor às instituições, o que acaba deslegitimando-as ainda mais. O resultado é a vigência de um ciclo vicioso, pois quanto maior a deslegitimação institucional, maior também a exigência de líderes carismáticos, os quais contribuem para neutralizar e desacreditar essas mesmas instituições.

Nesse contexto, pode-se apontar um descrédito da população frente as instituições da democracia, nos países da América Latina. Por outro lado, estudos da Ciência Política que tratam de casos de experiências participativas e deliberativas registram o crescimento do engajamento dos cidadãos em instituições como associações, ONGs, movimentos sociais e organismos de proteção dos direitos humanos, segundo Luchmann (2007).

Existe uma percepção acadêmica e também do senso comum, tendo em vista fatos históricos, que os jovens fazem parte de uma categoria social que protagonizou uma diversidade de movimentos, porém, que atualmente encontra-se apática e estática da vida pública. Diante desta conclusão, Baquero (2003, p.10) afirma que “esta característica não é exclusiva da juventude, ela encontra-se espraiada por toda a sociedade brasileira e latino-americana”.

Sobre essa errônea percepção Ciccheli (2009, p.109) ressalta que:

É reflexo da juventude que tivemos na década de 80 – juventude essa que ocupou espaço significativo na militância partidária. Transformações ocorreram na sociedade e o engajamento político dos jovens atuais deslocou-se da arena partidária para outros espaços de participação, mas muitos estudos ainda tendem a analisar a juventude de hoje pelos olhos da juventude do passado e apresentam visões distorcidas da atual realidade.

Com relação a participação da juventude, percebemos que “a juventude tem apresentado preocupação com os desfechos políticos e a agenda de reivindicações sociais, mas ainda apresentam resistência quanto à forma tradicional de fazer política”, neste entendimento os jovens preferem participar em movimentos sociais, ONGs e associações desvinculadas do Estado, aponta os autores (BRENNER; CARRANO, 2008, p.70).

Nesta direção, Baquero e Cunha (2011, p.62) se referem a participação social dos jovens:

A participação social juvenil se realiza de várias formas, pode ser vista sobre vários ângulos e vem sendo analisada através de múltiplas abordagens. A juventude tem sido uma das principais protagonistas tanto dos efeitos das crises econômicas, como do esgotamento das formas políticas na região latina americana. Isso tem possibilitado distinguir em duas dimensões as formas de organização e participação juvenis. Por um lado, a participação juvenil nos chamados movimentos sociais. Por outro lado, a participação em organizações sociais em torno de produções culturais que podem se converter em contra-hegemônica, alternativas ou contra-culturais.

Contrariando a tese da apatia política, principalmente em relação aos jovens, verifica-se que ao longo da consolidação da democracia na América Latina houve e ainda há um crescimento significativo da participação da sociedade na esfera política. A participação em mecanismos não convencionais como ONGs, movimentos sociais e associações pode servir como uma importante escola para o ingresso no universo político tradicional. Ao estabelecer contato com diferentes mecanismos da política, os cidadãos sentem-se habilitados a reivindicar e participar das discussões políticas do país. Não é diferente com os jovens, pois o que os estudos têm demonstrado é que eles tendem a renegar a participação na política tradicional, entretanto, a participação em espaços e instituições não-convencionais pode os motivar para o contato com a política partidária e institucionalizada (NICOLETTI, 2013).

Nesta direção, percebe-se que os jovens se mostram cada vez mais críticos em relação ao jeito como se faz política, mas isso não significa que não estejam interessados no assunto, conforme dados da Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião de Jovens Brasileiros (2013) realizada pela Secretária Nacional de Juventude (SNJ). Mesmo com a crise ética que vivemos, os jovens estão se aproximando da política e discutindo com mais afinco as formas de fazer um controle eficaz sobre os governantes, como indicam, por exemplo, as letras de protesto do Hip Hop e o ativismo do Conselho Nacional de Juventude, instância que assessora a SNJ, composta por 70 membros, a maioria da sociedade civil e das mais diversas instituições relacionadas a movimentos de jovens.

Castro e Vasconcelos (2007, p.110), sugerem sobre a necessidade de revisitar o debate sobre participação política de tempos em tempos, considerando as percepções dos diferentes sujeitos (novos ou velhos ou híbridos), suas práticas políticas, culturas juvenis, projetos de vida,

Em síntese, faz-se necessário revisitar o debate sobre participação política e sujeitos (novos ou velhos ou híbridos) do fazer política, considerando: tipos de

juventudes; questionando em que medida tem reflexões sobre o apoliticismo e orientação individualista e consumista dos jovens hoje – se tal figura não é uma simplificação da complexidade do real. Sem tomar, portanto, tais assertivas como verdades *a priori*, mas qualificando sentidos, há que diferenciar análises de agências, tipos de organizações associativas e político-partidárias, instituições formais da vida política e práticas políticas que estariam sob alvo de críticas de jovens e possivelmente também de não jovens das análises sobre culturas juvenis, projetos de vida e vontades juvenis, inclusive de inserção em cidadania ativa de diferentes tendências.

De fato, o tema participação política, quando referido as juventudes, deve considerar diferentes dimensões de análise, desde a racional/instrumental, passando pela racional/emocional, o que significa considerar aspectos relacionados às diversas realidades juvenis, já que, em particular em países estruturados por desigualdades de classes sociais e de múltiplos sistemas modelados por subalternidades, como as de gênero, raça e geração, entre outras, há que qualificar a compreensão generalista sobre o ser jovem em uma perspectiva universalizante, a produção da juventude pelo mercado, pelos meios de comunicação e pelo Estado. Em tempos pautados por individualismos, narcíseos, inseguranças, medos e orientações por consumo, é preciso considerar os condicionantes estruturais e, condições de vida que diferenciam os jovens entre si. (CASTRO E VASCONCELOS, 2007, p.80).

### 2.3. Participação política dos jovens no Brasil

No Brasil, ainda se observa a ausência de estudos que reconstituam os modos como foram concebidas as ações públicas destinadas aos jovens no século XX, embora, de modo geral, sejam perceptíveis algumas imagens, reiterando algumas das orientações latino-americanas, aponta Sposito e Carrano (2003).

Verifica-se através de Abad (2003, p.24) em linhas gerais que:

A evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos, esse autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude:

- a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980);
- b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985);
- c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000);
- d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

No campo dos compromissos internacionais, a questão da juventude foi marcada nos últimos 20 anos por vários avanços, notadamente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e na agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude. Apesar dos avanços, de acordo com o IPEA (2009) os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU, mostravam um quadro desolador da não concretização de direitos humanos para grande parte da juventude do mundo. De acordo com este documento, de um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 per capita por dia, 88 milhões não tinham emprego e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

Seguindo as classificações internacionais (UNESCO, 2004), no Brasil a juventude é definida pela normatização federal como sujeito pertencente à faixa etária entre os 15 e 29 anos, incluindo os jovens com diferentes estatutos jurídicos, com o reconhecimento das camadas de identidade atravessada por gênero, classe social, raça, etc.

Nesta direção, o governo federal sancionou a Lei 11.129/2005, que criou a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude, com responsabilidades sobre as políticas públicas voltadas “aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, ressalvado o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente” (Presidência da República – Lei 11.129/2005, art.11).

Podemos citar também o Estatuto da Juventude que tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal por anos, sendo criado em 2013 através da Lei 12.852/2013. Conforme a Secretaria Nacional da Juventude (2013) os jovens foram definidos enquanto idade entre 15 e 29 anos, firmando-se o Estatuto como instrumento legal que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro.

Os jovens ocupam, hoje, um quarto da população do País. Isso significa 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. A pesquisa mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente, de acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Um levantamento feito entre abril e maio de 2013, pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ, 2013) da Secretaria Geral da Presidência da República, para analisar o perfil dos jovens brasileiros, detalha um pouco mais essa porcentagem. O estudo aponta que entre os mais novos, na faixa de 15 a 17 anos, 65% estudam e 16% trabalham. Entre

os jovens de 25 a 29 anos, mais de 70% trabalha ou está procurando trabalho, enquanto apenas 12% ainda estuda.

Após os eventos registrados em relação à agenda juvenil, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e da realização das Conferências Nacionais de Juventude, foi estabelecida a Política Nacional de Juventude. Esta política está alicerçada em dimensões, diretrizes e eixos que foram construídos ao longo da sua trajetória, conforme destaca Queiroz (2013, p.49-50).

A dimensão Institucional diz respeito a parceria entre o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude e permitiu a criação de órgãos de gestão da juventude nos diversos municípios brasileiros, além da criação de Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude, que vieram a fortalecer ainda mais a política juvenil. A dimensão internacional, no tocante a manutenção permanente do intercâmbio com outros países, sobretudo a América Latina. A Dimensão Legal que se constitui no marco legal integrado pela emenda constitucional 65, que inseriu o termo “jovem” no texto constitucional, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, pelo Estatuto da Juventude que estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis e pelo Plano Nacional de Juventude, que estabelece um conjunto de metas que os governos – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos.

Vejamos então conforme Queiroz (2013) que a dimensão Institucional que compreende uma questão voltada aos municípios tendo uma relação direta com a participação dos jovens, pois através dos órgãos de gestão e fóruns ocorre o fomento da política juvenil. Já na Internacional, baseia-se na promoção de intercâmbios, uma forma dos jovens vivenciarem diversas experiências, principalmente em outras perspectivas e formas de participação e atuação na política. A dimensão Legal corresponde aos direitos que a juventude conquistou e novos que deverão ser adquiridos, para isso, reitera-se a necessidade da ocupação de espaços de poder pelos jovens, ciente de que a efetividade de políticas juvenis (municipal, estadual ou federal) requer força de âmbito político, com a intervenção de parlamentares que tenham esta consciência da importância de executar políticas e programas voltado aos jovens (QUEIROZ, 2013).

Os jovens, ao contrário do que insinua o senso comum, não são desinteressados da participação na vida pública afirma Carrano e Brenner (2008, p. 67), o que é fato, contudo, diagnosticado por diferentes investigações no Brasil e em outros países, “são as mudanças nas formas e conteúdo da participação motivadas pelas novas configurações

sociais que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem processos de participação”.

Evidentemente não são todos os jovens que mantêm a motivação para a participação, porém, é um número reduzido que se encontra disposto a fazê-lo em espaços tradicionais e institucionalizados e também em torno de propostas cujos significados não dialogam com as contemporâneas condições de vivência do tempo da juventude, de acordo com Carrano e Brenner (2008, p.67):

Um dos traços característicos da vida juvenil, hoje, vem a ser o maior campo de autonomia que os jovens possuem frente aos adultos e às instituições, e a capacidade que os jovens têm demonstrado na invenção de novos espaços em tempos de participação.

Logo é necessário compreender que se torna comum a referência na literatura sobre juventude a advertência de que são várias as culturas juvenis, as tribos, e o cuidado necessário contra generalizações. É comum se fazerem generalizações a partir de microcosmos ou visões parciais ou partida de uma realidade cada vez mais múltipla e diversificada, principalmente se se trata da participação de jovens (NOVAES; VANNUCHI, 2004).

Ainda sobre o tema em questão, os autores Castro e Vasconcelos (2007, p. 80) ressaltam acerca do engajamento dos jovens, que:

Hoje, os jovens estão engajados em ONGs e associações que lutam contra a homofobia, contra o racismo, pela qualidade do meio ambiente. Por outro lado, circulam e combinam vários espaços que não se contrapõem necessariamente, o que corrobora a negação de que participação se refira a um tipo exclusivo de filiação.

Para aprimorar o contexto discorrido, considera-se uma pesquisa domiciliar realizada com jovens entre 15 e 29 anos em diferentes áreas do Brasil, desenvolvida pela UNESCO (2004), a qual apurou que 27,3% dos jovens brasileiros declararam que participam ou já participaram de alguma organização associativa, o que representa, em termos absolutos, aproximadamente 13 milhões de jovens distribuídos por ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, sindicatos, agremiações esportivas, grupos de dança, de música e congêneres.

Verifica-se que sobre os tipos de associação a qual pertencem ou pertenceram, 81,1% indicaram as de caráter religioso, 23,6% as do tipo organizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% as de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e 3,3% as de caráter partidário (UNESCO, 2004).

Destaca-se na pesquisa o grande número de jovens que pertencem ou pertenceram a entidades religiosas, e em outra direção, observa-se o baixo envolvimento com as de caráter partidário.

Por fim, autores afirmam que os jovens se orientam em “princípio pela irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para o novo, para renovação”, conforme Castro (2007, p. 105). Nesta direção, a participação de jovens em diferentes espaços da política é importante não somente para afirmar seu protagonismo histórico e social, mas também para rejuvenescer o fazer política e renovar a coisa pública.

### **3 O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E O SISTEMA POLÍTICO NO BRASIL**

#### **3.1. Constituição do estado democrático de direito**

Nesta sessão será utilizada como fonte de reflexão teórica e conceitual de um determinado contexto histórico, tendo como marco inicial o Estado Democrático de Direito que foi instaurado na democracia brasileira a partir da Constituição Federal de 1988. Dentro desta perspectiva democrática, Kinzo (2004) define como consenso que partidos políticos e eleições são componentes necessários de um regime democrático. Eleições livres e justas, nas quais os partidos competem por cargos públicos, são um critério crucial para identificar se um sistema político é uma democracia.

Para compreender a conjuntura política, principalmente após a Constituição Federal de 1988, torna-se fundamental remeter ao modelo de como está organizado o sistema político brasileiro.

De acordo com Meirelles (2000) a organização do Estado Brasileiro e seu funcionamento presente na Constituição Federal de 1988:

Organização do Estado - A organização do Estado é matéria constitucional no que concerne à divisão política do território nacional, à estruturação dos Poderes, à forma de Governo, ao modo de investidura dos governantes, aos direitos e garantias dos governados. Após as disposições constitucionais que moldam a organização política do Estado soberano, surge, através da legislação complementar e ordinária, a organização administrativa das entidades estatais, de suas autarquias e entidades paraestatais instituídas para a execução desconcentrada e descentralizada de serviços públicos e outras atividades de interesse coletivo, objeto do Direito Administrativo e das modernas técnicas de administração.

Considera-se importante apresentar a caracterização do sistema político do Brasil, vejamos conforme Dantas (2007, p.31):

O Brasil é uma república federalista presidencialista. República porque o Chefe de Estado é eleito pelo povo por um período temporário; federativa, pois os Estados são dotados de autonomia política; presidencialista, porque ambas as funções de Chefe de Governo e Chefe de Estado são exercidas pelo presidente. O Brasil é dividido em três esferas, ou seja, a Federal, que engloba todo o País; Estadual, que diz respeito aos Estados; e a Municipal, que são as cidades. Além das três esferas, temos os três poderes que as administram, sendo o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O poder legislativo escreve e

vota as leis; o Executivo que as executa, divulgando e aplicando as leis; por fim, o Judiciário, julga quando a lei não é cumprida, sendo, ao mesmo tempo, um poder que deve fiscalizar o outro.

Vejamos que no Brasil na esfera federal segundo Silva (2017, p.108) “o chefe do Executivo é o presidente que acumula o cargo de Chefe de Estado e Governo, tendo como funções principais executar as leis elaboradas pelo Poder Legislativo e administrar o país”. O autor também remete ao Poder Legislativo que se constitui da “Câmara dos Deputados (representa o povo) e o Senado (representa os Estados-membros), além de elaborar as leis, compete ao Poder Legislativo também a importante atribuição de fiscalizar financeira e administrativamente os atos do Poder Executivo” (SILVA 2017, p.109).

O Poder Executivo Estadual é exercido pelo “Governador e o Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito e Vice-prefeito. O Poder Legislativo Estadual é a Assembleia Legislativa (Câmara dos Deputados) e os representantes do Poder Legislativo Municipal são os Vereadores (Câmara Municipal)” conforme Silva (2017, p.110).

O Estado Democrático de Direito, regime político constituído no Brasil é definido através do art.1º da CF e está caracterizado por processos de democracia representativa e participativa.

Sobre a democracia representativa, temos a concepção apresentada por Rosanvallon (2000, p.62), afirmando que:

Um voto em prol de um candidato reflete a efetividade de uma opinião política ou de uma constelação de opiniões políticas; ele reflete a atratividade de uma plataforma política, ou um conjunto de demandas e ideias ao longo do tempo (a democracia representativa tem sido então considerada um regime de tempo). A “democracia imediata” não cria um processo de opiniões e não permite que elas se baseiem em uma continuidade histórica, pois faz de cada voto um evento absoluto e, da política, uma série única e discreta de decisões (soberania pontuada). Mas quando a política é programada de acordo com os termos eleitorais e as políticas incorporadas pelos candidatos, as opiniões compõem uma narrativa que vincula os eleitores através do tempo e do espaço e faz das causas ideológicas uma representação de toda a sociedade e de seus problemas.

Sob a perspectiva definida por Rosanvallon, a autora Urbinati (2005, p.212) ressalta que:

[...] a democracia representativa revela o trabalho “miraculoso” das opiniões e narrativas ideológicas de uma forma que a democracia direta não é capaz, pois ela nos compele a transcender o ato de votar, num esforço de se reavaliar repetidamente a correlação entre o peso das ideias e o peso dos votos (na preservação, obtenção ou aumento do consentimento). Na democracia direta, todo voto é como um novo começo (ou uma resolução final) porque corresponde simplesmente à contagem de vontades ou preferências, mas não é

nem pode ser representativo das ideias; esperar pela “próxima oportunidade” não faz sentido, já que nela toda decisão é absoluta, porque torna as opiniões idênticas às vontades e carece de qualquer vínculo histórico com as cadeias de opiniões e decisões passadas e futuras.

Segundo Sell (2006, p.93), a democracia participativa pode ser definida de acordo com:

Um conjunto de experiência e mecanismos que tem como finalidade de estimular a participação direta dos cidadãos na vida política através de canais de discussão e decisão. A democracia participativa preserva a realidade do Estado (e a Democracia Representativa). Todavia, ela busca superar a dicotomia entre representantes e representados recuperando o velho ideal da democracia grega: a participação ativa e efetiva dos cidadãos na vida pública.

O Brasil possui o regime de governo baseado na democracia representativa, ou seja, tem em seu sistema a obrigatoriedade dos cidadãos escolherem os representantes do poder político através do voto.

Ramayana (2011, p.161) destaca que “falar sobre sistemas eleitorais é sempre relevante, considerando que envolvem um conjunto de técnicas legais cujo objetivo é organizar a representação popular com base nas circunscrições eleitorais”.

Como observado anteriormente o Brasil vive em uma forma de governo democrática, para tal, a compreensão dos sistemas eleitorais é essencial. Entretanto, segundo Gomes (2016, p.191) “eles são mutáveis, variam no tempo e no espaço, e a forma que assumem em determinada sociedade decorre da atuação, da interação e dos conflitos travados entre as diversas forças político-sociais constituídas ao longo da história”.

De acordo com Cerqueira (2011) embora exista, para o Direito Eleitoral, espécies de sistemas eleitorais (o majoritário, o proporcional e o distrital misto), apresentaremos apenas os que são utilizados no Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

Para corroborar, vejamos mais sobre o sistema majoritário, que segundo Gomes (2016, p.191) o sistema é:

O sistema majoritário é aquele em que vence a eleição o candidato que obtiver a maioria dos votos. Considera-se, nesse caso, maioria, tanto a absoluta, que compreende a metade dos votos dos integrantes do corpo eleitoral mais um voto, quanto a relativa (também chamada de simples), que considera eleito o candidato que alcançar o maior número de votos em relação aos seus concorrentes. No caso brasileiro, conforme preveem os arts. 46, caput, e 77, § 2º, ambos da Constituição Federal, tal sistema é utilizado tanto para escolha de representantes do Poder Legislativo, entre os quais estão os membros do Senado Federal, quanto para eleição de membros do Poder Executivo, como presidente da República, governadores de estado e prefeitos de municípios, todos com os seus respectivos vices.

Com relação ao sistema proporcional, recorre-se a perspectiva formulada por Gomes (2016, p.192) que discorre:

O sistema proporcional, por sua vez, é aquele em que a representação se dá na mesma proporção da preferência do eleitorado pelos partidos políticos. Tal espécie é capaz de refletir os diversos pensamentos e tendências existentes no meio social, já que possibilita a eleição de quase, se não todos, os partidos políticos, observadas as suas representatividades. No Brasil, conforme previsão dos arts. 27, § 1º, 32, § 3º, e 45 da Lei Maior, o sistema proporcional é adotado para eleger apenas os membros do Poder Legislativo, ou seja, deputados federais, estaduais e distritais e, ainda, vereadores. Os candidatos a senador, como ressaltado anteriormente, não são escolhidos por esse sistema eleitoral, mas sim pelo majoritário.

O sistema proporcional pode ocorrer de duas formas: lista aberta ou lista fechada, diferentemente do sistema majoritário. No Brasil é utilizado o de lista aberta, sendo aquele que os eleitores escolhem diretamente seus candidatos, conforme Ramayana (2011). No proporcional através da lista fechada o eleitor vota apenas no partido político, cabendo ao partido selecionar os candidatos através de uma votação de uma lista para que de fato decidir quem ocupará o mandato eletivo.

Por ora para finalizar a discussão sobre o sistema eleitoral brasileiro, destaca-se a perspectiva de Gomes (2016) compreendendo que tanto o sistema majoritário quanto o proporcional têm suas particularidades, mas isso não quer dizer que um seja melhor do que o outro, conclui Gomes (2016, p.194). Pelo contrário, cada um é importante para o fim ao qual se destina, uma vez que não há sistemas idealmente perfeitos para todos os tempos e todos os países, mas apenas sistemas mais ou menos úteis à consecução das finalidades políticas que se têm em vista em determinado país e determinado momento histórico.

### 3.2. Perspectiva histórica dos partidos políticos no Brasil

Para compreensão do sistema eleitoral brasileiro é imprescindível contextualizar a perspectiva histórica sobre os partidos políticos no Brasil. Conforme Schmitt (2000), foi o fim do Estado Novo, em 1945, que possibilitou o surgimento dos primeiros partidos de caráter nacional, atuando sob condições de sufrágio universal, na história política

brasileira. Desde então a história política do Brasil passou por três diferentes ciclos, cada um deles associado a um diferente quadro partidário.

Em uma linha temporal, estes ciclos são mencionados por Schmitt (2000, p. 8) que descreve:

A Terceira República (1945-64) foi a primeira experiência com a democracia representativa na história política brasileira, expressa através da Constituição de 1946. A Quarta República (1964-85) iniciou-se com um golpe de Estado e foi um sistema político autoritário. Já a Quinta República foi inaugurada em 1985 com o retorno dos civis à presidência. A CF de 1988 consagrou o arranjo político democrático contemporâneo.

Neste contexto Kinzo (2004) enfatiza que a primeira condição para que os partidos políticos possam se constituir em balisadores da decisão de voto tem a ver com a capacidade de se conectar com os eleitores, criando apoios mais ou menos estáveis. Se essa capacidade é adquirida com a experiência contínua de eleições, nas quais os mesmos partidos são os principais competidores, dever-se-ia esperar um crescimento, mesmo que pequeno, da lealdade partidária. No entanto, não parece ser o que tem ocorrido no Brasil atualmente, conforme o autor.

Atualmente observa-se segundo Kinzo (2004, p.29), que embora os partidos tenham resultado de um processo de criação de “cima para baixo”, ou de cisões dentro dos próprios partidos, enfim, nacionalizou-se o sistema partidário no país; assumindo diferentes formatos nos estados, embora sob a mesma legislação eleitoral.

Para complementar a discussão remetemos uma direção sob a ótica dos partidos políticos, ressaltando-se um conceito advindo de uma visão mais contemporânea trazido por Kinzo (2004, p.28) em que: “Partidos políticos são instituições que surgiram como produto da ação de atores políticos nas arenas decisórias e eleitoral, portanto se deve avaliar o sistema partidário brasileiro tanto em sua eficácia em manter a governabilidade democrática, como em sua capacidade de estruturar a competição eleitoral”.

Diversos cientistas políticos propagaram, no final dos anos 1980, estudos e observações registrando fragilidades das instituições democráticas brasileiras. Talvez tal previsão tenha como pano de fundo o descrédito de que nossa engenharia institucional fosse capaz de manter a estabilidade do regime democrático afinal a combinação “presidencialismo, federalismo, representação proporcional e multipartidarismo não encontrava eco no mundo acadêmico de que pudesse colaborar para o sucesso e/ou estabilidade do regime democrático” (MARENCO DOS SANTOS, 2006, p.37).

Cabe destacar que a estabilidade democrática é a ambição de toda democracia, Chasqueti (2008, p.15) aponta que essa estabilidade apresenta “estreitas relações com a existência de um sistema bipartidário afirmando que sistemas majoritários/distritais produzem o bipartidarismo enquanto o sistema proporcional estimula a formação do pluripartidarismo”. No entanto, o sistema bipartidário pode acarretar a eleição de um presidente com minoria no parlamento, por exemplo.

Necessita elucidar que existe dois sentidos para o tema em questão: primeiro os estudos que visualizam os partidos políticos através do relacionamento com os cidadãos, no qual, Kinzo (2004) destaca uma fraca identificação dos eleitores com as agremiações acarretando uma análise pouco positiva dos partidos políticos, segundo trata dos partidos políticos e suas relações com os elementos institucionais, como vistos anteriormente, sendo fortes e disciplinados, principalmente em caráter de votação.

Para Soares (1998, p.2), “a essência da democracia reside nos partidos políticos e em mais um princípio fundamental, sendo o voto (mecanismo que garante o exercício pleno da cidadania”. Desta forma o autor considera o voto ou sufrágio universal como um grande avanço no sentido de ampliação da democracia representativa no país, pois significa que todo o cidadão tem direito de escolher seus representantes.

A participação partidária também se torna fundamental na medida que se encontra como um pré-requisito legal para uma candidatura ao cargo legislativo, relacionando-se as discussões cabe mencionar o papel do legislativo, sendo caracterizado por Assis (2009, p. 18) como:

Ainda que se discuta o papel do Parlamento nos tempos atuais, é certo que as funções de representar, de participar do processo de elaboração das leis e de fiscalizar ou controlar os demais Poderes jamais deixarão de serem intrínsecos à instituição. Não há como pensar em uma democracia moderna sem o Poder Legislativo. É ele que representa a síntese dos anseios da sociedade. Na sua composição heterogênea, é possível constatar a pluralidade de ideias e pensamentos representados em ambas as Casas do Congresso.

Segundo Valle (2017, p.31) “a promulgação da Constituição de 1988 promoveu uma reorganização institucional e suscitou o desenvolvimento de uma ampla agenda de pesquisa nas ciências sociais brasileiras”. Os arranjos da nova Carta, acarretou o fortalecimento e a ampliação da esfera legislativa, embora isso não tenha levado ao enfraquecimento do Executivo, como afirma Figueiredo e Limongi (2009, p. 48):

A CF 1988 consagrou duas tendências aparentemente conflitantes: de um lado, devolveu ao Poder Legislativo muitos dos poderes que ele tinha ao longo da experiência democrática anterior; de outro, manteve a maioria dos poderes

legislativos de que foi dotado o Executivo ao longo do período autoritário. Assim, o Executivo acaba por comandar o processo legislativo. A estruturação interna do Legislativo responde a essa preponderância. As funções que o colégio de líderes acaba por desempenhar devem ser vistas como as respostas possíveis de um Congresso envolvido nesse tipo de relação.

Analisando os Estudos de Figueiredo e Limongi (2009) demonstra-se que o Poder Executivo raramente é derrotado no parlamento, revelando que os presidentes pós-constituente apresentam elevadas taxas de sucesso legislativo, aprovando a sua agenda. Essa constatação possibilita compreender que os partidos políticos brasileiros têm demonstrado estabilidade e coesão, pelo menos nas suas relações institucionais.

Diante disso, Valle (2017, p. 32) aponta uma nova perspectiva acerca das relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, sendo que ganhou destaque no meio acadêmico e fixou a governabilidade como um foco novo de análise, baseada na “estrutura do próprio processo decisório e do impacto no comportamento parlamentar e no desempenho governamental”. Nesta direção, a dimensão institucional é colocada como um elemento central nas relações entre o Executivo e o Legislativo, principalmente na correlação de forças partidárias e institucionais para promover governabilidade.

### 3.3. Filiação e percepções dos jovens sobre os partidos políticos

A carência de pesquisas sobre filiação partidária, bem como a escassez de bases de dados sobre essas filiações até meados do século XX, torna difícil compreender como se davam o processo de filiação aos partidos e a participação de seus membros. As séries históricas produzidas a partir dos anos 1950 mostraram declínio contínuo da filiação partidária até o início dos anos 2000, conforme Brenner e Carrano (2008).

Nessa linha de contextualização, Scarrow (2007, p.639) afirma que nas democracias mais recentes, entre as quais se inclui o Brasil, parece haver, ainda, um comprometimento mais forte com os princípios do partido:

Apesar do número reduzido de filiados em relação ao contingente de eleitores, esses indivíduos conseguem exercer importante influência política. "Na maioria das democracias contemporâneas, recentes ou estabilizadas, os partidos envolvem apenas uma minoria de cidadãos. Mas esses indivíduos podem exercer desproporcional, e aparentemente crescente, influência política.

O autor afirma que, “muitas vezes, a filiação a partidos mais se parece com uma transação similar à obtenção de um cartão de crédito, em que o candidato a membro do partido, frequentemente, precisa ser aprovado por um grupo partidário ou apadrinhado por algum membro influente” (SCARROW, 2007, p.639).

Neste sentido a questão central para a contextualização relaciona-se a influência submetida ao jovem para suas decisões políticas, principalmente, sob o aspecto ideológico e conseqüentemente filiação partidária. Sendo que conforme Caliari (2009, p.147):

O interesse pela participação política da juventude, muitas vezes, tem origem no seio da família, com discussões incentivadas pelos pais, avós, tios, enfim. Há, no próprio ser humano, certa necessidade de participar, afinal ele é um ser social e sociável. Mas tanto o sentimento de pertença social, como o do despertar da capacidade de intervenção no meio em que se vive pela via da participação, ocorrem devido a uma educação cotidiana, travada nas instituições que mais têm referência na vida do jovem, ou seja, os amigos, a família e a escola.

Percebemos que o jovem pode orientar-se pelos valores da família, advindos da influência de pais ou avós por exemplo, no entanto, também importa ressaltar que estes valores políticos que em sua maioria culminam na filiação partidária pode ocorrer através da relação de transmissão de valores entre os amigos e escola (PAIS, 1993).

Nesta direção Fuks (2012) ressalta que se busca entender o processo mediante o qual os jovens se tornam cidadãos participativos. Veremos que ele ocorre de duas formas complementares. “A primeira é a transmissão imediata, embora nem sempre direta, das rotinas participativas. A segunda depende de um processo de duração mais longa, gerando a participação como efeito tardio”. O argumento apresentado pelo autor é que pensar a influência dos ambientes familiar e escolar a partir de um modelo que inclua os efeitos diretos, os efeitos indiretos e os efeitos tardios permite uma melhor compreensão do processo de transmissão intergeracional da participação política.

Com relação a esta motivação do jovem em participar da política, Fuks (2012, p.27) menciona que:

São vários os atributos individuais que têm efeito sobre a participação do jovem, em especial, motivacionais, como o interesse ativo por política (manifesto na exposição à informação) e a eficácia política. O envolvimento de jovens religiosos com o trabalho voluntário parece ser outra fonte da participação política, responsável também pela propensão a participar de outros tipos de atividades.

Assim vemos que um ambiente familiar participativo estimula conversas e o hábito de se informar nos meios de comunicação, os quais conduzem o jovem a um

comportamento mais participativo. Conforme Fuks (2012, p. 77) “Importante observar que o engajamento político dos pais afeta duplamente a participação dos filhos, de forma direta e indireta, motivando a busca de informação política”.

Entre os estudos que abordam a juventude, também encontramos vários autores que discorrem sobre o distanciamento do jovem aos meios convencionais de participação política, entre elas os partidos políticos. De acordo com Nascimento (2012, p.321) tais instituições (partidos políticos) se apresentam para os jovens “sempre com uma face por demais burocrática e limitadora, estriada, portanto”.

Entretanto, Nascimento (2012) aponta que apesar das críticas realizadas pelos jovens quanto aos partidos políticos, estes assimilam que os partidos políticos são atores fundamentais para a democracia representativa, reconhecendo seu papel como interlocutores entre o sistema político e a cidadania.

Uma fonte atual e importante para averiguar a opinião dos jovens é a Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (2013) realizada entre março e abril de 2013, constatou-se que 54% dos jovens entrevistados consideram a política muito importante, 29% mais ou menos importante, 1% não respondeu e apenas 16% opinou como nada importante, este número da alta importância dada a política não significa, contudo, o engajamento pessoal. Com relação ao título de eleitor - mecanismo básico para participação no sistema democrático através do voto, tem uma grande adesão por parte dos jovens, mesmo aqueles que a faixa etária é facultativa. A pesquisa apresentou que 2/3 dos jovens, ou seja, 55% tiraram ou pretendem tirar, desse número 10% antes dos dezitros anos de idade.

Outra questão tratava-se da capacidade da juventude de mudar o mundo, cerca de nove em cada dez jovens respondeu que é possível os jovens mudar o mundo, sendo que para estes 7 eles podem mudar significativamente. Isto expressa a percepção otimista dos jovens frente aos desafios contemporâneos.

A mesma pesquisa questionou também sobre as formas de atuação do jovem que podem ser efetivadas tendo em vista ajudar o Brasil e concretizar o desejo de mudar e melhorar o nosso país. Assim, sobre a valorização das formas de atuação, 46% dos entrevistados mencionaram a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas. Outros 45% citam a atuação em associações ou coletivos que se organizam de alguma forma, também se destacam a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo (36%); a atuação pela Internet, opinando sobre assuntos importantes ou cobrando os políticos e governantes (35%) e para fechar esta

questão a atuação em partidos políticos (30%). Precisamos ressaltar a valorização da atuação nos partidos políticos, que obteve menção de 30% dos jovens, dado este que se torna significativo para a presente pesquisa, ou seja, mesmo sendo o indicador com menos valorização ele fica muito próximo das demais respostas obtidas.

A última questão que contribuir diretamente com esta pesquisa trata-se do grau de participação em associações e entidades. Vejamos que a maioria dos entrevistados afirmou que nunca participou nem participaria da maior parte dos tipos de associações, entidades e grupos citados, conforme os resultados da Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (2013, p.38):

Dentre eles, destacam-se negativamente como entidades em que nunca participaram nem gostariam de participar: partido político (88%); entidade ou movimento por alguma outra causa, ou qualquer outro grupo (81%); cooperativa (74%); entidade ou grupo de mídias livres ou alternativas (66%); associação de defesa do consumidor (63%), grupo ou associação de trabalho voluntário não religioso (60%), entidade ou movimento em defesa de grupos discriminados (60%); associação profissional ou sindicato de trabalhadores (59%); movimento ligado a saúde, moradia, educação ou transportes (56%); sociedade de amigos do bairro, associação comunitária ou de moradores (55%), grupo religioso que se reúne para ações assistenciais ou políticas (55%), grupo artístico ou cultural (51%), e associação estudantil, grêmio ou centro acadêmico (50%). Os únicos tipos de grupos em que a maior parte nunca participou, mas gostaria de participar foram: grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico (51%) e clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer (42%).

Cabe ressaltar todas as respostas para o indicador dos partidos políticos. Sendo mencionado negativamente como nunca participaram e nem gostariam de participar os cerca de 88% dos entrevistados; 7% afirma que já participaram, mas não querem voltar a participar; 3% participou antes; e apenas 2% participa atualmente.

Em síntese pode-se observar que a pesquisa identifica um reconhecimento por uma parte significativa dos jovens sobre a importância dos partidos políticos (30%) para mudar e melhorar o país, embora isto não signifique uma opção ou engajamento pessoal pela maioria dos jovens, conforme Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (2013).

Na lógica de que o papel dos partidos políticos se baseia na interlocução entre o sistema partidário e a cidadania, fortalecendo assim as instituições políticas que tem se mantido intactas ao longo do tempo, Pérez (2006) conclui também com a evidente necessidade em destacar que os processos eleitorais permanecem como parte central do regime e que para o mesmo os partidos políticos são indispensáveis.

Geralmente “jovens engajados, com poder de liderança e por dentro das principais discussões políticas”, são constantemente abordados por diferentes partidos políticos interessados em sua filiação partidária, enfatiza Bertollo (2008, p.30). Os partidos estão utilizando de estratégias para captação, como: a aproximação de lideranças comunitárias e estudantis, o convite para participar de reuniões e a utilização da internet como mecanismo de comunicação.

Nesta perspectiva percebemos segundo Bertollo (2008, p.30) que a maioria dos “partidos estabelecem objetivos de se aproximarem das questões relativas aos jovens e de incentivarem a sua participação partidária”, conclui-se nesta direção de que os partidos políticos procuram criar meios de comunicação direta com a juventude.

## 4 PERFIL DOS JOVENS CANDIDATOS

Neste capítulo será abordado o universo da pesquisa, com referencial teórico sobre as características da região da AMAI, dos municípios e dos jovens que foram candidatos ao cargo de vereador nas Câmaras Municipais nos pleitos eleitorais do ano de 2012 e 2016. A partir da delimitação do perfil destes candidatos, buscará dialogar com a literatura especializada no tema, para que possa haver os comparativos e conclusões necessárias para a qualificação da pesquisa.

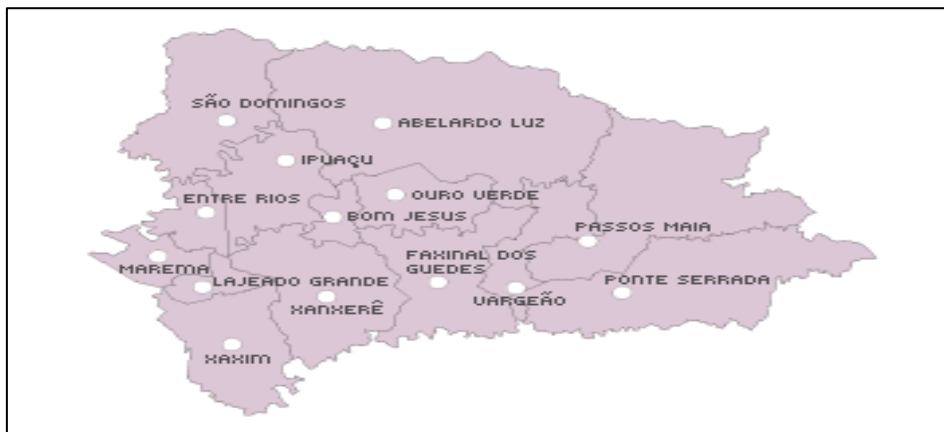
### 4.1. Universo da pesquisa - região da AMAI

Esta sessão visa abordar o contexto que está inserido a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), bem como as características nos aspectos de localização, histórico da colonização, economia da região, indicadores, entre outros, dos municípios que fazem parte do universo desta pesquisa.

Conforme a AMAI, no Estado de Santa Catarina, existem 21 Associações de Municípios de representação política-institucional. São entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e estatuto próprio, aprovado em Assembleia Geral de Prefeitos (AMAI, 2017).

A AMAI foi criada em 6 de outubro de 1978, sendo uma organização independente e apartidária. Como as demais Associações, têm a finalidade de auxiliar o desenvolvimento dos entes associados como esferas autônomas de Governo, fortalecendo a capacidade dos mesmos em formular políticas públicas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local (AMAI, 2017).

O território da microrregião da AMAI abrange 14 municípios: Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuçu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Ponte Serrada, Passos Maia, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

**Figura 1: Mapa da Região da AMAI**

Fonte: AMAI (2017).

A Entidade apresenta uma estrutura eficiente e moderna, composta por equipe técnica multidisciplinar com numerosos especialistas, aptos a organizar e coordenar obras e serviços de interesses comuns dos associados, melhorando assim a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, segundo AMAI, (2017).

O assessoramento técnico municipal é prestado nas áreas de administração e planejamento, contabilidade, engenharia, topografia, movimento econômico, comunicação e tecnologia da informação. São mais de 30 anos na promoção de iniciativas que elevem as condições de bem-estar econômico e social da população, a partir da instrumentalização da administração e dos servidores públicos municipais (AMAI, 2017).

Outra informação que importa destacar tange no que diz respeito ao número de jovens na região da AMAI, sendo 37.771 jovens, conforme dados estatísticos do IBGE (Censo, 2010).

Com relação a constituição histórica do Oeste de Santa Catarina, vejamos que segundo<sup>4</sup> estudo de Alves e Mattei (2006, p. 6) o movimento de colonização da região do Oeste de Santa Catarina:

A região Oeste de Santa Catarina foi a última área a ser colonizada no estado. A extração da madeira foi a primeira atividade econômica a dar impulso ao deslocamento populacional para esta área. Se fossemos desenhar um mapa da temporalidade da ocupação da região Oeste catarinense, partiríamos do Vale do Rio do Peixe, seguiríamos o Rio Irani, o Rio Chapecó e por último finalizaríamos no Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina. Pode-se dizer que as terras dessa região foram primeiramente ocupadas por caboclos e 'bugres', que posteriormente eram substituídos por migrantes provindos principalmente do Rio Grande do Sul (descendentes de alemães, italianos e poloneses, ou seja, segunda ou terceiras gerações de migrantes europeus).

<sup>4</sup>Estudo sobre as migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. 2006.

O movimento de colonização da região Oeste de Santa Catarina foi intensificado somente a partir da década de 1940, sob um modelo fundiário de pequenas propriedades agrícolas. No primeiro momento, a ocupação esteve associada à exploração da madeira, cuja atividade extrativista deu os primeiros impulsos para a fixação de povoados na região. Juntamente com a instalação de novos núcleos de ocupação foram sendo desenvolvidas atividades agropecuárias que, em um curto período de tempo, assumiram o dinamismo econômico da região e a alçaram à posição de maior pólo agroindustrial do estado. Este movimento esteve associado ao estabelecimento das primeiras empresas agroindustriais na região. Pode-se dizer que no decorrer das décadas de 1960 e 1970 a competitividade regional foi construída a partir da relação entre as agroindústrias e a produção agrícola familiar diversificada, apoiados pelo Estado (ROSSETTO, 1989).

No que tange a consolidação de Santa Catarina, e em especial, do Oeste catarinense como pólo produtor de produtos agropecuários, foi o processo de modernização da agricultura ali desenvolvido, conforme Alves e Mattei (2006, p.7):

A existência de uma produção familiar dinâmica já articulada ao processo de agroindustrialização, aliada à uma importante estrutura de suporte técnico montada pelo estado e ao importante parque agroindustrial catarinense, que no período já se encontrava em expansão, foram os principais fatores que elevaram a região à condição de liderança na produção e comercialização de produtos agropecuários. Os efeitos desta trajetória regional estão presentes na estrutura ocupacional da região até os dias atuais.

Quando analisamos a distribuição populacional na região Oeste de Santa Catarina podemos visualizar que esta apresenta uma maioria absoluta de municípios de pequeno porte. Dos 110 municípios desta mesoregião, 50% são formados por populações inferiores a 5.000 habitantes. Em contrapartida, estes municípios só representam 15% do total populacional. Por outro lado, a concentração populacional nos dez municípios mais populosos é bastante clara, atingindo o patamar de 46% do total da população mesoregional, no ano de 2004 (ALVES; MATTEIS, 2006).

A tabela a seguir demonstra de acordo com Rossetto (1989) em sua síntese histórica da região Oeste de Santa Catarina que três fatores que contribuíram para o forte desenvolvimento da Região do Alto Irani, assim como todo o resto do Oeste de Santa Catarina, datam deste século. O primeiro foi a chegada de Empresas Colonizadoras, em segundo lugar abertura da Estrada Federal denominada BR-282 e por último a instalação de Agroindústrias, que fomentam o desenvolvimento econômico da região. Os municípios que formam a região do Alto Irani, derivam em sua maioria do município de

Chapecó. Com exceção de Ponte Serrada, que teve parte de seu território cedido pelo Município de Joaçaba.

**Tabela 1: Dados e indicadores dos 14 municípios pertencentes a região da AMAI**

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ELEITORES	PIB	IDMS
Abelardo Luz	17.782	13.225	R\$ 560.645,00	0,532
Bom Jesus	2.870	2.460	R\$ 8.663.900,00	0,538
Entre Rios	3.167	2.935	R\$ 47.386.900,00	0,503
Faxinal dos Guedes	10.758	8.524	R\$ 376.801.000,00	0,655
Ipuauçu	7.331	5.079	R\$ 169.460.000,00	0,467
Lajeado Grande	1.747	1.461	R\$ 54.786.200,00	0,525
Marema	2.196	1.952	R\$ 57.959.200,00	0,534
Ouro Verde	2.254	2.178	R\$ 75.263.700,00	0,527
Passos Maia	4.279	3.550	R\$ 103.980.000,00	0,579
Ponte Serrada	11.499	8.710	R\$ 204.793.000,00	0,580
São Domingos	9.509	7.422	R\$ 239.502.000,00	0,565
Vargeão	3.590	2.946	R\$ 92.621.400,00	0,599
Xanxerê	49.057	33.685	R\$1.411.890.000,00	0,661
Xaxim	27.921	21.048	R\$ 740.230.000,00	0,642

Fonte: AMAI (2017).

Conforme a Tabela 1, os municípios com maior número de população, conseqüentemente de eleitores, pois, considera-se os mais representativos com relação à população e eleitores: Xanxerê com população de 49.057 e 33.685 eleitores; Xaxim 27.921 de população e 21.048 eleitores; já Abelardo Luz tem população de 17.782 e 13.225 eleitores; o município de Ponte Serrada consta com 11.499 população e 8.710 eleitores; Faxinal dos Guedes possui 10.758 de população e 8.524 eleitores; e São Domingos com população de 9.509 e 7.422 total de eleitores.

Os municípios da região da AMAI tiveram sua emancipação político-administrativa a partir da década de 50 até os mais recentes na década de 90. Xanxerê e Xaxim foram emancipadas no ano de 1953; Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes e Ponte Serrada em 1958; São Domingos em 1962 e Vargeão 1964. Já com emancipações mais

recentes, temos Marema em 1988; Lajeado Grande e Passos Maia no ano de 1991; Ipuauçu e Ouro Verde em 1992 e Bom Jesus e Entre Rios no ano de 1995.

#### 4.2. Caracterização do perfil dos jovens candidatos nos pleitos de 2012 e 2016

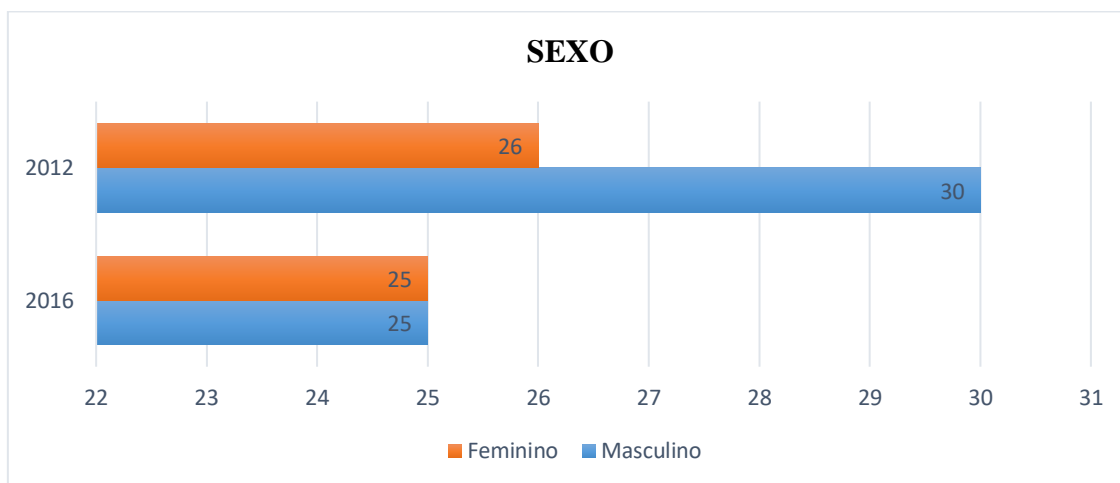
Para analisar o perfil dos candidatos da região da AMAI será utilizado de algumas variáveis para caracterizar o perfil com finalidade de identificar as semelhanças e diferenças entre os jovens candidatos, conseqüentemente, observando a dinâmica e protagonismo da região.

Para a caracterização do perfil dos jovens, serão destacadas as principais informações do pleito, tais como: sexo, idade (dividida em três faixas etárias: 18-21; 22-25; 26-29), escolaridade, ocupação, estado civil, partido, eleito ou não e município (para melhor compreensão do perfil dos candidatos. Para completar o perfil dos jovens candidatos, teremos o porte dos municípios em que obteve-se registro de candidaturas, os municípios serão divididos conforme tabela do IBGE (2011) que dispõe sobre os municípios por faixa de tamanho populacional (pequeno, médio e grande porte). Em 2012, 14 municípios pertencentes à região da AMAI registraram 56 candidaturas, em 2016 foram 50, candidatos entre 18 e 29 anos, totalizando 106 candidatura de jovens.

Uma das categorias analisadas refere-se à categoria do sexo/gênero. Segundo o site do TRE-SC, em relação à auto declaração dos candidatos, esta pode se dar em: masculino ou feminino. O perfil de carreira dos parlamentares municipais permite debater as suas características socioeconômicas, que servem para análises mais aprofundadas sobre o papel da vereança, sobre a organização interna e a produção legal dos poderes legislativos subnacionais, sobre o sistema eleitoral e, em especial, sobre o sistema partidário brasileiro. De acordo com Kerbauy (2005) uma característica marcante das câmaras municipais brasileiras é sua composição predominantemente masculina, repetindo o que se verifica nos legislativos estadual e federal, embora o contingente de eleitores do sexo feminino seja maior do que o de eleitores do sexo masculino, para todo o período da pesquisa<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>Pesquisa realizada pelo autor com base em dados sobre a composição social e político-partidária do legislativo municipal no Brasil, no período de 1996, 2000 e 2004.

**Gráfico 1: Sexo dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:**

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Com relação a sexo dos candidatos, teve-se ao total 51 mulheres candidatas e 55 homens na região da AMAI nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016. Importa destacar para a discussão a questão de cotas, que se aplica a todos os partidos e coligações no pleito eleitoral, Lei nº 9.504/97<sup>6</sup>.

Conforme Nicoletti (2013, p.78) essa relação é interessante, também, porque em virtude da chamada lei de cotas, que faz reserva de 30% das vagas de candidaturas para um dos sexos – invariavelmente para as mulheres, por serem historicamente menos presente na política convencional – a literatura tem chamado atenção para dificuldade dos partidos políticos em cumprirem com a lei e da utilização por parte destes de candidatas sem nenhuma chance eleitoral ou envolvimento partidário apenas para cumprir a lei, sem que isso represente um investimento real na representação política feminina. “Mulheres jovens, por não ter experiência política partidária, podem atender com mais facilidade a este perfil”.

Diante do exposto observa-se uma proporção equilibrada nesta característica básica do perfil dos candidatos com relação ao sexo dos mesmos, sendo uma pequena variação na direção de mais candidaturas masculinas na região da AMAI, no entanto também se salienta o que a autora anterior remete para a lei de cotas. Ao analisar cada município, vejamos que de maneira geral a relação de homens e mulheres se deu

<sup>6</sup>Esta obrigação é prevista pela Lei nº 9.504/97, que estabelece as normas para as eleições. De acordo com o artigo 10º, parágrafo 3º, cada partido ou coligação deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

semelhante, com exceção dos municípios de Marema que contou com 5 mulheres e apenas 1 homem enquanto candidatos, e Vargeão que por outro lado constatou-se ter entre os candidatos, 5 homens e nenhuma mulher.

Outra categoria que será analisada é a faixa etária dos candidatos. Os candidatos que foram entrevistados podem até ter idade atual acima da faixa etária delimitada na pesquisa, no entanto, o que se verifica é a faixa etária quando se candidatou ao cargo, nessa pesquisa se estende dos 18 aos 29 anos. Dentro desse período existem onze anos de diferença, o que é bastante significativo tendo em vista que as percepções de mundo e as vivências geracionais podem afetar o processo e as concepções de política dos agentes. Assim, dividimos a faixa etária em três categorias distintas (18 a 21, 22 a 25 e 26 a 29) para a faixa etária do jovem quando no ano em que foi candidato. Para esta contextualização torna-se fundamental analisar a perspectiva de Chiccheli (2009) que traz uma ênfase para o espectro político do partido (direita, esquerda, centro)<sup>7</sup>.

Na relação com a idade, sendo que os partidos de direita compreendem o processo de entrada dos jovens no mundo político como aprendizes capazes de aprimorar seus conhecimentos, mas pouco aptos para assumirem grandes responsabilidades. Essa constatação permite inferir que nos partidos de direita há um retardamento da entrada dos jovens na disputa por cargos públicos, já que os estudos identificados indicam que os jovens vereadores desse espectro se inserem, em sua grande maioria, na faixa-etária mais madura (26 aos 29 anos), pressupondo uma vivência prévia no partido antes de lançar-se candidato.

Esta constatação pode ser vista na pesquisa de Nicoletti (2013) sobre “A presença jovem nas Câmaras de Vereadores dos municípios que compõe a Azonasul nas eleições de 2008: trajetória e participação política” onde os jovens candidatos eleitos dos partidos de esquerda possuem faixa etária menor comparado aos jovens candidatos eleitos de partido da direita. Na mesma proporcionalidade ocorre o inverso quando analisados os jovens eleitos com faixa etária maior, tendo mais jovens eleitos por partidos da direita.

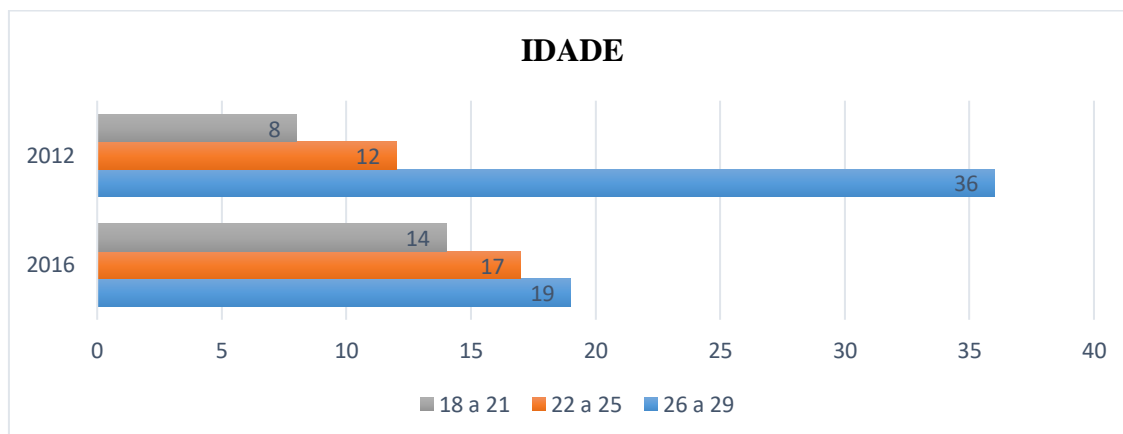
Quando comparada a presente pesquisa no que tange o espectro político relacionado a faixa etárias dos candidatos, vemos que na região da AMAI é semelhante aos resultados encontrados em pesquisas como a de Nicoletti (2013), assim os jovens em partidos de espectro de esquerda foram candidatos mais jovens (18 a 21 e 22 a 25); já os candidatos em partidos de espectro de direita na faixa-etária mais madura (26 aos 29

---

<sup>7</sup>Sistema de classificar diferentes posições políticas sobre um ou mais eixos geométricos para simbolizar independentes dimensões políticas, dentro do conceito da existência de uma Esquerda, Direita e Centro.

anos). Com relação ao espectro<sup>8</sup> dos partidos que os jovens possuem filiação na região da AMAI: os partidos de direita que tiveram candidatos (PP, DEM, PRB, PSC, PSDB, PRP) totalizando 40 candidatos; partidos de esquerda (PT, PPS, PC do B, PDT, PSB) foram 21 candidatos; e partido de espectro de centro (PTC, PMDB, PSD, PTB, PR) são 45 jovens candidatos.

**Gráfico 2: Idade (por faixas) dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Assim, com número maior de candidatos por partidos com espectro de direita, teremos mais candidatos com a faixa etária elevada dos 26 aos 29 anos. Se observa que em 2012 foram 8 candidatos entre 18 a 21 anos e em 2016 o número foi de 14; já 12 candidatos em 2012 tinham entre 22 a 25 anos no ano de 2016 foram 17; e entre 26 a 29 anos em 2012 se teve 36 candidatos bem inferior de 2016 que contou com 19.

Destaca-se nos dados encontrados o elevado número de candidato em 2012 entre 26 e 29 anos. Em 2016 o que chama à atenção é a proximidade dos indicadores entre as faixas etárias, ainda com um maior número de candidatos entre 26 e 29 anos.

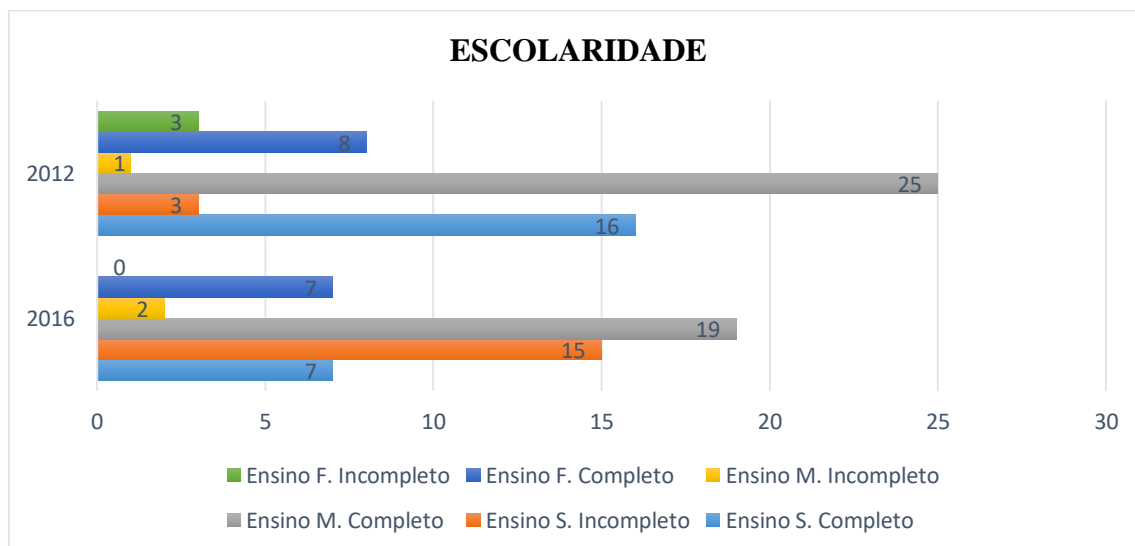
Quanto à escolaridade buscou-se a pesquisa de Kerbaui (2005) sobre “As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local” que há diferenças significativas na comparação da escolaridade dos vereadores, por regiões de origem. O autor enfatiza que a maior parte dos vereadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem, no máximo, o segundo grau completo ou o primeiro grau incompleto. Nas regiões Sul e Sudeste, o número de vereadores que completaram o

<sup>8</sup>Classificações formuladas nos estudos de Kinzo (1990), Novaes (1994), Figueiredo e Limongi (1999), Fernandes (1995) e Rodrigues (2002), apresenta a definição inicial operacional inicial da classificação dos partidos no Brasil, no eixo direita-esquerda.

primeiro grau é ligeiramente superior ao dos que têm o segundo grau completo. As duas regiões concentram o maior número de vereadores com superior incompleto e completo.

O gráfico abaixo não faz comparações com outras regiões, mas demonstra uma comparação entre os candidatos de um pleito para outro, traçando um perfil da escolaridade dos candidatos em cada pleito.

**Gráfico 3: Escolaridade dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Na questão da escolaridade o levantamento de dados do perfil dos candidatos apresentou que no pleito de 2012, teve 3 candidatos com Ensino Fundamental Incompleto, em 2016 este nível escolar foi de zero; com Ensino Fundamental Completo em 2012 foram 8 candidatos, já em 2016 o número foi de 7; em 2012 foi apenas 1 candidato com Ensino Médio Incompleto, em 2016 foram 2; para o Ensino Médio Completo em 2012 registrou-se 25 candidatos, e em 2016 foram 19; com Ensino Superior Incompleto em 2012 aponta-se 3 candidatos, muito maior o número em 2016 que chegou à 15; por fim com Ensino Superior Completo foi de 16 candidatos em 2012, já em 2016 este número baixou para 7 jovens.

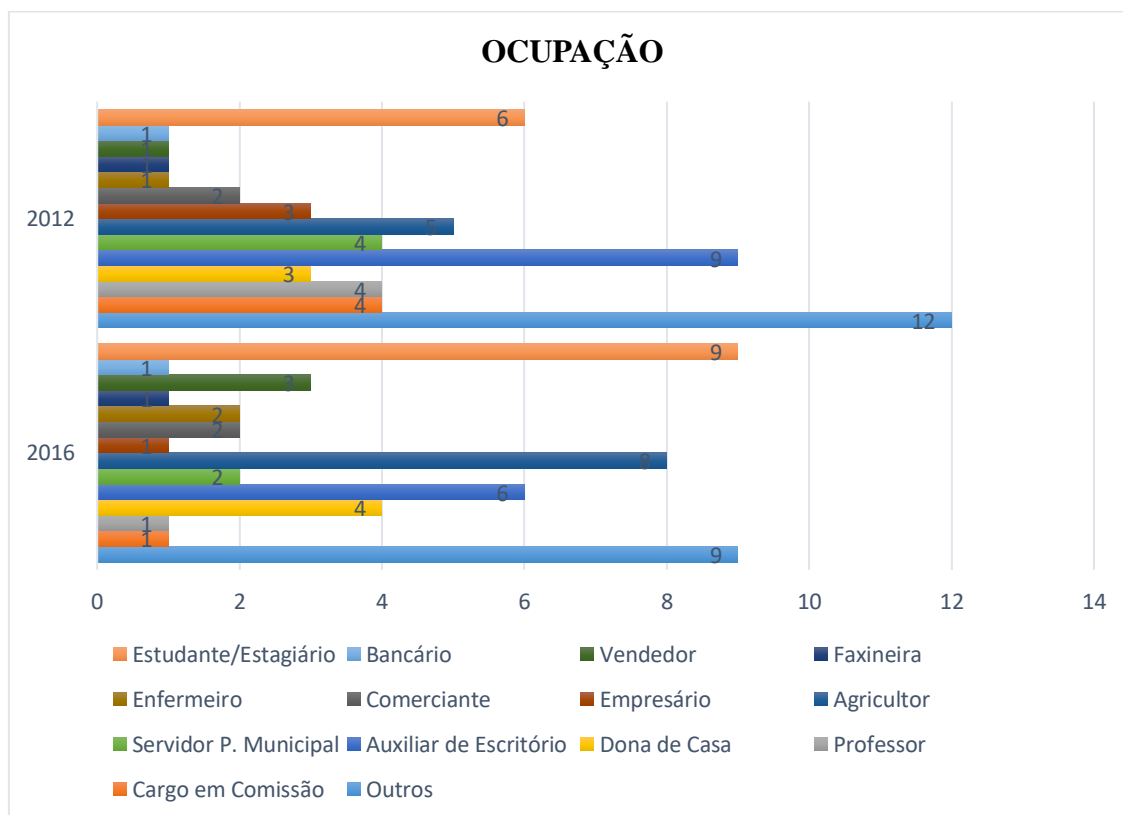
Corroborando com a pesquisa de Kerbauy (2005) destaca-se a diminuição de candidatos com Ensino Fundamental Incompleto de 3 para nenhum, e o significativo aumento de candidatos que possuem o Ensino Superior Incompleto de 3 para 16, entretanto, há uma baixa na diminuição de candidatos que possuem o Ensino Superior Completo, de 16 para 7.

Cabe destacar a concepção de Avelar (2001, p.155) que afirma: “quanto maior for o grau de escolaridade obtido, maior for o prestígio de sua profissão, a alta posição socioeconômica, o tempo de residência em certo lugar, o status na rede de relações social e pessoal, maiores são as chances de ascender à elite política”.

Para melhor definição quanto à ocupação dos jovens candidatos da AMAI, se estabeleceu as principais categorias segundo estudo de Silva<sup>9</sup> e discutidos em Scallon (1999), pois, no TRE-SC foram identificadas mais de trinta ocupações (exemplo: estudante/estagiário/bolsista) assim no presente estudo foi realizado agrupamento conforme estudo do autor citado. Outro fator relevante é que muitos candidatos mencionam outras ocupações, não sendo possível identificar a ocupação exata.

Com relação a ocupação candidatos, encontrou-se na caracterização do perfil dos candidatos 13 ocupações distintas, além daqueles jovens que mencionaram outros na base de dados do TRE/SC. Entre as ocupações ressalta-se com maior número de menções a profissão de auxiliar de escritório, estudante, cargo em comissão, agricultor e outros.

**Gráfico 4: Ocupação dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

<sup>9</sup>As categorias ocupacionais foram estabelecidas a partir dos critérios fixados por Nelson do Valle Silva e discutidos em Scallon (1999), dentre mais de cem ocupações identificadas pelo TSE.

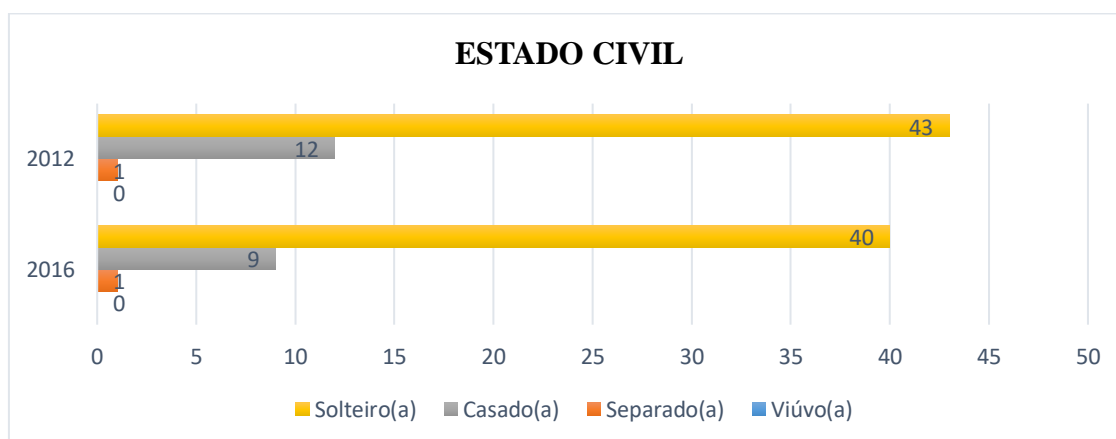
As ocupações mencionadas pelos jovens candidatos estão diretamente ligadas a constituição produtiva e econômica da região AMAI, como visto na história e economia da região AMAI, o potencial fomentador do desenvolvimento econômico da região concentra-se no setor agrícola, principalmente nas agroindústrias, também se observa nos municípios de grande porte a presença da indústria e comércio, e em municípios de pequeno e médio porte os cargos públicos, principalmente, nas prefeituras centralizam boa parte da ocupação das pessoas (ALVES; MATTEI, 2006).

Outra relação que é feita em estudos como o de Rodrigues (2002) na Câmara dos Deputados, é sobre a ocupação e o espectro ideológico, a saber: que os empresários e profissionais liberais técnicos (produtores agropecuários, agricultores, comerciantes, advogados e biólogos) encontram-se em maior número na direita do espectro político. No entanto, divergindo do estudo de Rodrigues (2002), na pesquisa de Nicoletti (2013) as informações reveladas na realidade estudada são diferentes, sendo que o maior número de profissionais está na esquerda e centro do espectro político.

Nesta perspectiva, analisando a ocupação dos jovens candidatos da AMAI e seu espectro político, observa-se que os resultados obtidos são homogêneos, havendo jovens com ocupação de empresários e profissionais liberais em quantidade praticamente igual entre espectro de esquerda e direita. Isso pode demonstrar uma irreverência por parte dos candidatos, com uma variação grande a medida das questões individuais que configuram a história de cada candidato ou também que as oportunidades são para poucos.

Sobre a estado civil se observa na região da AMAI, que em 2012 foram 43 candidatos solteiros e em 2016 este número foi para 40; os casados informaram ser 12 em 2012 e 9 em 2016; e com estado civil de separado em 2012 e 2016 o número foi de 1.

**Gráfico 5: Estado civil dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:**

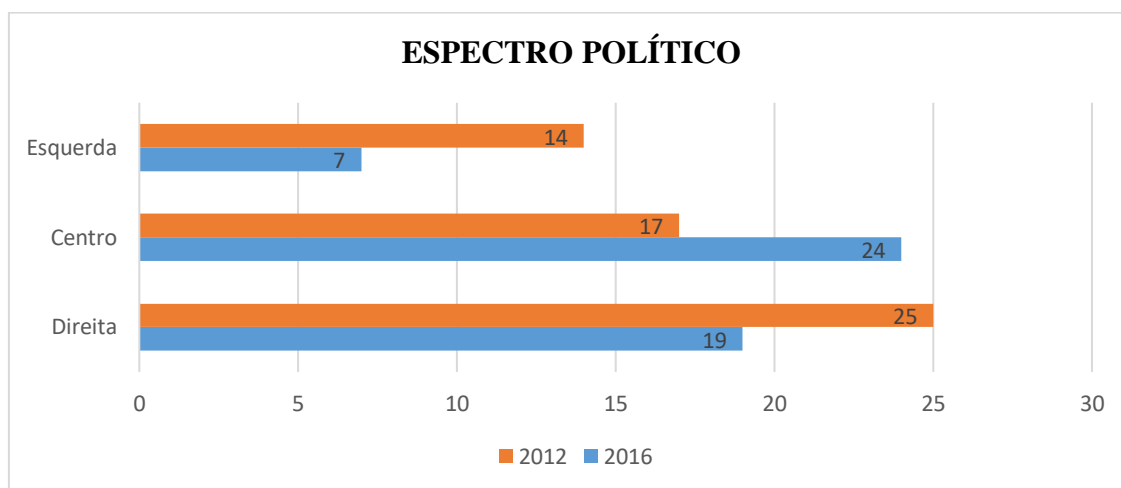


Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Os jovens candidatos que se declararam casados correspondem à 78%, os solteiros 20% e separado 1%. Dos casados 62% são mulheres e 38% homens, predominam as mulheres no estado civil de casado, já entre os solteiros 52% são homens e 48% mulheres, os homens com predominância no estado civil de solteiro. Os dados encontrados na região da AMAI são semelhantes da pesquisa de Nicoletti (2013).

Após analisar o estado civil, vamos seguir para outra categoria que necessita ser analisada, a do partido político. Para elucidar a discussão, antes de apresentar a composição dos partidos em que os jovens fazem parte e o comparativo entre os pleitos eleitorais de 2012 e 2016, será organizado para adequar a caracterização os partidos pelo seu espectro político.

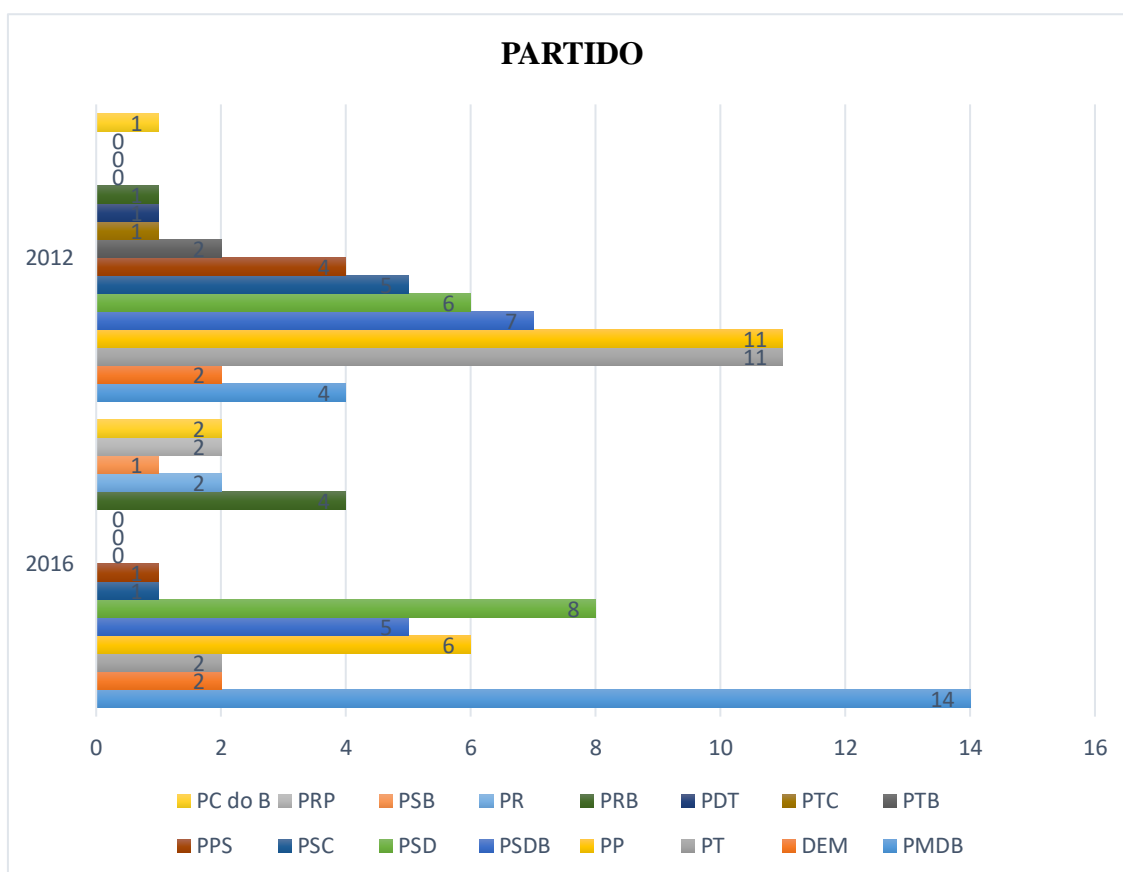
**Gráfico 6: Espectro Político dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Sobre o espectro político e conseqüentemente os partidos políticos em que os jovens possuem filiação na região da AMAI nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016: os partidos de direita (PP, DEM, PRB, PSC, PSDB, PRP) totalizando 44 candidatos; partidos de esquerda (PT, PPS, PC do B, PDT, PSB) foram 21 candidatos; e partido de espectro de centro (PTC, PMDB, PSD, PTB, PR) são 41 jovens candidatos.

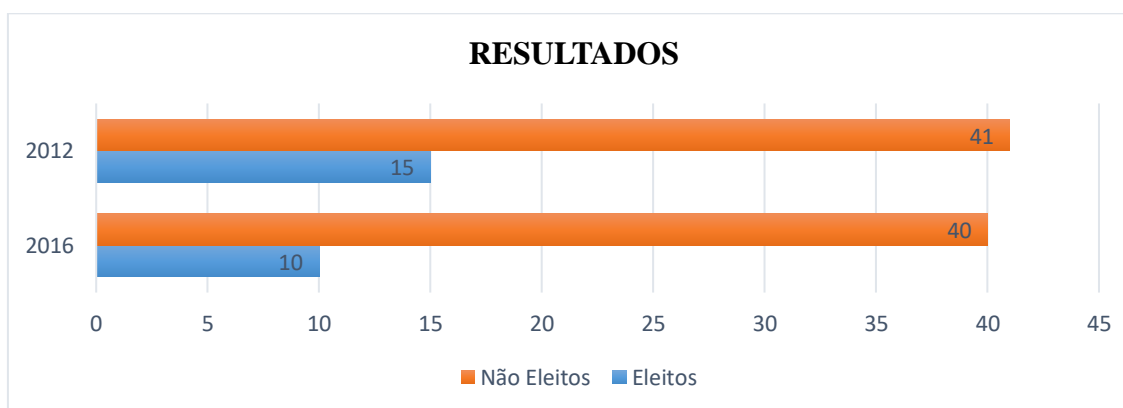
Do ponto de vista do espectro político há certa homogeneidade da presença jovem disposta pelos blocos ideológicos revelando uma leve tendência de maior presença de jovens vereadores na direita, reforçando os achados de Singer (2005) que elucidou a existência de um equilíbrio entre os jovens na sua distribuição entre esquerda, centro e direita.

**Gráfico 7: Partido dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:**

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

No que se refere aos partidos políticos que os jovens candidatos pertencem, evidencia-se de forma mais quantitativa os partidos PP, PT, PMDB, PSD, PSDB sendo estes os que possui o maior número de jovens candidatos.

Cabe destacar que são 16 partidos diferentes que tiveram jovens sendo candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016.

**Gráfico 8: Resultados dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:**

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Com relação aos resultados dos pleitos eleitorais, foi identificado na caracterização dos jovens candidatos, que em 2012 entre os 56 jovens candidatos, 41 não foram eleitos enquanto outros 15 foram eleitos. Em 2016 se teve 50 jovens candidatos, 40 não eleitos e 10 eleitos.

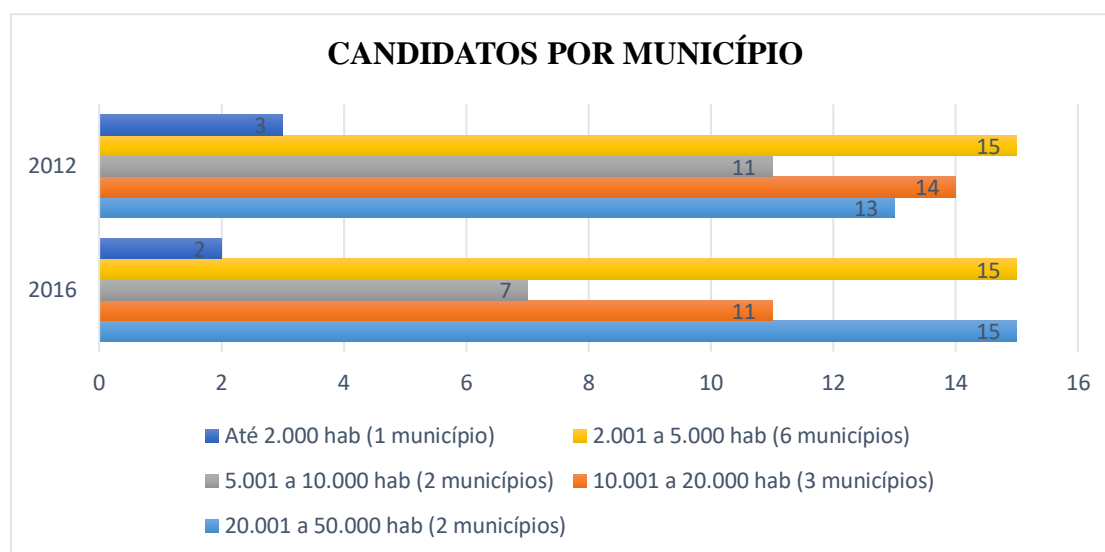
Trazendo dados do Brasil, vejamos que apenas 7,8% dos vereadores eleitos no pleito eleitoral de 2016 têm menos de 29 anos. Este número equivale a uma queda de 9,6% em comparação com os resultados das eleições municipais de 2012. Em 2012, 4.984 jovens com idades entre 18 e 29 anos foram escolhidos como parlamentares em suas cidades. Já em 2016, esse número foi de 4.545, segundo Informativo UOL (2016).

Se considerarmos o número total de vereadores eleitos em 2016 (56.810 que atuam em 5.568 Câmaras Municipais), os jovens são 7,8% dos novos donos de cadeiras em Câmaras Municipais do país, em 2012 eram 8,7%. Esse número está longe do que poderia mostrar uma representação da porcentagem da população jovem no país, cerca de 25% dos mais de 206 milhões de brasileiros, segundo o IBGE (2010).

Na região da AMAI em 2012 dos jovens candidatos os eleitos correspondem à 27% enquanto os não eleitos 73%, em 2016 dos jovens candidatos os eleitos representaram 20% e os não eleitos 80%. Somando os dois pleitos para fazer uma comparação e proporcionar uma taxa de sucesso das candidaturas juvenis, temos 24% de jovens eleitos e 76% não eleitos.

Se comparado com a pesquisa de Nicoletti (2013) em torno da participação juvenil no pleito eleitoral de 2008 na região Sul do Rio Grande do Sul, teremos que a região da AMAI com seus 24% de jovens eleitos, teve o dobro de sucesso da região de Azonasul-RS, que obteve 11,52% de sucesso entre seus candidatos jovens.

Vejamos na próxima análise os candidatos por município: se obteve que em 2012 foram 3 candidatos jovens em municípios de até 2.000 habitantes, em 2016 foram 2 jovens candidatos; nos municípios de 2.001 a 5.000 habitantes teve se 15 candidatos em 2012 e se manteve o mesmo número em 2016; já em municípios de 5.001 a 10.000 habitantes foram 11 candidatos em 2012 e 7 em 2016; nos municípios de 10.001 a 20.000 em 2012 foram 14 candidatos jovens e em 2016 os candidatos representaram 11. Por fim, nos municípios acima de 20.001 habitantes até 50.000, foram 13 candidatos em 2012 e 15 em 2016.

**Gráfico 9: Município dos candidatos nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:**

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Esta análise é importante na medida que, se por um lado, a participação juvenil de uma forma geral na política convencional é baixa; por outro, esta participação existe e está presente em todos os municípios da região da AMAI. A taxa de insucesso dos/as vereadores/as jovens chamam atenção para as dificuldades que se baseia na falta de experiências dos jovens candidatos, a desconfiança por parte da população perante aos jovens candidatos e a falta de recursos para viabilizar uma candidatura que obtenha êxito em uma candidatura juvenil.

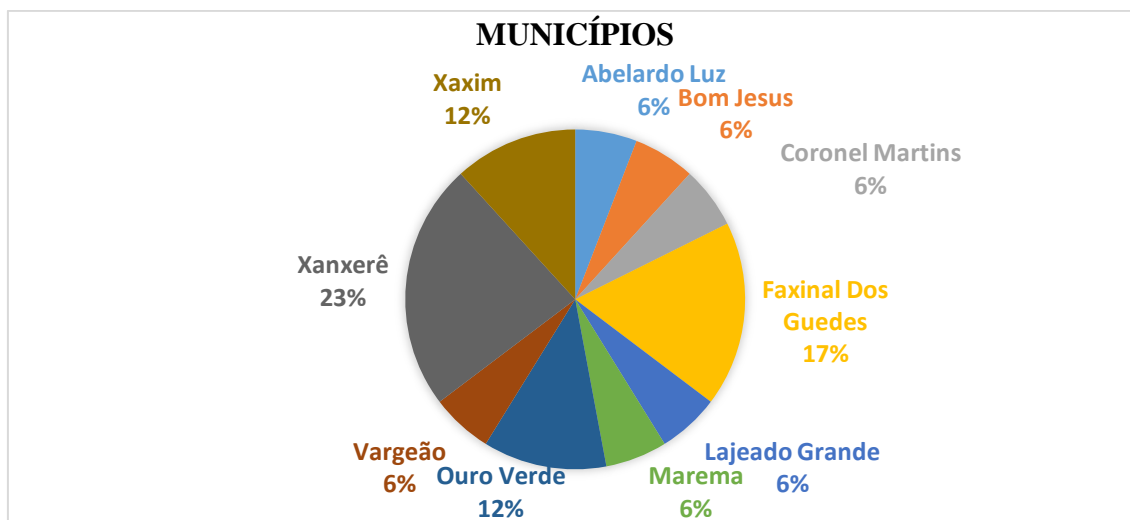
Assim, nos parece fundamental ingressar na análise dos dados dos jovens entrevistados, que revelam suas motivações, significados e representações, através dos jovens candidatos que participaram dos pleitos eleitorais, eleitos ou não eleitos, da região AMAI do oeste de Santa Catarina.

#### 4.3. Caracterização do perfil dos jovens candidatos entrevistados

As entrevistas foram realizadas nos meses de dezembro e janeiro de 2018 e 2019, respectivamente. Ao total obteve-se 17 entrevistas com candidatos nos pleitos de 2012 e 2016 de 10 municípios da região da AMAI. Para melhor visualização segue no capítulo a caracterização através de gráficos dos sujeitos entrevistados.

Entre os 14 municípios pertencentes a região da AMAI, foram entrevistados jovens candidatos de 10 municípios conforme gráfico a seguir:

**Gráfico 10: Município dos candidatos entrevistados:**

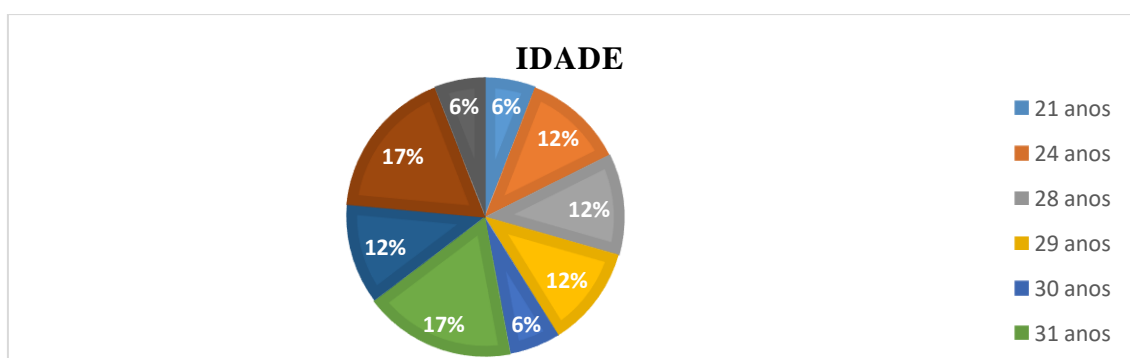


Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Com relação aos municípios que os candidatos entrevistados pertencem, de Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Lajeado Grande, Marema e Vargeão são 1 entrevistado por município, que corresponde a 6 entrevistados; Ouro Verde e Xaxim temos 2 entrevistados para cada cidade, que representa 4 entrevistados; de Faxinal dos Guedes são 3 entrevistados; e Xanxerê que se teve 4 entrevistados.

O gráfico abaixo apresenta a faixa etária atual dos jovens candidatos entrevistados, se observa que 3 entrevistados possuem 21, 30 e 35 anos, respectivamente; com 24, 28, 29 e 32 anos temos 2 entrevistados para cada idade, correspondendo a 8 entrevistados; e com 31 e 33 anos são 3 entrevistados para cada idade, que corresponde a 6 entrevistados.

**Gráfico 11: Idade dos candidatos Entrevistados:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

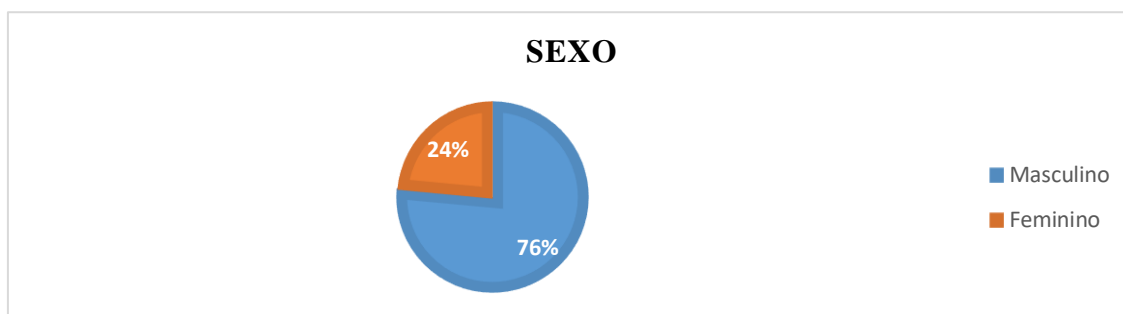
Comparado ao estudo de Nicoletti (2013) que observou a idade dos candidatos na época em que concorreram um maior número de jovens eleitos na faixa etária dos 26 aos 29 anos, correspondendo a 64% dos eleitos, na região da AMAI é semelhante os resultados, sendo que os eleitos entre os 26 e 29 anos representam 72%, enquanto os jovens entre 22 e 25 são 16% e dos 18 aos 21 anos apenas 12%.

O vereador mais jovem, eleito na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul na eleição de 2008, constatado pela pesquisa de Nicoletti (2013) foi Eduardo Leite (PSDB) vereador pelo município de Pelotas, na época com 23 anos. Já no presente estudo, aponta-se para o jovem J11 eleito vereador em Faxinal dos Guedes, que no pleito de 2016 tinha 19 anos, sendo um dos mais jovens vereadores eleitos do estado de Santa Catarina.

Retomando a questão de gênero cabe ainda frisar especialmente a participação política feminina, que se caracteriza, a partir das últimas décadas, pela conquista, por parte das mulheres, de novos espaços de atuação e direitos civis. Sob o ideário histórico do feminismo, a condição da mulher transformou-se, na sociedade ocidental, a partir da relação com os homens, desde a conquista histórica do voto, o crescimento das oportunidades de trabalho com salários mais próximos aos deles, o direito ao divórcio, o controle sobre o uso do próprio corpo em relação à saúde, mesmo que longe de uma condição de equidade (SOUZA, 2006).

Dessa forma, em relação à participação na político-partidária atual das mulheres Araújo (2005) destaca que é necessário considerar três aspectos simultaneamente para compreender a atuação das mulheres nos partidos políticos e posterior nos pleitos: a dimensão histórica, ou seja, “a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna” (p. 193); as manifestações culturais, que resultam muitas vezes em práticas preconceituosas e discriminatórias envolvendo as relações de gênero e que também se manifestam no interior dos partidos; e, finalmente, as características socioeconômicas mais gerais dos países e as dimensões do sistema político, incluindo as características do sistema partidário.

O gráfico a seguir ilustrará o sexo dos candidatos jovens entrevistados, em seguida, será abordado um comparativo entre pesquisas realizadas com a coleta de dados do presente estudo, visando qualificar esta categoria tão importante para a caracterização dos candidatos.

**Gráfico 12: Sexo dos candidatos entrevistados:**

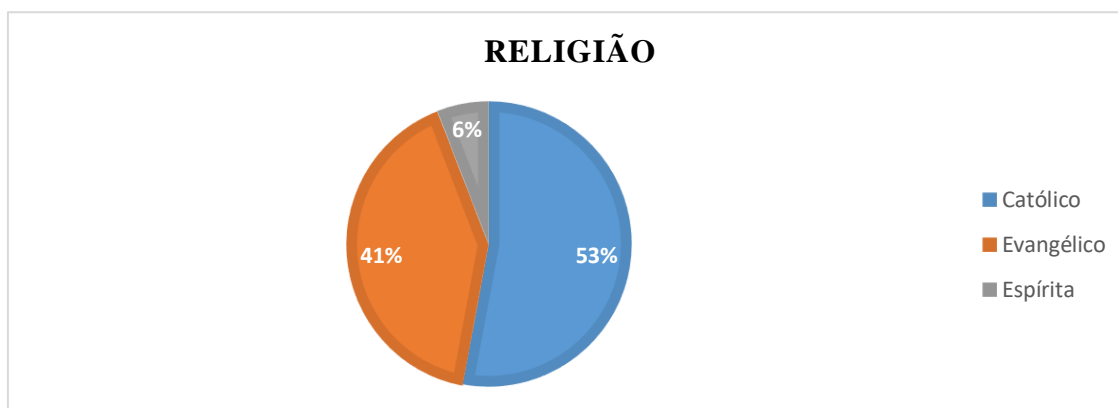
Com relação ao sexo dos candidatos entrevistados, 13 são homens enquanto as outras 4 entrevistadas foram mulheres. Ainda na pesquisa de Nicoletti (2013) a autora apresenta uma grande diferenciação de gênero existente na política uma vez que 20% dos jovens eleitos são do sexo feminino (índice alto para os padrões brasileiros de presença de mulheres nos legislativos) em contraponto com 80% de jovens vereadores eleitos do sexo masculino. Para efeito de comparação, na região da AMAI entre os 25 jovens eleitos, cerca de 92% são homens e 8% apenas mulheres.

Se analisarmos a religião sob a ótica da participação por parte dos jovens, veremos segundo pesquisa de Brenner (2011) “militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários” que os jovens em sua maioria ao responder as entrevistas desta pesquisa<sup>10</sup> informaram em sua maioria pouco participar da religião que professam, simplesmente seguem a tradição familiar na maioria dos casos em se auto denominar de uma religião ou outra.

Fazendo um paralelo com respostas mencionadas pelos jovens candidatos na região da AMAI, se tem relatos de jovens que tiveram a construção de suas relações sociais através de entidades ou grupos religiosos, sendo que esta área contribuiu para que surgisse o interesse em participar de um partido político e posteriormente de ser candidato, as vezes este processo é invertido, ou seja, após ser candidato o jovem inicia suas relações sociais com às entidades ou grupos, variando conforme as trajetórias dos jovens apresentadas.

Assim além de citar a família e a escola, podemos ter também a religião como importante agente de socialização política. “Assim, a participação dos jovens em associações e outras formas de interação social é criadora de capital social, porque tem efeitos na socialização política” (Nazzari, 2007, p. 514).

<sup>10</sup>Tese de doutorado sobre a militância de jovens em partidos políticos, pesquisa realizada com universitários. 2011.

**Gráfico 13: Religião dos candidatos entrevistados:**

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

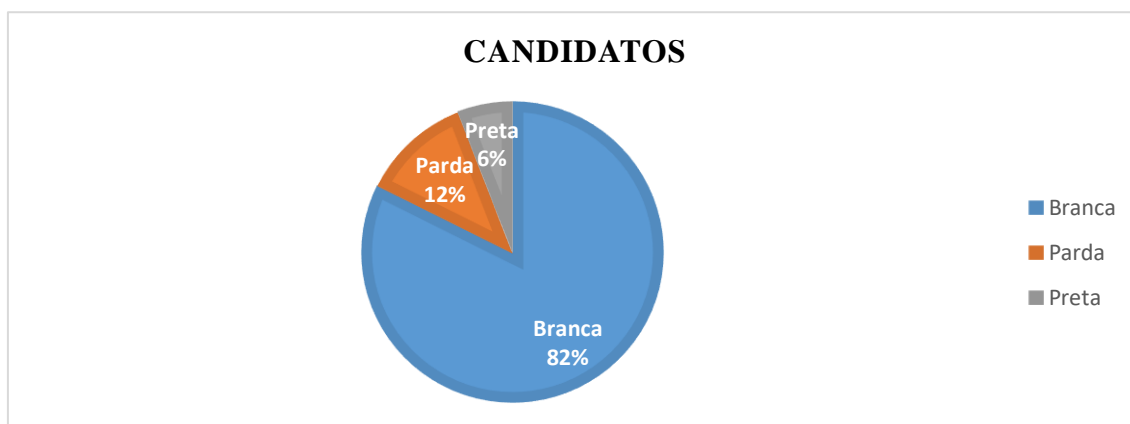
Para definição das informações do gráfico acima sobre a questão da religião, ressalta-se que 9 entrevistados afirmaram ser católicos, isto corresponde a 53%; outros 7 mencionaram a religião como evangélicos, representando 41%; e 1 jovem candidato entrevistado respondeu ser espírita, isto equivale a 6,0%.

Sobre o perfil religioso da classe política, o que se observa é o predomínio das religiões cristãs, sendo católica a maioria dos vereadores (apesar de haver também representantes evangélicos e espíritas) afirma Martins e Kerbaury (2017) através de estudo<sup>11</sup> sobre o perfil de vereadores.

Segundo os autores, constata-se uma consonância com os dados apresentados pelo censo do IBGE (2017) que destaca o declínio da religião católica e o crescimento do número de evangélicos e de pessoas que se declaram sem religião. Esta perspectiva é vista tanto no estudo com os vereadores de São Carlos (SP) como com os jovens entrevistados na região da AMAI. Predomínio das religiões cristãs, tendo a católica primeiramente, seguido pela evangélica.

Mais uma categoria que diz respeito a raça dos candidatos. Para esta discussão importa destacar o que Campos e Machado (2015) dizem sobre a relação de raça: apontando que a política não só é masculina como também é branca. “Uma breve observação das bancadas parlamentares é capaz de indicar o quanto os não brancos são subrepresentados nessa esfera e qual é a cor da elite política nacional”.

<sup>11</sup>Kerbaury e Martins. Artigo sobre o perfil da política local, com análise acerca da auto percepção e representação dos vereadores de São Carlos-SP, por meio de atributos sociais, ocupacionais e educacionais, período de 2001 a 2008.

**Gráfico 14: Raça dos candidatos entrevistados:**

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Com relação a classificação étnico-racial, 14 entrevistados mencionaram ser brancos, outros 2 entrevistados de raça parda, e 1 entrevistado afirmou ser da cor “preta<sup>12</sup>”. Os números apresentados entre os candidatos entrevistados na região da AMAI são semelhantes aos encontrados na pesquisa com os vereadores de da Câmara de São Carlos, os representantes legislativos são predominantemente brancos.

As razões por trás dessa baixa representação ainda não são objeto de intenso debate na Ciência Política. Contudo, Campos e Machado (2015) indicam algumas importantes hipóteses sobre os elementos determinantes da exclusão desses grupos das elites políticas, como a menor quantidade de recursos simbólicos (instrução e patrimônio) dos candidatos não brancos em relação aos candidatos brancos. Para Bueno (2012, p. 189), “o pertencimento a um grupo racial não afeta de forma substantiva a propensão a atuar politicamente, ao passo que fatores socioeconômicos, como renda e escolaridade, são nitidamente mais relevantes”.

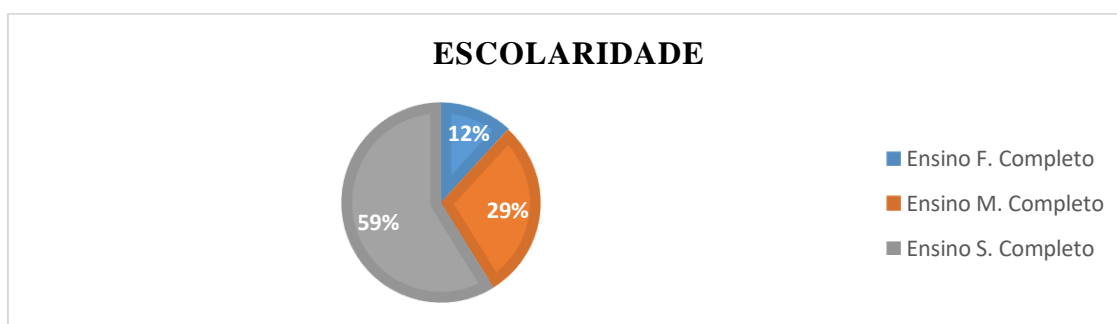
Outra categoria que retomaremos a discussão é a escolaridade, para análise será utilizado um relevante estudo de Rocha (2014, p.118) sobre "o perfil de jovens eleitos para a câmara dos deputados 2003-2011". No estudo foram caracterizados 21 parlamentares, destes, 14 possuem Superior Completo, 6 Superior Incompleto e 1 Ensino Médio Completo, na análise o autor enfatiza que a maioria é dotada de um título escolar apesar da pouca idade, dificilmente este fato está relacionado ao exercício de uma profissão respectiva antes ou depois da carreira parlamentar, dada a inserção precoce

<sup>12</sup>A nota tem objetivo de esclarecer a relatividade do termo, pois embora o entrevistado tenha utilizado este termo o mesmo deve corresponder a categoria negro segundo o Censo do IBGE (2010), entretanto, por uma questão de respeito ao ponto de vista do entrevistado mantemos a categoria expressa por ele.

destes jovens na política; neste sentido sim eles podem ser visto como verdadeiros "profissionais da política, conclui Rocha (2014).

Apesar de ser esferas diferentes, de um modo transversal será elencado os dados obtidos com relação a escolaridade dos jovens vereadores eleitos na região da AMAI: são 8 vereadores com Ensino Médio Completo; 5 com Ensino Superior Incompleto; 11 possuem Ensino Superior Completo e apenas 1 com Ensino Fundamental Completo.

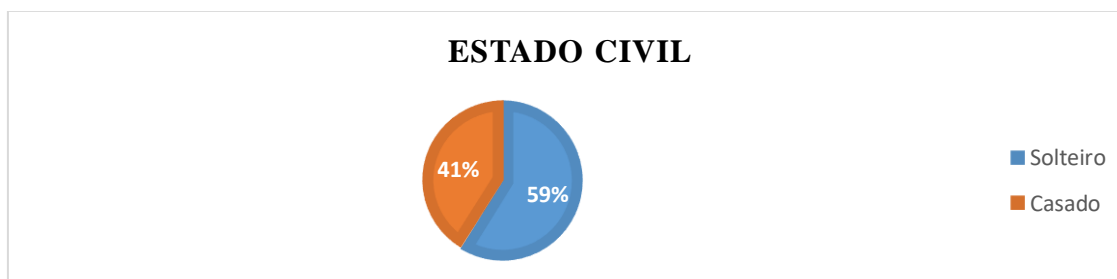
**Gráfico 15: Escolaridade dos candidatos entrevistados:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Em relação ao grau de escolaridade entre os 17 candidatos entrevistados, 2 possuem Ensino Fundamental Completo; 5 com Ensino Médio Completo; e para Ensino Superior Completo são 10 entrevistados. Se analisarmos através da perspectiva de Kerbauy (2005) aponta que a maioria dos vereadores do sexo masculino limitasse ao segundo grau completo. A maioria das mulheres vereadoras têm grau de instrução um pouco mais elevado do que os homens. E a maior parte das vereadoras que obtiveram grau de instrução superior estão nas regiões Sudeste e Sul. Nesta direção se somar os jovens eleitos na região da AMAI com Ensino Superior in/completo teremos 64%, um percentual significativamente considerável, o que demonstra que os jovens vereadores, apesar da pouca idade, apresentam um preparo intelectual formal bastante elevado.

**Gráfico 16: Estado civil dos candidatos entrevistados:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Sobre o estado civil, obteve-se enquanto solteiro 10 candidatos entrevistados, destes 5 candidatos foram eleitos e outros 5 não se elegeram; dos 7 que mencionaram como estado civil de casados, 4 foram eleitos e os outros 3 não se elegeram.

Um contraste encontrado sob o aspecto do estado civil é com relação a diferença entre o público específico do estudo em questão (jovens candidatos), para estudos com candidatos/vereadores de idade em geral, exemplo da pesquisa<sup>13</sup> de Nascimento e Weschenfelde (2008) que aponta entre 21 os vereadores, 16 são casados, 4 divorciados e apenas 1 solteiro, entre os parlamentares 1 apenas tem menos de 30 anos.

Isso corrobora na concepção de que tradicionalmente, os projetos vitais, na fase do desenvolvimento juvenil, têm incluído aspectos relacionados ao trabalho (satisfação profissional, realização, sucesso, reconhecimento, desenvolvimento), aos relacionamentos íntimos (familiar, afetivo, constituição de família, ter filhos, convivência social, participação na comunidade) e às sensações internas de bem-estar, felicidade, conforme Carter e McGoldrick (2001).

No entanto, as mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas repercutiram na transição para a adultez, envolvendo percursos escolares mais prolongados, inserções tardias e instáveis no mercado de trabalho e homologia nos papéis de gênero. Todas essas transformações têm reverberado, também, nos estilos de vida, na união conjugal e na família, alterando a posição que o casamento ocupa entre os projetos vitais (GUERREIRO E ABRANTES, 2005).

A categoria do partido política também se destaca como importante para este processo de caracterização e diálogo com a literatura. O número de partidos com representação local indica a fragmentação partidária no Brasil, com efeitos marcantes no processo eleitoral municipal, bem como na atuação das câmaras municipais e na constituição dos interesses dos vereadores de situação e de oposição.

No sistema presidencialista, a maior manifestação do número de partidos, ou de fragmentação partidária, ocorre no Legislativo em função das regras eleitorais. O caráter uninominal na disputa presidencial, na qual somente um único partido pode obter o controle governamental, inibe a proliferação de legendas, segundo Rebello (2012). Já no Legislativo, embora as configurações institucionais possam variar, é frequente, na

---

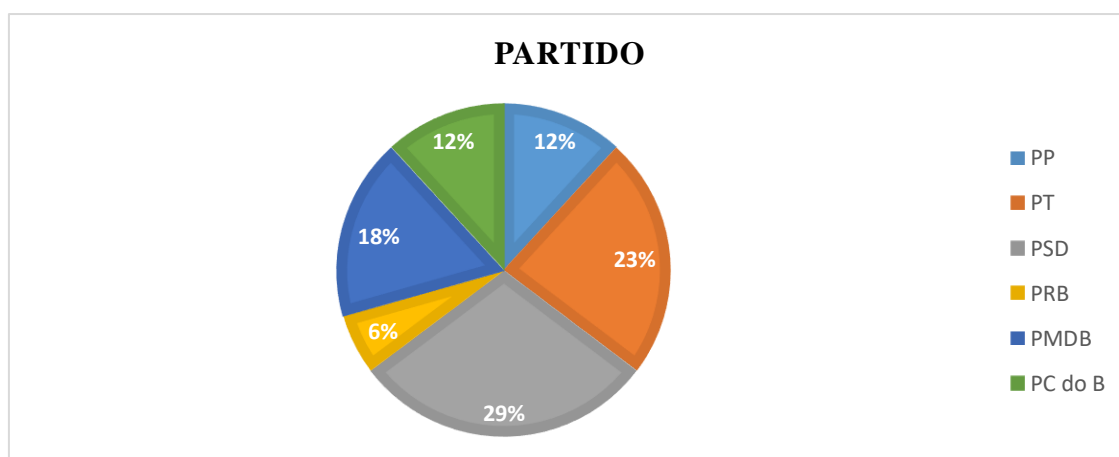
<sup>13</sup>Pesquisa realizada pelo autor sobre a necessidade de informação dos vereadores de Florianópolis: estudo de usuário. O tema da pesquisa se refere de que forma e em que fontes os vereadores buscam informações para capacitar sua atuação legislativa. Os resultados desta pesquisa refletem as respostas dos vinte e um vereadores, sendo onze do mandato 1996/2000 e dez do mandato em curso, 2001/2005

maioria dos países, algum grau de proporcionalidade na eleição. Além disso, uma maior fragmentação partidária no Legislativo carrega uma série de implicações para o sistema político.

Em específico, no caso brasileiro, o altíssimo número de partidos político chama atenção, já que atualmente o Brasil possui um dos maiores casos de fragmentação partidária no mundo inteiro. O quadro de fragmentação partidária que já era alto em 1990 foi subindo e, atualmente, a tendência é de alta, embora com pequena aceleração (REBELLO, 2012).

Semelhante ao que o autor aborda anteriormente, nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016 na região da AMAI, foram computados jovens candidatos filiados em 16 siglas partidárias. No gráfico a seguir encontra-se os partidos dos 17 jovens entrevistados, importa destacar que os todos os jovens entrevistados permanecem nos mesmos partidos políticos em que foram candidatos nos pleitos de 2012 e 2016.

**Gráfico 17: Perfil dos Candidatos Entrevistados com relação ao partido:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

No que tange os partidos políticos que os jovens candidatos possuem sua filiação, encontra-se no PP 2 entrevistados; PT são 4 entrevistados; PSD outros 5 candidatos; no PRB 1 entrevistado; PMDB são 3 candidatos; e no PC do B 2 entrevistados.

Analisando a filiação dos 25 eleitos entre os pleitos de 2012 e 2016, percebe-se que o partido que mais elegeu vereadores foi o PMDB com 6 jovens eleitos, seguido pelo PSD, PT e PSDB com 3 jovens eleitos cada, isso reflete uma significativa capilaridade e a importância da organização partidária.

Outra categoria fundamental para ser discutida e contextualizada é com relação ao resultado dos candidatos jovens nos pleitos eleitorais em questão. A seguir temos o gráfico com os dados obtidos na caracterização dos jovens entrevistados. Sobre os resultados decorrentes dos pleitos eleitorais de 2012 e 2016, são 8 candidatos entrevistados não eleitos e 9 candidatos entrevistados eleitos.

**Gráfico 18: Resultado dos candidatos entrevistados:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

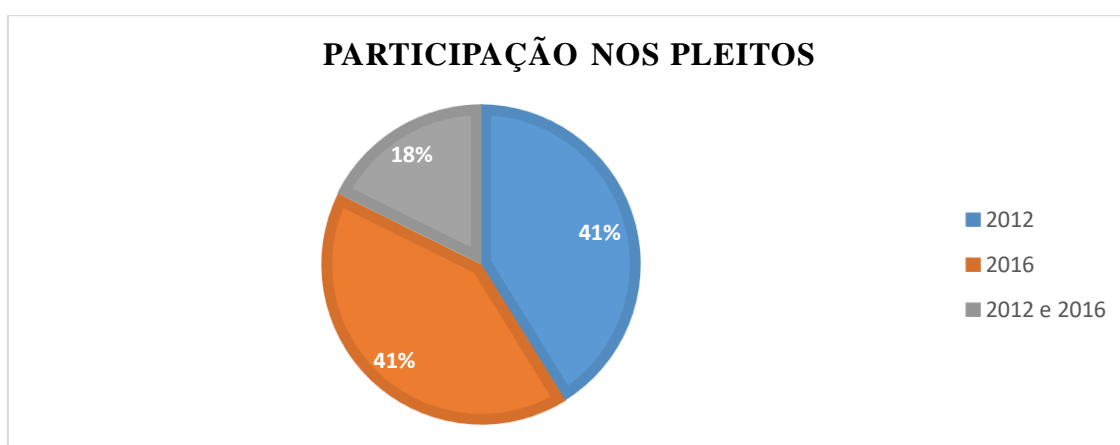
É importante deixar claro que o processo político eleitoral é bastante complexo, sendo calcado, principalmente, na estrutura dos partidos políticos. No entanto, para a análise do sucesso eleitoral dos jovens candidatos iremos desprezar os cálculos dos coeficientes eleitorais, tendo em vista que a multiplicidade de municípios abarcados nesta dissertação dificultaria o esmiuçar dos dados. Assim, ao fazermos as análises estamos partindo de um recorte, simplesmente, etário, não analisando, pelo menos nesse quadro, a vinculação com os partidos políticos e a complexa engenharia institucional brasileira.

Dessa forma, como podemos observar o município com maior taxa de sucesso de candidaturas jovens na eleição de 2012 foi Vargeão que conseguiu eleger 100% dos jovens que concorreram (2 vereadores), seguido pelo município de Ouro Verde com 66,0% (de 3 vereadores jovens 2 se elegeram) de taxa de sucesso. Em 2016 o município com maior taxa de sucesso de candidaturas jovens foi Lajeado Grande e Ouro Verde conseguindo eleger 50% dos jovens que concorreram (de 2 vereadores jovens 1 se elegeu), seguido pelos municípios de Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ponte Serrada e São Domingos com 33,0% (de 3 vereadores jovens 1 se elegeu) de taxa de sucesso.

Outro município que cabe destacar foi Xanxerê (grande porte) que no ano de 2016 elegeu 2 jovens vereadores, tendo em vista que a Câmara de Vereadores do município é ocupada por 9 vereadores, isso corresponde à uma representação de 22,2%.

O percentual de candidatos jovens não eleitos chama atenção para as dificuldades de uma candidatura juvenil. Em 2012 o total de candidatos independente da faixa etária nos 14 municípios da região da AMAI foi 470, em 2016 o número foi de 527. Em 2012 entre as 470 candidaturas, 50 foram de jovens um percentual de 10,5%, em 2016 entre as 527 candidaturas, 56 foram de jovens um percentual de 10,6%. Se analisarmos os vereadores eleitos que foram 130 nas Câmaras Municipais da região da AMAI, em 2012 foram 15 jovens, representando 11,50% dos eleitos, já em 2016 foram 10 jovens, correspondendo a 7,70% dos vereadores eleitos.

**Gráfico 19: Participação em pleitos eleitorais dos candidatos entrevistados:**



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Com relação a participação nos pleitos eleitorais, 7 candidatos entrevistados mencionaram que disputaram o pleito de 2012; igualmente outros 7 candidatos entrevistados do pleito de 2016; e 3 candidatos entrevistados participaram de ambos os pleitos, 2012 e 2016.

## 5 PERCEPÇÕES DOS JOVENS DA REGIÃO DA AMAI SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO EM PLEITOS ELEITORAIS

Neste capítulo encontra-se as respostas encontradas na aplicação dos questionários aos 17 entrevistados, sendo que para melhor análise, às questões serão agrupadas em sessões temáticas devido a suas semelhanças, estes grupos serão a seguir aglutinados em subtítulos para evidenciar o que se questionava na devida questão. Às questões referentes aos capítulos 5.1, 5.2, 5.3 foram aplicadas a todos os 17 entrevistados (eleitos/não eleitos), já às questões dos capítulos 5.4, 5.5, 5.6 foram aplicadas apenas aos 9 jovens vereadores eleitos, pois, se trata da percepção da atuação legislativa.

**Quadro 3 - Agrupamento das questões por sessão temática**

CATEGORIA	QUESTÕES
Motivos que influenciaram a participação na política e nos pleitos eleitorais?	14.Como ocorreu a filiação partidária e quais fatores influenciaram? 15. Antes de concorrer em um pleito eleitoral, você participava de movimentos sociais, grupos ou entidades? Se a resposta for sim, que tipo de organização e o nível de participação, tempo e função: 16.Quando e quais motivos fizeram você se interessar pela política partidária? 17.Membros de sua família já estiveram vinculados à esfera política ou pública, a exemplo de partidos políticos, movimentos sociais, associações de classe, entre outros?
Como foi o apoio e a viabilidade financeira para a candidatura?	18.Sua família e amigos apoiaram sua candidatura? De que forma? 19.No que se refere a sua atividade profissional, a mesma inibiu ou contribuiu para sua candidatura? 20.Como viabilizou financeiramente sua candidatura?
Como foi a construção de suas relações sociais, e se sentiu representado em relação aos votos recebidos? Você se candidatura novamente?	21.Você se candidatura novamente? ( ) sim ( ) não ( ) talvez. Porque? 22.Como ocorreu a construção das suas relações sociais antes de ser candidato com a comunidade, grupos, entidades do seu município? 23.Você se sentiu representado em relação aos votos recebidos? considerando sua trajetória e plataforma de trabalho na candidatura.
Como avalia o trabalho legislativo e a relação com os colegas, e entre o Legislativo e Executivo?	24.Como avalia o trabalho do legislativo no município? 25.Como ocorrem as relações partidárias e políticas com os colegas vereadores? 26.Avalie a relação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo?
Como vê a participação de candidatos jovens? E em seu mandato como ocorre a relação com os eleitores e como concilia com demais atividades?	27.Como você avalia a participação de candidatos e parlamentares jovens? Quais as dificuldades e potencialidades? 28.Em seu mandato, como ocorre a relação com os eleitores, organizações e quais mecanismos de comunicação são utilizados? 29.Como concilia as demais atividades com a função legislativa?
Que propostas conseguiu viabilizar e quais as dificuldades e satisfações? Disputaria novos pleitos eleitorais?	30.Avalie a sua atuação legislativa perante a opinião pública e quais propostas e projetos você tem conseguido viabilizar? 31. Quais as dificuldades e momentos satisfatórios da função que exerceu? 32. Sobre o futuro, possui pretensões em projetos que envolvam disputa de pleitos eleitorais? Caso sim, qual o espaço pretendido?

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Salientando que às questões 1 a 13 diz respeito a caracterização básica do perfil dos jovens entrevistados, que foi apresentado no capítulo anterior. Então para as questões descritivas conforme quadro 3 seguirá da questão 14 a 32 conforme roteiro de entrevista.

O quadro apresenta o primeiro conjunto que foi composto pelo agrupamento das questões 14, 15, 16 e 17; o segundo conjunto teve as questões 18, 19 e 20; no terceiro compreendeu questões 21, 22 e 23; já no quarto as questões 24, 25 e 26; o quinto conjunto foi composto pelas questões 27, 28 e 29; já o sexto e último teve as questões 30, 31 e 32.

### 5.1. Contextos e motivos que influenciaram a participação em espaços políticos e em pleitos eleitorais

Na literatura especializada, vejamos que os motivos estimulantes para a participação em partidos políticos de acordo com pesquisa realizada por Miranda e Balardini (2000) com jovens que participam ativamente em partidos políticos e organizações sociais, três elementos apareceram como favorecedores da participação juvenil: histórico de participação familiar, convicção e motivação pessoal e formação e capacitação. É importante frisar que esses fatores podem vir muitas vezes associados. A disposição pessoal e o desejo de fazer a diferença no mundo em que vivem apareceram como principais fatores de inserção política para a maioria dos jovens por nós entrevistados. A influência e o exemplo dos pais e a carreira profissional foram outros fatores influenciadores.

No estudo de Nardi; Souza; Menandro (2012) com jovens militantes em partidos políticos, os motivos apresentados para a filiação partidária foram organizados nas seguintes categorias: a) ampliação da participação; b) influência de outras pessoas; c) interesse profissional; d) desejo de acabar com a injustiça; outras categorias foram: formação política, prestígio e visibilidade, características pessoais e contribuição para o partido. Diante do exposto o estudo identificou que não houve concentração de respostas em uma ou outra categoria. Ao contrário, nota-se que elas se distribuíram de modo equitativo entre os diferentes motivos associados à participação.

Se os partidos políticos são organizações vitais para a manutenção da democracia, encontra-se aí um grande desafio: o de atrair jovens cidadãos para se tornarem membros partidários. Por isso a importância de investigar os motivos que levaram jovens a optar

por essa forma de participação. Nesta direção do estudo com jovens militares constatou-se que entre estes jovens militares, suas respostas remetem para o entendimento segundo Recchi (1999):

Os partidos permitem a ampliação da participação e são percebidos também como espaços importantes para o desenvolvimento de uma carreira profissional na política. Essas noções parecem fundamentar as representações dos jovens militantes, já que as pesquisas mostram que políticos com carreira consolidada iniciaram sua militância política ainda jovens, nas organizações partidárias.

Parece haver, entre esses jovens, uma representação de participação em que os partidos se constituem em uma forma privilegiada de ação política. Seus discursos valorizam os partidos, representados positivamente como espaços importantes de atuação, conclui os autores Nardi; Souza; Menandro (2012).

Vejamos abaixo as informações encontradas nas entrevistas com os jovens candidatos da região da AMAI, com relação aos motivos que influenciaram a participação política e nos pleitos eleitorais, posteriormente será realizado alguns comparativos sobre o núcleo temático.

Entre os motivos 3 entrevistados responderam que sua influência ocorreu a partir do trabalho, destes cabe destacar a atividade no sindicato e na pastoral da juventude, isto representa 18,0%. Outros 4 entrevistados mencionaram que sua influência foi pelo fato de contribuir com novas ideias que estão ancoradas na convicção e motivação pessoal do jovem que visa colaborar na esfera legislativa e conseqüentemente promover o desenvolvimento social do seu município dentro das prerrogativas da função legislativa, correspondendo a 24,0%.

Igualmente outros 4 entrevistados relataram que a motivação para participar da política foi através da família, sendo que esta resposta corresponde a 24,0%. Também tivemos a resposta motivada pelo convite de algum agente político (vereador, prefeito ou deputado) tendo 4 entrevistados que assim responderam, totalizando 24,0%.

Um entrevistado citou que a influência na sua participação se deu pelos amigos, correspondendo a 5,5%. Da mesma forma 1 entrevistado respondeu que sua participação foi baseada na influência do curso de Ciências Sociais, isto representa 5,5%. Cabe destacar algumas respostas na íntegra, como a da jovem J4 que tem 23 anos, não foi eleita, é formada em administração de empresas e atualmente é empresária no município:

Meu processo de filiação foi familiar. Antes de [...] se emancipar meu avô já era vereador e ele foi uns dos fundadores do partido o [...] depois disso meu

pai foi presidente do partido aonde ele ficou por 8 anos, nesse período ele foi candidato a vice-prefeito como meu pai era presidente acabei me filiando com 16 anos aonde comecei a participar mais ativamente até o momento aonde se renovou o partido e com isso corri de candidata. (J4)

O jovem J5 que tem 30 anos, não foi eleito, é conselheiro tutelar, formado em ciências contábeis, menciona sobre sua participação, que:

Minha participação e posteriormente filiação ocorreu por um convite do Ex-prefeito de [...] para que eu fosse candidato a vereador. Eu sempre tive um sonho de ser prefeito e por isso optei em ser vereador para ganhar experiência para poder concorrer à vaga de prefeito. (J5).

Já o jovem J11 que tem 21 anos, foi eleito, é estudante, Bacharel em Direito, afirma que sua participação na política com filiação partidária e posterior disputa no pleito teve motivação pela:

Como que sempre gostei de participar do meio político eu sempre quis fazer parte da mudança e de contribuir com novas ideias, para você fazer isso precisa dar o primeiro passo e foi o que eu fiz, me engajando mais na política como candidato. (J11).

Mesmo com apenas 1 resposta, vale ressaltar a influência do curso superior para a participação política, na resposta do jovem J9, ele tem 29 anos, não eleito, é formado em Ciências Sociais e tem atividade profissional enquanto empresário:

Minha primeira filiação partidária foi no partido [...] e minha maior influência foi o curso de ciências sociais aonde no curso se trata bastante de questões sociais. (J9).

Percebe-se que entre os entrevistados foram encontradas 6 respostas distintas com relação aos motivos que influenciaram a participação na política e nos pleitos eleitorais. Destaca-se como mais repetente a influência da família, de um agente político e de querer contribuir com novas ideias convicção e motivação pessoal) para o município. Os dados encontrados são semelhantes com o estudo de Miranda e Balardini (2000), com exceção da influência de amigos para a inserção nos espaços da política tradicional e do convite de um agente político para sua participação.

Brenner (2011) já havia destacado que o processo de socialização política acompanha o indivíduo por toda a sua vida, num processo de constante aperfeiçoamento através das redes de relações que se estabelecem ao longo da vida e parece ser o que aconteceu na trajetória destes entrevistados, ou seja, o fato por exemplo de um familiar

ter estado sempre envolvido com a política partidária ou de um agente político, também devido ao desejo de expor/aplicar suas ideias “novas” para a sociedade, ou devido ao envolvimento na universidade, colaborou no despertar para a política convencional.

## 5.2. Apoio e viabilidade financeira para a candidatura

No que tange a viabilidade financeira os autores Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) partem do pressuposto conforme levantamento de dados que para atingir bons resultados em uma candidatura de vereador é preciso investir um capital financeiro mediano, salvo raras exceções, estarão fadados ao insucesso eleitoral aparecendo nas últimas posições da lista de seus partidos. Infelizmente o mercado político ainda é desigual e comandado entre outros pela força do capital financeiro.

Nessa direção, é importante que se diga que aos jovens esse predomínio econômico é um problema, na medida em que muitas das vezes em que ingressam como candidatos não possuem ainda uma base de subsistência sólida que possibilite investir na candidatura, precisando contar com o apoio econômico familiar e/ou partidário para poder arcar com o ônus do custo de campanha (LE MOS, MARCELINO e PEDERIVA, 2010).

Outra questão relevante é o apoio que os jovens possuem para enfrentar um pleito eleitoral. Exemplo claro apontado na pesquisa de Nicoletti (2013) é a influência dos pais (principalmente a figura do pai) que em muitos casos é um ex-político e contribui na construção da carreira política do filho. No entanto cabe através da identificação da realidade encontrada uma perspectiva contrária a lógica apresentada por Nicoletti (2013), sendo que na região da AMAI apenas 2 entrevistados mencionaram o apoio de um ex-político familiar, ou seja, isto representa 12,0% dos jovens entrevistados.

Cabe também destacar o apoio dos amigos, que de acordo com o estudo de Brenner (2011) há relatos de jovens entrevistados em que o caminho para ser candidato foi trilhado com apoio de amigos que o jovem candidato tinha feito ao longo de sua militância estudantil.

Com relação ao apoio recebido para a candidatura e como realizou a viabilidade financeira, os jovens candidatos da AMAI mencionaram: 15 entrevistados responderam que sua família, amigos e a atividade profissional apoiaram e contribuiu para sua candidatura, correspondendo a 88,0%. Outros 2 entrevistados mencionaram que sua

família e amigos apoiaram, mas sua atividade profissional inibiu sua candidatura, isso representa 12,0%.

O aspecto da atividade profissional se a mesma contribuiu ou inibiu a candidatura foi baseado em achados no estudo de Nicoletti (2013), sendo à exemplo do vereador de Rio Grande, Thiago Pires Gonçalves, que mencionou que sua atividade como jornalista, apresentando um programa musical na rádio, foi o seu maior capital, transformando sua atividade profissional em votos. A fala é importante na medida que buscamos sobre esta questão ter um olhar para a realidade dos jovens na região da AMAI.

Sobre a viabilidade financeira para realizar a candidatura 6 entrevistados responderam que foi utilizado recursos próprios e do partido, ou seja, 35,0%. Já 4 entrevistados mencionaram que tiveram apoio financeiro apenas do partido, representando 24,0%. São 3 os entrevistados que responderam utilizar-se apenas de recursos próprios para viabilizar sua candidatura, correspondendo a 18,0%.

Outros 2 entrevistados mencionaram que receberam apoio financeiro para viabilizar sua candidatura de amigos e do partido, representando 11,5%. E também teve 2 entrevistados respondendo que se utilizaram de recursos próprios e dos amigos, correspondendo a 11,5%.

Entre as respostas obtidas, algumas cabe destacar devido sua relevância pela repetição ou também para analisar a sua especificidade. O jovem J7 que tem 31 anos, não foi eleito, é Policial Militar, Bacharel em Direito, afirma que:

Minha família e amigos ajudaram bastante, fazendo campanha e pedindo votos e a profissão contribuiu, pois, eu estava sempre em contato com a comunidade e as pessoas. Financeiramente foi com ajuda de amigos e do partido. (J7).

Diferente do candidato anterior, o jovem J14 possui 29 anos, foi eleito, é agricultor, formado em Educação Física, foi candidato nos pleitos de 2012 e 2016, aponta:

Minha família e amigos ajudaram no planejamento da campanha e pedindo votos, e minha atividade profissional inibiu, devido ela me isola das pessoas e deixa pouco tempo para mim visitar as famílias e participar de eventos. Utilizei de recursos próprios e do partido (J14).

Outra resposta que vale ressaltar é da do jovem J12 que tem 27 anos, foi eleito, é bancário, graduado em Bacharel em Direito, segundo o candidato:

Meus amigos apoiaram amplamente minha candidatura, minha família também tirando minha mãe, minha mãe foi à pessoa contrária da família, mas

o resto foram todos favoráveis. Financeiramente foi com recursos próprios. (J12).

A jovem J10 que tem 23 anos, não eleita, exerce a profissão de secretária, possui ensino médio completo, ressalta como foi dado o apoio para sua candidatura, sendo que:

Minha família e amigos me apoiaram, realizando visitas e pedindo votos, meu trabalho contribuiu, pois estou sempre com pessoas. Só utilizei o que venho do partido que foi o material de campanha, não tive outros gastos. (J10).

Cabe ressaltar que entre os entrevistados foram 15 que responderam ter a contribuição da família, amigos e da atividade profissional, e apenas 2 respostas nas quais se teve o apoio da família e amigos, mas a atividade profissional foi fator inibitório, tendo em vista o relato dos entrevistados em que seu ponto de vista sobre sua atividade profissional impossibilitava sua participação em debates em torno de temas da sociedade ou de estar em constante contato com a população em geral e através das sociedade civil organizadas. Já com relação a viabilidade se destaca os 6 entrevistados que mencionaram o uso de recursos próprios e do partido.

Realizando uma relação com o estudo de Brenner (2011) notamos a presença de relato de jovens que também não receberam apoio da família, corroborando com os resultados encontrados entre os jovens da região da AMAI. De outra direção também é visto que muitos jovens candidatos receberam apoio de sua família, de diversas maneiras. O apoio dos amigos é tido praticamente de forma unânime como maciço. Segundo Brenner (2011) o apoio financeiro do partido/coligação partidária, representa um importante suporte em momentos significativos como no período eleitoral.

### 5.3. Construção da trajetória política e relações sociais

Durante as discussões teremos núcleos temáticos que serão tratados de modo transversal com a literatura especializada, por não haver estudos que contemplem as mesmas questões da presente pesquisa com os jovens candidatos da região da AMAI.

Na pesquisa de Nicolleti (2013) foi questionado aos candidatos: “já participou de algum movimento social, associação, sindicato, clubes etc?”. O resultado encontrado foi

de que a maioria, 73,33% já havia participado ativamente de alguns desses espaços políticos, sendo que nesse universo 54,54% participou em mais de uma instituição.

Comparado a região da AMAI, percebe-se forte semelhança, sendo que 88% dos jovens entrevistados no presente estudo mencionaram a participação em entidades, associações, clubes, antes de ser candidatos e destes quase 50% participou de mais de uma instituição.

Acerca da satisfação tendo em vista os votos recebidos diante das relações sociais, temos 2 entrevistados que consideram representados pelo número de votos recebidos e suas relações sociais se baseia no sindicato dos produtores rurais e na pastoral da juventude, ambos afirmam que se candidatariam novamente, correspondendo a 11,75%. Outros 2 entrevistados mencionaram que não construíram relações com a comunidade ou grupos, ambos também responderam que talvez seriam candidatos novamente, um deles não se sentiu representado pelos votos recebidos, outro considerou satisfatório e representado, isso corresponde a 11,75%.

Também foram 2 entrevistados que responderam ter suas relações sociais com ênfase no trabalho voluntário, um deles não se sentiu representado pelos votos recebidos e também não se candidataria novamente, outro considerou satisfatório e representado sendo que talvez se candidataria novamente, representando 11,75%. A maior construção de relações sociais apontado pelos candidatos foi através de entidades e associações esportivas, sendo um total de 6 candidatos. Entre eles, cinco afirmam que se sentiu representados pelos votos recebidos e destes quatro se candidataria novamente e um apenas que não participaria mais de um pleito, por outro lado segundo um entrevistado ele não se sentiu representado e também não seria mais candidato, correspondendo a 35,25%.

Obeve-se 2 entrevistados que mencionaram suas relações sociais construídas por meio de entidades religiosas, um deles não se sentiu representado e talvez se candidataria novamente, já o outro se sentiu representado e sim, se candidataria de novo, ou seja, 11,75%. Também foram 2 entrevistados que responderam que suas relações sociais se baseia nas associações comunitárias, ambos se sentiram representados pelos votos recebidos, um deles menciona que talvez seria candidato novamente, já o outro afirma que sim, seria candidato mais uma vez, representando 11,75%.

Apenas 1 entrevistado mencionou que sua construção social ocorre através de grupo de amigos informal que se reúne para discutir ideias do município, o entrevistado

afirma que se sentiu representado pelos votos recebidos e que também se candidataria novamente, correspondendo a 6,00%.

Cabe destacar algumas respostas literais, como a do jovem J1 que possui 32 anos, foi eleito, é administrador, formado em administração de empresas, sendo que participou dos pleitos eleitorais de 2012 e 2016:

A construção foi feita por estar na igreja na função da pastoral da juventude e a questão do meu serviço (sindicato) que contribuiu para tomada dessa decisão. Na primeira eleição em 2012 por ser minha primeira eleição me surpreendi bastante onde eu fiquei em 4 lugar e ainda mais pelos custos da campanha que foi investido que eram algo baixo pelo número de votos alcançados. Eu gosto desse meio político, mas tudo depende do coletivo para as tomadas de decisões com relação ao meio a ser ocupado, mas me candidataria novamente sim. (J1).

O jovem J16 que tem 35 anos, não eleito, é funcionário público municipal, possui ensino fundamental completo, ele participou do pleito de 2012, não sendo eleito, e menciona que:

Sempre participei de associações esportivas, principalmente em times de futebol, sendo uma relação muito boa. Fiz 67 votos eu achei que seriam mais, principalmente pelos amigos e familiares, mas na média achei satisfatório. Eu me candidataria novamente, mas se tiver melhores condições financeiras. (J16).

A jovem J8 que tem 23 anos, foi eleita, é doméstica, possui ensino médio completo, e durante seu relato riquíssimo, ela fala de muitos desafios e da surpresa em ser a Vereadora mais votada não apenas do pleito de 2016, mas de toda história desde que seu município foi emancipado:

Eu sempre participei do grupo de jovens na igreja onde eu frequentava, aonde eu tinha a função na parte de coordenação do grupo. Foi muito mais que eu esperava, por ser uma pessoa humilde foi algo muito satisfatório para mim. Sim me candidataria novamente, pois, o principal motivo é que eu gosto do que eu estou fazendo e acredito no meu trabalho. (J8).

Apesar de ter apenas 2 respostas repetentes, importa destacar o que o jovem J3 de 33 anos, não eleito, funcionário público municipal, possui ensino médio completo, discorrendo sobre sua vivência em que:

Nunca tive envolvimento com grupos, entidades ou associações, só contato de trabalho. Pelo setor que eu trabalho (fiscalização) achava que teria mais votos, mas eu achei bom pela quantidade de votos que eu saí da minha casa. Talvez eu me candidataria novamente, por que a política hoje está muito difícil de você correr a um pleito eleitoral, mas tudo depende do momento. (J3).

Identifica-se que entre os entrevistados foram encontradas 7 respostas distintas com relação a construção das relações sociais dos entrevistados. Ressalta-se como mais repetente a relação com entidades e associações esportivas, também é mencionado o envolvimento em entidades religiosas e de serviços voluntários. Dentre os entrevistados 13 responderam que se sentiram representados pela votação alcançada, já outros 4 mencionam que não se sentiram representados pela quantidade de votos recebidos. Sobre se candidatar novamente, 9 entrevistados afirmaram que talvez correspondendo a 53%, outros 6 que sim representando 35%, e apenas 2 não seriam candidatos novamente que corresponde a 12%.

A análise desses dados nos possibilita perceber que existe, conforme Baquero (2008):

Na trajetória dos jovens vereadores, existe um interesse em estar em contato com bases fora do eixo político tradicional, reforçando a ideia de que estamos diante de uma clara agenda de convergência e reforçando os achados dos estudos<sup>14</sup> de Baquero (2008) de que os jovens vêm ocupando espaço na política não convencional.

O que se verifica nesta análise é de que apesar de os jovens vereadores estarem imerso em movimentos da sociedade civil, eles também estão preocupados em engajar-se na política convencional.

Sobre o aspecto de se candidatar novamente, vemos através da perspectiva de Martins e Kerbauy (2017) que o candidato tem diversos objetivos, entre os quais seu interesse em se eleger ou se já ocupa uma cadeira no legislativo é de reeleição. Assim, quando formula um projeto ele está sinalizando um atendimento às demandas que julga importantes. Seu trabalho diário nos debates, atividades e proposições, envolve várias estratégias, como firmar seu posicionamento em relação ao executivo, indicar sua plataforma política perante a sociedade e interagir com seus eleitores, visando o sucesso no pleito eleitoral. O vereador atua de forma individual ou então coadunada com os interesses do seu partido ou grupo político, também podendo revelar um conteúdo programático de seus trabalhos.

---

<sup>14</sup>O livro construído por Rute Baquero (2008) traz instigantes informações a respeito da juventude enquanto categoria social, resultantes de investigações realizadas por pesquisadores de diferentes campos de conhecimento. Uma contribuição multidisciplinar a respeito da temática da juventude.

#### 5.4. Avaliação dos vereadores eleitos sobre o poder legislativo e sua relação com o poder executivo

Para a problematização e contextualização sobre o poder legislativo municipal, abarca-se a perspectiva de Junior (2005) em seu estudo<sup>15</sup> com vereadores de Araraquara-SP. Em seu trabalho, o vereador vê-se diante de diversas discussões e temas colocados por parlamentares e Executivo na Câmara e, a partir disso, estabelecer a maneira como vai atuar e as decisões que vai tomar. São feitas alianças, acordos políticos, e travam-se disputas, objetivando os atendimentos aos interesses e demandas que os atores julgam necessárias ao ganho pretendido (JUNIOR, 2005).

Nos debates políticos, os vereadores procuram demonstrar a viabilidade e a relevância de suas propostas. Conforme Junior (2005) eles agem de diferentes formas: podem ter uma atuação mais individual e independente ou um trabalho mais ligado às pressões das instâncias das quais fazem parte (partidos, bancadas).

Outra fonte importante relacionada a discussão a ser consultada é a do estudo que será retomado de Martins e Kerbauy (2017) que discorre sobre a atuação parlamentar, sendo esta calcada na resolução de problemas particulares dos eleitores e dos cidadãos em geral. Se somadas as declarações que consideram que o atendimento de pedido individual do cidadão é atividade de muita importância (38,1%) ou de importância intermediária (28,6%), tem-se que 66,7% dos vereadores declaram que a prática particularista é tema de relevância na atividade legislativa. O mesmo se dá em relação à resolução de problemas dos eleitores: se somadas as categorias de “muita importância” e “importância intermediária”, o resultado é que 52,3% dos vereadores indicam que esta é uma atividade de relevância no exercício da representação.

Sobre a relação do poder legislativo e executivo, vejamos diante dos argumentos de Pralon e Ferreira (1998) que ao analisar o caso específico da Câmara Municipal da cidade de São Paulo, os autores defendem que, após a Constituição de 1988, a maior autonomia financeira dos municípios em relação ao governo estadual, alguns novos poderes institucionais conferidos às câmaras municipais em relação aos Executivos locais – como o poder de apresentar emendas ao Orçamento – e a proximidade que os membros

---

<sup>15</sup>Dissertação de Mestrado sobre a atuação do vereador na câmara municipal de Araraquara-SP, em dois momentos, de 1997 a 1999 e 2001 a 2003. Universidade Federal de São Carlos. 2005.

do Legislativo municipal experimentam em relação aos eleitores, resultaram em um Poder Legislativo mais forte frente ao Executivo.

Neste contexto é pertinente agregar a concepção de Junior (2005) que enfatiza o posicionamento entre o poder Legislativo e Executivo, na maneira como o vereador se coloca diante da sociedade, segundo os interesses e objetivos que estabeleceu. Os processos decisórios também estão sujeitos a impactos externos, por meio da influência da opinião pública e de setores organizados, por exemplo.

Os vereadores eleitos da região da AMAI, descreveram com relação a percepção da atuação legislativa, bem como a relação do entrevistado com os colegas vereadores e entre o Poder Legislativo e Executivo: os 9 vereadores eleitos responderam de forma unânime que buscam exercer sua função da melhor maneira possível dentro das prerrogativas da função, priorizando as demandas coletivas, totalizando 100%. Entre eles, identificou-se que 5 vereadores apontam que a relação com os colegas é por muitas vezes divergentes, devido principalmente a questões de caráter ideológicas, correspondendo a 55%.

Com relação a este contexto importa ressaltar às funções do vereador, ainda que se discuta o papel do Parlamento nos tempos atuais, é certo que as funções de representar, de participar do processo de elaboração das leis e de fiscalizar ou controlar os demais Poderes jamais deixarão de serem intrínsecas à instituição. Não há como pensar em uma democracia moderna sem o Poder Legislativo. É ele que representa a síntese dos anseios da sociedade. Na sua composição heterogênea, é possível constatar a pluralidade de ideias e pensamentos representados em ambas as Casas do Congresso (ASSIS, 2009).

Em outra direção 4 vereadores afirmaram ter uma relação agradável com os colegas, que todos tinham o mesmo interesse em contribuir para o município, isso representa 45%. Sobre a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo, temos os mesmos índices da questão anterior, na qual também, 5 vereadores mencionam uma amistosa e agradável relação entre os poderes, pois juntos buscavam o melhor para suas cidades no que tange acordos políticos para que o planejamento do grupo político para as ações públicas no município seja aplicado, representando 55%.

Já contrariando o exposto acima, outros 4 vereadores entrevistados responderam que a relação entre os poderes foi conturbada, devido principalmente ao não atendimento dos pedidos realizados pelo Poder Legislativo por parte do Poder Executivo, correspondendo a 45%. Entre as respostas obtidas, algumas cabe destacar devido sua relevância pela repetição ou também para analisar a sua singularidade.

O jovem J11 com 21 anos, foi eleito, é estudante, Bacharel em Direito, afirma:

Busco exercer a função da melhor maneira, um bom trabalho no legislativo, a relação com os colegas é amistosa, visando o bem do município. Entre o Legislativo e o Executivo é tranquilo, buscamos o diálogo e entendimento. (J11).

Em outra direção o jovem J13 que possui 33 anos, eleito, engenheiro, formado em Engenharia Florestal, disputou os pleitos de 2012 e 2016, sendo eleito em ambos, aponta que:

Foi um trabalho bem produtivo, infelizmente a população não entende a função do legislativo. Relação boa com os colegas. Já com o executivo foi ruim, pois, o executivo atende pouco dos nossos pedidos. (J13).

O jovem J15 de 33 anos, eleito, funcionário público, formado em Gestão Pública, que foi candidato a vereador em 2012 e relatou que em 2016 concorreu ao cargo de vice-prefeito, diz:

Quando eu entrei no início eu não sabia nada foi a ocasião que me fez estudar mais sobre como que funcionava o poder Legislativo e sua real função para poder seguir meu mandato mais corretamente. Entre os colegas houve muitas divergências, motivadas principalmente pelas diferenças ideológicas. Como eu era vereador do lado do executivo (situação), foi mais tranquilo o contato, onde facilitou minha relação como o poder Executivo. (J15).

Importa destacar que todos os entrevistados responderam que buscam desempenhar sua função da melhor forma possível, entre eles, 5 vereadores afirmam ter uma relação amistosa com os colegas como também analisam assim a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo. Outros 4 vereadores entrevistados apontam para uma relação com diferenças ideológicas o que ocasiona diversos atritos, levando também esta concepção para a relação entre os poderes.

Nesta questão é importante a compreensão de que as respostas em sua maioria podem ser influenciadas devido ao grupo político que o candidato faça parte, ou seja, ele poder ser da situação que naturalmente apoia as ações do Poder Executivo, ou da oposição que atua como “contraponto” das ações empregadas pelo Executivo.

Devido aos resultados obtidos neste núcleo temático, pode-se utilizar como parâmetro a lógica de Martins e Kerbauy (2017) quando o autor afirma que na percepção dos vereadores não há fortes vínculos partidários na vereança — sua atuação no interior da Câmara Municipal é, em grande medida, balizada pela sua convicção pessoal. Tal cenário pode ser entendido como reflexo da baixa influência das agremiações partidárias

no município, sobretudo na arena legislativa, em razão da ausência de prerrogativas das lideranças das bancadas no interior do Legislativo, fator reconhecido como promotor da disciplina parlamentar.

De todo modo, na região da AMAI os vereadores atribuem grande importância às atividades de interesse coletivo, que visem a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Apesar dos legisladores terem afinidade com determinados grupos, eles declararam representar os interesses de toda a população, o que pode ser entendido enquanto reflexo do reconhecimento de variados redutos eleitorais, sem que isso implique o reconhecimento de que os vereadores representam interesses comuns a todos os municípios. Também se evidencia que as divergências entre a atuação do vereador e executivo centraliza-se na ineficiência por parte do executivo em atender as indicações realizadas pelo jovem vereadores.

#### 5.5. Participação dos jovens vereadores em pleitos eleitorais e sua relação com os eleitores

Sobre a relação dos jovens vereadores eleitos com os eleitores, abordaremos um contexto transversal baseado em estudos de outras Câmaras Municipais, com vereadores de maneira geral, sem recorte de faixa etária.

Conforme estudo de Lopez (2004) com vereadores do município de Araruama-RJ, se percebe que os parlamentares dedicam a maior parte do seu tempo ao atendimento aos eleitores cujas demandas são, na grande maioria das vezes, de caráter pessoal ou particularista. A prática do entendimento aos eleitores é uma busca de solução para questões pontuais e nela a interação face-a-face com o eleitor (no gabinete ou na rua) e com os problemas que o afetam no dia-a-dia é muito importante. O atendimento é a atividade em torno da qual se desenvolve o trabalho diário dos vereadores no município.

Do ponto de vista da racionalidade eleitoral, maximizadora de votos, esse comportamento é coerente, dado que o capital político do Vereador é medido por sua capacidade de atender aos pedidos que lhe são encaminhados, conclui o autor.

Segundo Martins e Kerbauy (2017) os vereadores entrevistados em seu estudo, apontam que o eleitorado demanda atividades de toda ordem: institucional, coletiva e particular. Assim, segundo o entendimento dos parlamentares os eleitores esperam uma atuação fiscalizatória e legislativa, mas não dispensam ou ignoram o atendimento de

pedidos setorizados ou individualizados. Segundo essa percepção, a vereança é entendida pelos vereadores como uma atividade representativa que envolve ações universalistas e particularistas. Todavia, cada uma dessas atividades recebe importância diferenciada na atuação parlamentar.

Outro estudo importante para a discussão é o de Lopez e Almeida (2011) em determinado capítulo os autores abordam a atividade cotidiana do vereador. A quase totalidade dos vereadores afirmou que utiliza do contato direto com os eleitores (face-a-face) e indireta através da assessoria e das redes sociais. Sendo que o recebimento de pedidos diversos é uma constante no seu dia a dia.

Entre as opiniões expressadas pelos entrevistados sob a participação de jovens na atuação legislativa, todos os 9 eleitos afirmaram que o envolvimento do jovem traz novas ideias, inovação e renovação através de seu empenho e dedicação, isto representa 100,0%. Para 4 dos entrevistados a dificuldade do jovem candidato está ligada a falta de experiência, correspondendo a 45,0%. Outros 3 vereadores atribuíram à resistência da população como a principal dificuldade encontrada pelo jovem candidato, representando 33,0%.

Já 1 vereador entrevistado respondeu que o desinteresse pela política por parte dos próprios jovens é o principal motivo das dificuldades que o jovem candidato enfrenta perante a sociedade, correspondendo a 11,0%. Identificou-se 1 vereador que mencionou a falta de conhecimento político do jovem como fator determinante para as dificuldades que enfrenta na participação política, representando 11,0%. No que condiz em como ocorre a relação com os eleitores, obteve-se na resposta de 7 vereadores entrevistados a comunicação direta (face a face) e indireta (redes sociais) com os seus eleitores, correspondendo a 77,0%.

Outros 2 vereadores mencionaram que sua comunicação é feita apenas de forma diretas com seus eleitores, totalizando 23,0%. Salienta-se algumas respostas de forma literal, como do jovem J1 que tem 31 anos, foi eleito, administrador, formado em administração de empresas:

É importante, principalmente com relação às novas ideias e representatividade. Ainda a dificuldade é pela inexperiência que alguns podem demonstrar. Me comunico de forma direta (face a face) e também indiretamente através das redes sociais. (J1).

Outra resposta que cabe destacar é a do Jovem J12 de 27 anos, foi eleito, bancário, Bacharel em Direito, aponta que:

Os jovens têm uma capacidade intelectual muito grande, mas é dificultoso devido a desconfiança das pessoas na capacidade do jovem. Direta ou indireta através das mídias. (J12).

Já o jovem J14 que possui 28 anos, foi eleito, agricultor, formado em Educação Física, foi candidato nos pleitos de 2012 e 2016, salienta que:

É importante a participação do jovem, mas a dificuldade de se eleger pela falta de experiência e conhecimento é grande. Me comunico bastante pelo “rádio para informar sobre meus trabalhos”. (J14).

O jovem J15 de 33 anos, eleito, funcionário público, formado em Gestão Pública, que foi candidato a vereador em 2012 e relatou que em 2016 concorreu ao cargo de vice-prefeito, enfatiza:

Eu sou um defensor do jovem na política, “mas com responsabilidade, que ele saiba o que está fazendo por que se trata de algo muito sério”. Contato direto, no gabinete ou nas comunidades e indireto através das redes sociais. (J15).

Percebe-se que foi unânime entre os vereadores a resposta de que a participação de jovens vereadores através de suas novas ideias é fundamental para o processo político. Enquanto nas dificuldades enfrentadas pelos jovens vereadores, se teve 4 respostas distintas. Destaca-se como mais repetente a falta de experiência e a resistência por parte da população em apoiar os jovens eleitos. Sobre como ocorre a relação com os eleitores, obteve-se resposta na direção de comunicação direta (face a face) e indireta (redes sociais e assessoria) já comentada e dialogada, conforme aspectos de Lopez e Almeida (2011).

## 5.6. Projetos viabilizados, dificuldades e satisfações no exercício da função

O trabalho dos vereadores, assim como o dos deputados federais e estaduais, muitas vezes é alvo de críticas da sociedade. Os parlamentares são os políticos mais próximos da população, e os mais observados negativamente, ao mesmo tempo em que seus trabalhos são menos acompanhados pelos eleitores, segundo Junior (2005). As críticas mais comuns dizem respeito à pouca relevância da atuação legislativa, aos altos salários, aos elevados custos públicos para manter assessores e realizar viagens, às práticas de favorecimento e familiares e amigos, aos longos recessos parlamentares, ao número excessivo de cargos, entre outras questões.

Ainda na direção do autor vemos que por estes motivos, os vereadores passam por uma crise de representação, com dificuldades para demonstrar o lado positivo de seu trabalho e de suas atribuições. O comportamento que restringe sua função à de legislador (2005, p.14):

Muitas vezes com uma produção propositiva de baixa relevância - e a dificuldades em realizar uma fiscalização qualificada dos atos do Executivo, além do uso de práticas negativas como clientelismo e assistencialismo (o vereador "despachante" e de atendimento a interesses particulares), são problemas frequentes que prejudicam a autonomia e a eficiência das Câmaras Municipais.

Entretanto, a maior parte das demandas que o Vereador recebe tem sua solução condicionada ao atendimento por parte do Executivo e de suas secretarias. O Vereador é permanentemente confrontado com uma escolha, que confere inteligibilidade à dinâmica relacional entre Executivo e Legislativo: apoiar o governo e o Prefeito e ter maior possibilidade de eles corresponderem aos seus interesses, ou ser oposição e ter sua capacidade de atendimento cerceada à condicionantes políticos entre os atores que tecem a relação entre Executivo e Legislativo (LOPEZ 2004).

Com relação às questões agrupadas desta sessão temática, vejamos sobre os projetos/propostas viabilizados pelos vereadores entrevistados, 4 responderam que os principais projetos viabilizados foram na área da saúde e agricultura, correspondendo a 45,0%. Outros 2 vereadores mencionaram que sua atuação mais efetiva consiste no transporte (estradas) e estudantes, isso representa 22,0%. Já 1 vereador aponta que a prioridade de seus projetos é a fiscalização, principalmente, nos contratos e licitações efetuados pelo Poder Executivo Municipal, ou seja, 11,0%.

Para 1 vereador seus projetos têm sido voltados para o combate ao maus-tratos dos animais e saúde, correspondendo a 11,0%. Já para 1 vereador a prioridades em seus projetos consiste na cultura e redução de gastos do Poder Legislativo, representando 11,0%. Sobre as dificuldades no exercício da função, 3 vereadores mencionaram a falta de reconhecimento pelo serviço prestado, totalizando 33,0%.

Outros 2 candidatos atribuíram a principal dificuldade em não conseguir corresponder com as demandas oriundas da população, pois, muitas vezes depende do órgão que executa, ou seja, a Poder Executivo, correspondendo a 22,0%. Para 1 vereador a dificuldade está na falta de pessoas que busca o coletivo invés do individual, representando 11,5%. Outros 2 vereadores mencionaram que o jogo político existente no que tange às articulações entre os grupos políticos é a principal dificuldade, ou seja,

22,0%. Já para 1 candidato a dificuldade central é que a população generaliza a classe política, sem fazer distinção entre os bons e maus políticos, correspondendo a 11,5%.

Com relação a satisfação no exercício da função, todos os 9 vereadores entrevistados fizeram menção que a satisfação consiste em atender e ajudar as pessoas bem como também melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade. Salienta-se algumas respostas de forma literal, como a do jovem J17 que tem 32 anos, no pleito de 2012 foi eleito vereador e em 2016 concorreu ao cargo de prefeito não sendo eleito, é funcionário público municipal, possui ensino fundamental completo:

Meus principais projetos foram de ampliação do horário de atendimento na saúde, abatimento das horas máquinas para os agricultores, entre outros. A dificuldade é a falta de reconhecimento, principalmente daquelas que buscam o individual, e a satisfação é poder melhorar a vida das pessoas. (J17).

Para o jovem J2 de 29 anos, foi eleito, agricultor, possui ensino médio completo, foram diversos projetos, enaltecendo tais:

Foram muitos trabalhos para ajudar a população, principalmente na área da fiscalização. A satisfação é quando conseguimos ajudar as pessoas da melhor forma, e a dificuldade que a população generaliza a classe política, sem distinguir os bons dos ruins. (J2).

Importa destacar que todos os vereadores entrevistados responderam que satisfação no desempenho da função é efetivar o atendimento as pessoas, contribuindo na melhoria da qualidade de vida. Foi mencionado de forma repetida enquanto dificuldade no exercício da função a falta de reconhecimento pelo serviço prestado, apesar de ter uma citação a menção de que falta pessoas que buscam o coletivo invés do individual chama a atenção entre as respostas, se refere a algo recorrente em nossa cultura política, ou seja, a cultura dos privilégios. No estudo de Backer e Souza (2013) com vereadores do municípios de Iraí-RS, tinha um questão sobre a dificuldade encontrada pelo vereador, de maneira geral a resposta foi que os vereadores, tem seu campo de atuação limitado, e remetem a insatisfação ao fato de que, muitas vezes, durante a campanha o vereador acaba gerando uma expectativa no eleitor de mudança, e posteriormente, quando as promessas não são concretizadas, porque realmente não compete ao vereador, cria-se uma frustração nos eleitores.

No estudo de Junior (2005) também se tinha um questionamento semelhantes, sendo que os vereadores apontaram como área de atuação projetos administrativos e políticos-institucionais, grande parte dizia respeito às normas de uso e parcelamento do

solo urbano, mas em boa parte, a interesses individuais ou de grupos específicos. São modificações de leis que criavam zonas de comércio, especiais de comércio e indústrias; regras para comércio prazos e regularização de imóveis. Os projetos sociais dizem respeito às iniciativas abrangentes e que contribuem ao desenvolvimento social e ao bem-estar da população. São relativas à área de educação, de saúde, do transporte público e rural, do abastecimento, de habitação, do meio-ambiente, de segurança, de garantia de direitos, de bem-estar dos idosos, de auxílio a deficientes, entre outros. As respostas dos vereadores da AMAI sobre a questão dos projetos viabilizados tem relevância e enfoque os temas de agricultura, saúde, fiscalização, estudantes/educação e esportes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar a participação de jovens nos pleitos eleitorais de 2012 e 2016 na região da AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani, e buscou caracterizar o perfil dos jovens candidatos (as) eleitos e não eleitos em pleitos eleitorais na região da AMAI, também investigar os contextos e motivos (políticos, sociais e culturais) que influenciam a inserção de jovens em pleitos eleitorais e entender as percepções dos jovens vereadores acerca da atuação legislativa.

A finalidade destas considerações baseia-se no pressuposto de enaltecer a concepção de que não existem verdades absolutas, mas diferentes interpretações sobre uma mesma realidade, contribuindo com a possibilidade de diversos olhares para o mesmo objeto de pesquisa. Desta forma, haverá consolidação e qualificação de produção dos conhecimentos, imprimindo aos resultados diferentes formas de interpretação. Nesta direção são tecidas considerações finais que refletem as opções teóricas e o percurso metodológico enfatizado anteriormente.

Nesta pesquisa, muitos foram os fatores apontados pelos entrevistados que contribuem ou não para a participação destes jovens no meio político, em especial, nos pleitos eleitorais, fazendo-nos refletir sobre a realidade enfrentada pela categoria juvenil no âmbito político.

Para sequência das considerações vejamos que a caracterização do perfil dos 106 jovens candidatos na região da AMAI evidencia relevantes informações, tais como: a relação do sexo entre os candidatos, importa salientar a lei de cotas nº 9.504/97 que buscou fomentar a participação das mulheres, entretanto, quando se observa o número de candidatos eleitos há uma significativa desvantagem no que se refere ao pleito das mulheres, assim, o baixo impacto desta Lei nas eleições não se mostrou efetiva quando foi proposta, pois o número de inscritas é alto demais comparado com o número de eleitas, isso leva a entender que ainda tem muitas mulheres "laranjas" participantes desse processo. Para efeito de informação e comparação, na região da AMAI entre os 25 jovens eleitos, 92% são homens e 8% apenas mulheres.

Sobre a idade obteve-se no levantamento mais candidaturas com idade elevada, entre os 26 e 29 anos. Observa-se nesta perspectiva há relação existente entre a idade com o espectro ideológico, ou seja, os candidatos filiados em partidos de direita (maioria) tendem a passar por um processo de “maturidade política” sendo candidatos mais tarde,

ao contrário dos jovens de partidos do espectro de esquerda que geralmente são candidatos mais jovens. No que tange a escolaridade, foi verificado na região da AMAI, que uma parcela significativa dos candidatos jovens possui Ensino Superior Incompleto ou Ensino Superior Completo.

Outra categoria que merece as considerações é a ocupação, sendo encontrada na caracterização do perfil dos candidatos 13 ocupações distintas, além daqueles jovens que mencionaram outros na base de dados do TRE/SC. Entre as ocupações ressalta-se com maior número de menções a profissão de auxiliar de escritório, estudante, cargo em comissão, agricultor e outros. Conforme estudo de Rodrigues (2002) na Câmara dos Deputados, que algumas ocupações como empresários e profissionais liberais técnicos estão em maior número na direita do espectro político.

Entretanto, se comparado com as informações da AMAI iremos encontrar divergências, tendo maior homogeneidade, ou seja, há candidatos com ocupação de empresários e profissionais liberais em quantidade praticamente igual entre espectro de esquerda e direita. Demonstrando uma variação grande a medida das questões individuais que configuram a história de cada candidato e também o potencial fomentador do desenvolvimento econômico da região, que resulta muitas vezes na escolha de determinada ocupação.

Sobre o estado civil devido a contextualização no estudo, percebe-se que às grandes mudanças ocorridas na sociedade nos últimos tempos, principalmente, em termos de prioridades, leva os jovens a optar pelo casamento em período mais tardio de sua vida. Assim naturalmente os jovens candidatos em sua maioria são solteiros, entre os poucos casados a maioria são mulheres.

Com relação aos partidos políticos, os jovens registraram suas candidaturas por 16 partidos diferentes, destes foram 44 candidatos de partidos com espectro político de direita; 21 candidatos de partidos com espectro político de esquerda; e 41 jovens candidatos por partidos de espectro político de centro. Também faremos consideração a filiação dos 25 eleitos, tendo o PMDB como o partido que mais elegeu vereadores foram 6 jovens eleitos, seguido pelo PSD, PT e PSDB com 3 jovens eleitos cada, isso reflete uma significativa capilaridade e a importância da organização partidária.

Os resultados das candidaturas dos jovens é outro elemento importante para ser considerado, entre as 106 candidaturas, 25 eleitos e 81 não eleitos, uma taxa de sucesso das candidaturas juvenis de 24%. Comparada à nível nacional os dados obtidos infelizmente são semelhantes no que se refere a queda de eleitos, na AMAI de 15 eleitos

em 2012 foi para 10 em 2016, no Brasil em 2012 foram 8,7% de jovens eleitos nas Câmaras Municipais e caiu para 7,8% em 2016. Se analisarmos os vereadores eleitos que foram 130 nas Câmaras Municipais da região da AMAI, em 2012 foram 15 jovens, representando 11,50% dos eleitos, já em 2016 foram 10 jovens, correspondendo a 7,70% dos vereadores eleitos.

Outra conclusão fundamental diz respeito aos candidatos por município. Observa-se na medida que, se por um lado, a participação juvenil de uma forma geral na política convencional é baixa; por outro, esta participação nos pleitos eleitorais existe e está presente em todos os municípios da região da AMAI.

Cabe esclarecer que a definição sobre religião não consta no registro de candidatura no TER-SC, assim, a base de informações que o estudo possui é com relação aos 17 jovens entrevistados. Estes informaram ser a maioria católico, porém, com pequena diferença dos evangélicos, igualmente ao que se encontra em outros estudos que abordam o perfil religioso da classe política.

Também se destaca nas considerações a caracterização da raça dos candidatos, os números apresentados na região da AMAI reproduzem que os vereadores são predominantemente brancos. No campo da Ciência Política, autores defendem que o pertencimento a um grupo racial não afeta de forma substantiva a propensão a atuar politicamente, outros são contrários e alegam que a questão racial pode sim fazer diferença na obtenção de sucesso.

Na região da AMAI os jovens entrevistados tiveram 6 respostas distintas com relação aos motivos que influenciaram a participação na política e nos pleitos eleitorais. Entre mais repetentes temos a influência da família, de um agente político e de querer contribuir com novas ideias para o município (convicção e motivação pessoal).

O aspecto de apoio para a candidatura possui relatos entre os jovens entrevistados que a influência dos pais (principalmente ex-políticos) e de amigos conquistados durante a militância estudantil/partidária, foi fundamental. Na região da AMAI, foi unânime entre os 17 entrevistados o apoio da família (exceção de algum membro familiar foi relatada) e de amigos. Conclui-se que as informações obtidas entre os jovens da região da AMAI corroboram com a literatura especializada.

No levantamento de informações acerca da viabilidade financeira, 70% destacaram receber o apoio do partido, logo em seguida se teve o uso de recursos próprios com 60% (existe a utilização de recursos concomitantes). É de se ressaltar a conclusão da viabilidade financeira segundo Brenner (2011) que o apoio financeiro do partido é uma

recompensa pelo investimento militante, principalmente, em representar o partido, e um suporte decisivo para o sucesso nos resultados. Assim, verificamos que o apoio recebido aos jovens pelos partidos político é considerável, também que investem de seus recursos para a disputa do pleito.

Durante as discussões agrupadas pelos núcleos temáticos se abordou a construção da trajetória política, especialmente pelas relações sociais dos entrevistados. Ressalta-se como mais repetente a relação com entidades e associações esportivas, também é mencionado o envolvimento em entidades religiosas e de serviços voluntários.

Nesta trajetória política os jovens entrevistados foram questionados se seriam candidatos novamente, os dados colhidos em que 53% talvez; 35% sim e 12% não. Sobre tal comportamento pode ser orientado devido as percepções e significados que o pleito eleitoral transmitiu na trajetória de cada jovem, refletindo uma opinião tendo em vista a experiência ou principalmente os resultados, sendo estes aquém do esperado ou satisfatórios, acima do que se esperava, devido a plataforma de trabalho.

Com relação a avaliação do poder legislativo e sua relação com o poder executivo foram submetidos apenas os jovens candidatos eleitos nos pleitos. Assim, verificamos que os jovens vereadores da região da AMAI buscam relevância em sua atuação de modo a apresentar contundentemente suas propostas, agindo com perfis variados, a exemplo de uma atuação legislativa específica, ou seja, mais individual e independente ou quando ligada à alguma instância ocorre geralmente em suas bases, em que fazem parte, como partidos, bancadas, setores ou grupos.

Outra questão observada diz respeito a relação entre os colegas vereadores e com o executivo, percebendo que há praticamente entre metade dos entrevistados um ambiente amistoso com os colegas e também com muito diálogo frente ao executivo, diferente da outra parcela que destaca muitas diferenças com os colegas, principalmente, no que tange a ideologia, e uma relação conturbada com o executivo. Cabe também destacar que esta conclusão pode estar associada com o posicionamento de cada vereador, seja de situação ou oposição frente a administração do poder executivo municipal. Finalmente conclui-se que os jovens vereadores da AMAI atribuem grande importância às atividades de interesse coletivo, que visem a melhoria na qualidade de vida das pessoas, e que em sua atuação legislativa não há fortes vínculos partidários na vereança — sua atuação no interior da câmara municipal é, em grande medida, balizada pela sua convicção pessoal.

Sobre a análise da participação dos jovens vereadores e a relação com os eleitores percebemos que de maneira geral os jovens vereadores da AMAI mencionaram que a

relação com os eleitores é feita pela comunicação direta (face a face) e indireta (redes sociais e assessoria).

Também nesta sessão temática se questionou a avaliação da participação juvenil em pleitos eleitorais, os jovens eleitos da AMAI destacaram como fundamental a inserção dos jovens nos espaços de decisão política, devido a pauta composta por suas novas ideias enquanto espaço de debate que é o Poder Legislativo. Já as dificuldades enfrentadas pelos jovens candidatos, destaca-se pela falta de experiência e a resistência por parte da população em confiar na atuação de um vereador jovem.

No que tange a percepção legislativa sobre os projetos viabilizados, os jovens vereadores da região AMAI, destacaram como projetos relevantes relacionados aos temas de agricultura, saúde, fiscalização, estudantes/educação e esportes.

Para última consideração trataremos o contexto das dificuldades e satisfações do exercício da função legislativa. Os jovens vereadores da AMAI definem a ideia da satisfação no desempenho da função em conseguir efetivar o atendimento as pessoas, contribuindo na melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, as dificuldades encontram-se a falta de reconhecimento pelo serviço prestado.

Por fim, conclui-se que os jovens apesar de todas as dificuldades existentes, estão mesmo que de maneira lenta tomando consciência sobre a importância e a influência que a política tem sobre a sociedade e propriamente sua vida, começando a ocupar espaços de decisão importantes para a realidade local e regional.

Essa presença apesar de tímida dos jovens não deixa de ser um grande avanço, se comparado com o perfil dos legisladores ao longo da história. Portanto, a participação do jovem na política, é essencial para o empoderamento e para transformar a realidade da qual estão inseridos.

Com a escassez de estudos no âmbito do legislativo municipal, conclui-se que este estudo pretende fornecer subsídios para a pesquisa em nível federal, estadual, regional ou municipal, levando-se em conta também a grade valia para a região em questão, possibilitando analisar os fenômenos que compõem a construção política, em especial no que se refere os jovens e suas trajetórias.

Vejamos que questões como o histórico de exclusões, as trajetórias sociais, as condições econômicas, a cultura política e o sistema de representação política do Brasil não são favoráveis para que mais jovens se envolvam com a política. Por isso, conclui-se que é de suma importância à luta permanente pelos jovens em busca dos espaços de decisão, bem como uma mudança de cultura da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud en Colombia. In: LEON, Oscar Dávila (Org.). **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: CIDPA, 2003.

ALVES, Pedro; MATTEI, Lauro. **Migrações no oeste catarinense: histórica e elementos explicativos**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG. UFSC, 2006.

AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani. **Apresentação, características da região, municípios associados**. Xanxerê-SC, 2017. Disponível em: <http://www.amaisc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/55509>

ARAÚJO, Clara. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política**. Revista de Sociologia e Política. n. 24: 193-215.

ASSIS, Luiz Gustavo. **Processo legislativo e orçamento público: a função de controle do parlamento**. Tese de Doutorado em Direito do Estado. USP, 2009.

AUGUSTO, Miguel. **A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 81, p.155-177. 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2763972>. Acesso em 9 junho 2017.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. Editora da UNESCP. São Paulo, 2001.

BACKER, Mariângela; SOUZA, Diana. **A percepção dos cidadãos e dos vereadores acerca das atividades legislativas**. Revista de Administração URI. Irajá-RS. 2013.

BAQUERO, Rute. **Jovens e participação sociopolítica – em que paradigma de participação suas ações se inserem?**. Os Jovens na Agenda. Ijuí: Editora Unijui, 2008.

BAQUERO, Marcello. **Cultura política, democracia e capital social**. Revista de Sociologia Política. UFPR. Curitiba, 2003. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3642/2899>. Acesso 9 junho 2017.

BAQUERO, Marcello. **Cultura Política e Processo Eleitoral no Brasil: O que há de Novo?** Em Debate, v.2, n.7, p-6-10. Belo Horizonte, 2010.

BAQUERO, Marcello. **Memória política e constituição da cultura política brasileira**. Ciências Sociais Unisinos, vol. 48, n.2. São Leopoldo. 2012

BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia. A Corrupção como Limite à Participação Política Juvenil: um estudo em democracias sulamericanas. In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. (Org.). **Forma de (ex) pressão juvenil e (in) visibilidade social**. Cascavel: Coluna do Saber, 2011, p.55-77.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo. **A Política Comparada na América Latina: dilemas e desafios no Brasil**. Revista Debates, v.7, n.3, p.111-126. Porto Alegre, 2013.

BERTOLLO, Milena. **Juventude e Participação Política: motivações, trajetórias e representações**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

BORBA, Mário; BALDISSERA, Rudimar. **Das Mídias à Mídiação: Reflexões Sobre Opinião Pública**. Trabalho apresentado no III ABRAPCORP. UFRS. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo científico**. Editora Ática, São Paulo, 1983.

BRENNER, Ana. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo, 2011.

BRENNER, Ana; CARRANO, Paulo. **Formas e Conteúdos da Participação de Jovens na Vida Pública**. Revista Proposta Fase. Juventude: a arte do poder; jan/mar de 2008 Ano 32 n. 115, p. 66-71. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2008/03/proposta-115-finalpdf>. Acesso 7 jun 2017

BRASIL. **Lei n. 11.129, de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Pro Jovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm). Acesso em: 6 junho 2017.

BRASIL. **Lei n.12.852, de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 13 maio 2018.

BUENO, Natália. **Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte**. Lua Nova, São Paulo, n. 85, p. 187-226, 2012.

CALIARI, Hingridy. **Um Ensaio sobre a Participação Política da Juventude Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.

CAMPOS, Luiz; MACHADO, Carlos. **A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não-brancos no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 16, p.121-151, jan/abril, 2015.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Editora Artmed, Porto Alegre, 2001.

CASTRO, Mary. A ilusão da moratória social para jovens das classes populares. In: SPOSITO, M. P. **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

CAMINO, Leoncio. **A socialização política: uma análise em termos de participação social**. Coletâneas da ANPEPP. 1 (13): 14-36. 1996.

- CARRANO, Paulo. **A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes.** O Social em Questão, ano XV, n.27. Brasil, 2012.
- CARRANO, Paulo; BRENNER, Ana. **Juventude: a arte do poder.** Revista Proposta – FASE, p. 66-71, Rio de Janeiro, 2008.
- CASTRO, Mary. **Juventudes e participação no Brasil: re-acessando debates.** Cadernos Adenauer v.III, n.2. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/9685-1442-5-30.pdf>. Acesso em 9 junho 2017.
- CASTRO, Mary; VASCONCELOS, Augusto. **Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações.** Secretaria Nacional de Juventude. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>. Acesso em 9 jun 2017.
- CERQUEIRA, Thales. **Direito Eleitoral Esquematizado.** Saraiva. São Paulo. 2011.
- CHASQUETTI, Daniel. **Democracia, presidencialismo y partidos políticos em América Latina: evaluando la “difícil combinación”.** Montevideo, 2008.
- CHICCHELI, Vincenzo. **The Contemporary Engagement of Young people in France: normative injunctions, institutional programs and the multiplying forms of grouping.** Itália: Italian Journal of Sociology of Education, 2009.
- DANTAS, Humberto Mizuca. **Coligações em eleições municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004.** Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, 2007
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (org). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- FONSECA, João Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.
- FUKS, Mario. **Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens.** Universidade Federal de Minas Gerais. Opinião Pública, vol.18, n.1, p.88-108. Campinas, 2012.
- GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral.** 12. ed. São Paulo: Atlas Jurídico, 2016.
- GUERREIRO, Maria; ABRANTES, Pedro. **Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2005.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em 2 jun 2017.
- IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA. 2009.

JUNIOR, Nelson Ruggiero. **A atuação do vereador na câmara municipal de Araraquara: processo legislativo em dois momentos**. Dissertação de Mestrado. 2005.

KERBAUY, Maria Teresa. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. In: **Opinião Pública**, Vol. XI, n.2, p.337-365. Campinas, 2005.

KINZO, Maria. **Partido, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.19 n. 54. 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. **O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações**. Rio de Janeiro 40(5):909-42. 2006.

LATINO BARÔMETRO. **Informe 2012**. Disponível em:<http://www.latinobarometro.org>  
Acesso em 28/01/2019.

LEMO, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. **Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006**. **Opinião Pública**, Campinas, Vol.16, n.2, novembro, 2010.

LOPEZ, Felix. **A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 22, p. 153-177, jun. 2004.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação**. In: Lua Nova, n.70, p.139-170. São Paulo, 2007.

MARENCO DOS SANTOS, André. **No futuro do pretérito: as profecias não cumpridas para a democracia brasileira**. Editora Artes e Ofícios. Porto Alegre: 2006.

MARTINS, Thais; KERBAUY, Maria. **O perfil da elite política local: uma análise da autopercepção dos vereadores sobre a representação**. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 8, n. 2, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. Edição 23.<sup>a</sup>, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed, Editora Vozes. Petrópolis, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1993.

MIRANDA, Ana; BALARDINI, Sergio. **De la experiencia de la Escuela de Gobierno: hablan los jóvenes**. Buenos Aires, 2000.

- NARDI, Milena; SOUZA, Lídio; MENANDRO, Maria. **Representações, identidade social e tensões interpartidárias: um estudo com jovens militares**. Pesquisas e Práticas Psicossociais 7(2), São João del-Rei, julho/dezembro. 2012.
- NASCIMENTO, Marcos Roberto. Parlamento Jovem, juventudes e participação política. In: MEDEIROS, Regina de P.; MARQUES, Maria E. (Orgs). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, p. 305-325.
- NASCIMENTO, Maria; WESCHENFELDE, Sara. **Necessidade de informação dos vereadores de Florianópolis: estudo de usuário**. Florianópolis. 2008.
- NAZZARI, Rosana. **Socialização política e capital social: empoderamento dos estudantes em Cascavel/PR**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 2007.
- NICOLETTI, André Selayaran. **Juventude em Ação: Uma discussão teórica acerca da Participação Juvenil na Disputa por vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul nas Eleições de 2010**. Rio Grande do Sul, 2013.
- NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Instituto Cidadania e Fundação Perseu. Abramo. SP, 2004.
- PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Editora Casa da Moeda, 1993.
- PÉREZ, Enrique. **Reflexiones sobre el desencanto democrático: El caso de los partidos políticos y los jóvenes em la ciudad de México**. Sociológica, 61, 95-134. 2006.
- PRALON, Eliana; FERREIRA, Gabriela. **Centralidade da Câmara Municipal de São Paulo no processo decisório**. Fapesp. São Paulo, 1998.
- QUEIROZ, Lucicleia. **Juventude, Lazer, Políticas Públicas e Participação**. Explorando os limites e potencialidades da participação de jovens na política pública em nível estadual e municipal: um estudo no estado do Acre, Brasil. Tese de doutorado. Universidade do Porto. 2013.
- RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.
- REBELLO, Maurício. **A fragmentação partidária no Brasil: visões e tendências**. 36º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, 2012.
- RECCHI, Ettore. (1999). Politics as Occupational Choice: Youth Self-Selection for Party Careers in Italy. European Sociological Review. In: NARDI, Milena; SOUZA, Lídio; MENANDRO, Maria. **Representações, identidade social e tensões interpartidárias: um estudo com jovens militares**. Pesquisas e Práticas. 2012
- ROCHA, Pedro. **O Perfil de Jovens Eleitos para a Câmara dos Deputados (2003 - 2011)**. Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v.3, n.5. 2014.

ROSANVALLON, Pierre. **La démocratie inachevée: Histoire de la souveraineté du peuple en France**. Paris: Gallimard. 2000.

ROSA, Gustavo; KAMIMURA, Quesia. **O poder das redes sociais: uma nova abordagem**. The 4th International Congress on University-Industry Cooperation – Taubate, SP. 2012.

ROSSETTO, Santo. **Síntese Histórica da Região Oeste**. Artigo publicado nos Cadernos do CEOM, v.1, n.1. 1989.

ROSSINI, Patrícia; LEAL, Paulo. **Efeitos da campanha virtual no universo das mídias sociais**. Revista Compolítica, n.3, vol.1. Belo Horizonte, 2013.

Secretaria Nacional de Juventude. **Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Agenda Juventude Brasil. Brasília, 2013.  
Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1981/1981.pdf>. Acesso em 4 abr 2018.

SCALON, Marina. Corrêa. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SCARROW, Susan. Political activism and party members. In: BRENNER, Ana. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. 2007.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Descobrimdo o Brasil. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2000.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, Daniel; SARRETA, Cátia. **A Crise Política e Institucional no Brasil**. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. XII Jornada Científica - Conflitos Mundiais: do local ao global. 2015.

SILVA, José Afonso. **Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo**. Revista de Informação Legislativa, n. 187. Brasília, 2010.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 40ª edição, editora Malheiros. São Paulo, 2017.

SINGER, Paul. A juventude como corte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro. **Retratos da Juventude Brasileira - Análises de uma pesquisa nacional**. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOARES, Carlos Dalmiro. **Evolução histórico-sociológica dos partidos políticos no Brasil Imperial 1998**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/1503/evolucao-historico-sociologica-dos-partidos-politicos-no-brasil-imperial#ixzz3mDKbHxYV>>. Acesso em: 29 mar de 2018.

SOUZA, Lídio. **Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência**. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2006.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventud y Políticas em Brasil. In: DAVILA, O.(Org.) **Políticas Públicas de Juventud en América Latina: políticas nacionales**. Vina Del Mar: CODPA, 2003.

TRE/SC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Eleições Municipais 2012**. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-municipais-2012/index.html>. Acesso em: 06 de mar de 2018.

TRE/SC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Eleições Municipais 2016**. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-municipais-2016/index.html>. Acesso em: 01 de mar de 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com as Juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

UOL. **Eleições 2016**. Informativo digital. São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/18/apenas-78-dos-vereadores-eleit-os-no-pais-tem-menos-de-29-anos.htm>. Acesso em: 04 mar de 2019.

URBINATI, Nadia. **O que torna a Representação Democrática?** Trabalho apresentado no Encontro Anual da American Political Science Association (Apsa), Washington (EUA). 2005.

VALLE, Marcus Vinicius. **Abordagem ao neoinstitucionalismo e seus desdobramentos em análises sobre o legislativo municipal**. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 8, n.1. Rio de Janeiro, 2017.

XANXERÊ, Prefeitura Municipal de. **Histórico, aspectos econômicos e geográficos**. Disponível em: <http://www.xanxere.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/4786>. Acesso em: 21 fev. 2018.

**ANEXOS**

## ANEXO I - Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS  
ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO: MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e outra é do pesquisador.

Título da pesquisa: PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM PLEITOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI).

Pesquisador responsável: Nathan Busnello Moreira

Endereço: Rua Olavo Bilac 483 apto 01, Centro Xanxerê-SC CEP 89820-000

Telefone para contato: (49) 99998-7919

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP/Unochapecó está localizado dentro da própria Instituição Bloco R3, 3º andar. Horário de funcionamento definido de segunda-feira a sexta-feira das 13h30min às 17h30min e das 18h30min às 22h27min para contato dos pesquisadores e participantes das pesquisas. Telefone e e-mail para contato, (49) 3321-8142, cep@unochapeco.edu.br.

O Objetivo desta pesquisa é de analisar a participação de jovens nos pleitos eleitorais das Câmaras de Vereadores, nos anos de 2012 e 2016, na região da AMAI.

A sua participação na pesquisa consiste na entrevistada com cerca de 26 perguntas que serão gravadas através de um gravador de voz digital para depois serem analisadas. O seu nome não aparecerá em nenhum momento do estudo, você não será identificado em hipótese alguma, também não será realizado registro fotográfico.

Por se tratar de uma pesquisa com entrevista, pode ocorrer o risco de haver algum desconforto devido à determinada pergunta do questionário, conforme Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.3.b. Entende-se por risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente, conforme Resolução CNS nº 466 de 2012, item II.22). Porém, toma-se o maior cuidado possível para que os procedimentos aplicados por esta pesquisa não ofereçam os riscos e desconfortos mencionados acima. Ressalta-se que lhe será garantida assistência imediata, sem ônus de qualquer espécie a sua pessoa com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.

Os benefícios esperados pela sua participação na pesquisa são relacionados a importância da sistematização das informações recebidas, para que eles (entrevistados) possam ter acesso a estas informações posteriormente, na direção de beneficiá-los enquanto candidatos e gestores, fortalecendo o campo de informações parlamentares.

As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade durante todas as fases da pesquisa. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão retornados a sua pessoa (sendo encaminhado o projeto final da pesquisa via e-mail). Você poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com o pesquisador responsável.

É garantido indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa.

Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pelo pesquisador, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisador e pesquisado), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

#### **CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Local: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do participante da pesquisa:

---

Assinatura do pesquisador responsável:

---

ANEXO II - Termo de consentimento para uso de imagem e voz

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS  
ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO: MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS

**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ**

**Título da pesquisa:** PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM PLEITOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI).

**Pesquisador responsável:** Nathan Busnello Moreira

Eu, \_\_\_\_\_ permito que o pesquisador relacionado acima obtenha gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional.

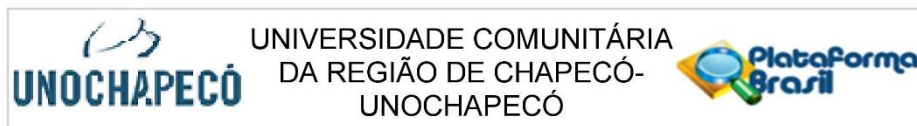
Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

## ANEXO III - Parecer consubstanciado comitê de ética em pesquisa



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM PLEITOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI)

**Pesquisador:** Nathan Busnello Moreira

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 94777218.2.0000.0116

**Instituição Proponente:** Universidade Comunitária Regional de Chapecó

**Patrocinador Principal:** SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.841.075

**Apresentação do Projeto:**

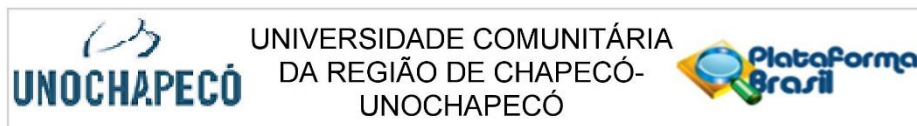
O presente estudo está vinculado à linha de pesquisa 1 (Problemáticas Regionais e Políticas Sociais) do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, que visa desenvolver estudos que subsidiem a formulação, execução e avaliação de políticas públicas e sociais relativos às problemáticas da região, levando em consideração seus condicionantes internos e externos. Tendo como objetivo analisar a ação política dos modelos organizacionais mais frequentes, tais como: conselhos, fóruns, ONGs, movimentos sociais, cooperativas, fundações e grupos empresariais.

Cabe ressaltar que se trata de um estudo qualitativo, que terá como objetivo principal analisar a participação de jovens em pleitos eleitorais na região da AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificada.

O território da microrregião da AMAI abrange 14 municípios: Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuaçú, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Ponte Serrada, Passos Maia, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

Nesta primeira etapa então realizou-se pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos, páginas de web sites) e documental (tabelas estatísticas do TRE-SC). Nesta

<b>Endereço:</b>	Servição Anjo da Guarda, nº 295 - D		
<b>Bairro:</b>	Efapi	<b>CEP:</b>	89.809-900
<b>UF:</b>	SC	<b>Município:</b>	CHAPECO
<b>Telefone:</b>	(49)3321-8142	<b>Fax:</b>	(49)3321-8142
		<b>E-mail:</b>	cep@unochapeco.edu.br



Continuação do Parecer: 2.841.075

etapa deu-se o levantamento sobre o perfil dos candidatos nos pleitos eleitorais 2012 e 2016 na faixa etária entre 18-29 anos dos quatorze (14) municípios da região da AMAI.

A estimativa é de realizar 35 entrevistas, contendo candidatos de municípios de pequeno, médio e grande porte (pequeno: 2.000 hab. a 10.000; médio: 10.000 hab. a 20.000 e grande de 20.001 a 50.000) observando também a diversidade dos candidatos entrevistados (profissão, escolaridade, faixa etária, gênero, entre outros).

As entrevistas serão realizadas no local mais adequado e viável conforme necessidade dos sujeitos participantes, como sugestão casa ou local de trabalho. A gravação das falas dos entrevistados será realizada através de gravador de voz digital. Para comunicação com os sujeitos participantes será utilizando de contato telefônico, redes sócias e site das câmaras.

Na última etapa, será realizada a análise e interpretação dos dados, conforme análise de conteúdo temático de Minayo

#### **Objetivo da Pesquisa:**

##### **OBJETIVO GERAL**

Analisar a participação de jovens em pleitos eleitorais na região da AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani.

##### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Caracterizar o perfil dos jovens candidatos (as) eleitos e suplentes em pleitos eleitorais na região da AMAI;

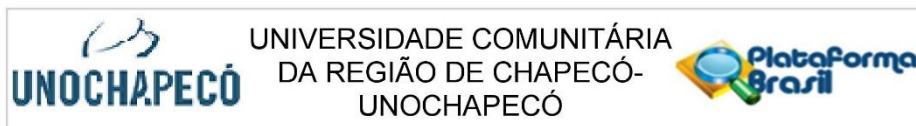
Investigar os contextos e motivos (políticos, sociais e culturais) que influenciam a inserção de jovens em pleitos eleitorais;

Compreender as percepções dos jovens sobre a atuação legislativa.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

<b>Endereço:</b> Servidão Anjo da Guarda, nº 295 - D	
<b>Bairro:</b> Efapi	<b>CEP:</b> 89.809-900
<b>UF:</b> SC	<b>Município:</b> CHAPECO
<b>Telefone:</b> (49)3321-8142	<b>Fax:</b> (49)3321-8142
	<b>E-mail:</b> cep@unochapeco.edu.br



Continuação do Parecer: 2.841.075

Por se tratar de uma pesquisa com entrevista, pode ocorrer o risco de haver algum desconforto devido à determinada pergunta do questionário, conforme Resolução CNS no 466 de 2012, item IV.3.b. Entende-se por risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente, conforme Resolução CNS no 466 de 2012, item II.22). Porém, toma-se o maior cuidado possível para que os procedimentos aplicados por esta pesquisa não ofereçam os riscos e desconfortos mencionados acima. Cabe ressaltar que lhe será garantida assistência imediata, sem ônus de qualquer espécie a sua pessoa com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.

**Benefícios:**

- O estudo está vinculado à linha de pesquisa 1 (Problemáticas Regionais e Políticas Sociais) do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, que visa desenvolver estudos que subsidiem a formulação, execução e avaliação de políticas públicas e sociais relativos às problemáticas da região, levando em consideração seus condicionantes internos e externos.
- Fornecerá informações para o campo de pesquisa sobre a participação do jovem na atividade legislativa na região da AMAI haja vistas, que são escassos os estudos sobre esta temática no estado de Santa Catarina e na região Oeste, conforme levantamento realizado no Catálogo de Testes e Dissertações do CAPES, Google Acadêmico, Scielo, etc.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa bem delineada.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos estão de acordo

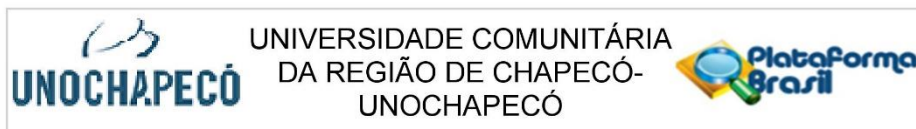
**Recomendações:**

Não há

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências

**Endereço:** Servidão Anjo da Guarda, nº 295 - D  
**Bairro:** Efapi **CEP:** 89.809-900  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)3321-8142 **Fax:** (49)3321-8142 **E-mail:** cep@unochapeco.edu.br



Continuação do Parecer: 2.841.075

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Assim, mediante conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como Aprovado, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 466/12/CNS e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde/MS.

O CEP/UNOCHAPECÓ LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA. É OBRIGATÓRIO O ENVIO A ESTE CEP, OS RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL DA PESQUISA.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1167739.pdf	31/07/2018 10:50:16		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	31/07/2018 10:49:13	Nathan Busnello Moreira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_consentimento.doc	31/07/2018 10:48:26	Nathan Busnello Moreira	Aceito
Outros	Roteiro.docx	24/07/2018 12:02:29	Nathan Busnello Moreira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_voz.doc	24/07/2018 11:59:56	Nathan Busnello Moreira	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	10/07/2018 08:42:40	Nathan Busnello Moreira	Aceito

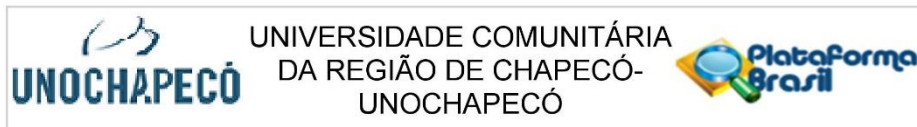
**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Servidão Anjo da Guarda, nº 295 - D  
 Bairro: Efapi CEP: 89.809-900  
 UF: SC Município: CHAPECÓ  
 Telefone: (49)3321-8142 Fax: (49)3321-8142 E-mail: cep@unochapeco.edu.br



Continuação do Parecer: 2.841.075

CHAPECO, 24 de Agosto de 2018

---

**Assinado por:**  
**Altamir Trevisan Dutra**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Servidão Anjo da Guarda, nº 295 - D  
**Bairro:** Efapi **CEP:** 89.809-900  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)3321-8142 **Fax:** (49)3321-8142 **E-mail:** cep@unochapeco.edu.br

## APÊNDICES

## APÊNDICE I - Roteiro de Entrevista para Candidatos Não Eleitos

**ROTEIRO DE ENTREVISTA****NOME:****MUNICÍPIO:****PERFIL DO ENTREVISTADO****1. NOME:****2. MUNICÍPIO:****3. SEXO:** 1 ( ) Masculino 2 ( ) Feminino**4. IDADE:** \_\_\_\_\_ anos**5. RAÇA:** 1 ( ) Branca 2 ( ) Preta 3 ( ) Indígena 4 ( ) Parda 4 ( ) Outra raça, qual? \_\_\_\_\_**6. ESTADO CIVIL:** 1 ( ) Solteiro(a) 2 ( ) Casado(a)-vive junto 3 ( ) Viúvo(a) 4 ( ) Outra situação, qual? \_\_\_\_\_**7. RELIGIÃO:** 1 ( ) Católica 2 ( ) Evangélica 3 ( ) Espírita 4 ( ) Afro-brasileira (umbanda-candomblé, outras) 4 ( ) Orientais (budistas-seicho-no-iê, outras) 5 ( ) Acredita em Deus, mas não tem religião 6 ( ) Ateu 7 ( ) Outra religião, qual? \_\_\_\_\_**8. ESCOLARIDADE:** 1 ( ) Ensino Fundamental Incompleto 2 ( ) Ensino Fundamental Completo 3 ( ) Ensino Médio Incompleto 4 ( ) Ensino Médio Completo 5 ( ) Ensino Superior Incompleto 6 ( ) Ensino Superior Completo**9. LOCAL DE NASCIMENTO:** \_\_\_\_\_ (Município e UF)**10. ATIVIDADE PROFISSIONAL ATUAL:** \_\_\_\_\_**11. FILIAÇÃO /COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA ATUAL:**  
\_\_\_\_\_**12. NUMERO DE PLEITOS DISPUTADOS:** \_\_\_\_\_**13. Pleito Disputado:** ( ) 2012 ( ) 2016 ( ) 2012 e 2016**13.1.** 2012: ( ) Eleito ( ) Não Eleito ( ) Não disputei**13.2.** 2016: ( ) Eleito ( ) Não Eleito ( ) Não disputei

### **CONTEXTOS E MOTIVOS**

- 14.** Como ocorreu sua filiação partidária e quais fatores influenciaram este processo?
- 15.** Antes de concorrer em um pleito eleitoral, você participava de movimentos sociais, grupos ou entidades? Se a resposta for sim, que tipo de movimento/grupo/entidade, nível de participação, tempo e função:
- 16.** Quando e quais motivos fizeram você se interessar pela política partidária?
- 17.** Membros de sua família já estiveram vinculados à esfera política ou pública, a exemplo de partidos políticos, movimentos sociais, associações de classe, entre outros?
- 18.** Sua família e amigos apoiaram sua candidatura? De que forma?
- 19.** No que se refere a sua atividade profissional, a mesma inibiu ou contribuiu para sua candidatura?
- 20.** Como viabilizou financeiramente sua candidatura?
- 21.** Você se candidatará novamente? ( ) sim ( ) não ( ) talvez . Quais os motivos?
- 22.** Como ocorre (u) a construção das suas relações sociais antes de ser candidato com a comunidade, grupos, entidades do seu município?
- 23.** Você se sentiu representado em relação aos votos recebidos, considerando a sua trajetória e plataforma de trabalho proposta na candidatura?

Outros comentários relevantes:

## APÊNDICE II - Roteiro de Entrevista para Candidatos Eleitos

**ROTEIRO DE ENTREVISTA****NOME:****MUNICÍPIO:****PERFIL DO ENTREVISTADO****1. NOME:****2. MUNICÍPIO:****3. SEXO:** 1 ( ) Masculino 2 ( ) Feminino**4. IDADE:** \_\_\_\_\_ anos**5. RAÇA:** 1 ( ) Branca 2 ( ) Preta 3 ( ) Indígena 4 ( ) Parda 4 ( ) Outra raça, qual? \_\_\_\_\_**6. ESTADO CIVIL:** 1 ( ) Solteiro(a) 2 ( ) Casado(a)-vive junto 3 ( ) Viúvo(a) 4 ( ) Outra situação, qual? \_\_\_\_\_**7. RELIGIÃO:** 1 ( ) Católica 2 ( ) Evangélica 3 ( ) Espírita 4 ( ) Afro-brasileira (umbanda-candomblé, outras) 4 ( ) Orientais (budistas-seicho-no-iê, outras) 5 ( ) Acredita em Deus, mas não tem religião 6 ( ) Ateu 7 ( ) Outra religião, qual? \_\_\_\_\_**8. ESCOLARIDADE:** 1 ( ) Ensino Fundamental Incompleto 2 ( ) Ensino Fundamental Completo 3 ( ) Ensino Médio Incompleto 4 ( ) Ensino Médio Completo 5 ( ) Ensino Superior Incompleto 6 ( ) Ensino Superior Completo**9. LOCAL DE NASCIMENTO:** \_\_\_\_\_ (Município e UF)**10. ATIVIDADE PROFISSIONAL ATUAL:** \_\_\_\_\_**11. FILIAÇÃO /COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA ATUAL:**  
\_\_\_\_\_**12. NUMERO DE PLEITOS DISPUTADOS:** \_\_\_\_\_**13. Pleito Disputado:** ( ) 2012 ( ) 2016 ( ) 2012 e 2016**13.1. 2012:** ( ) Eleito ( ) Não Eleito ( ) Não disputei

13.2. 2016: ( ) Eleito ( ) Não Eleito ( ) Não disputei

### **CONTEXTOS E MOTIVOS**

14. Como ocorreu sua filiação partidária e quais fatores influenciaram este processo?
15. Antes de concorrer em um pleito eleitoral, você participava de movimentos sociais, grupos ou entidades? Se a resposta for sim, que tipo de movimento/grupo/entidade, nível de participação, tempo e função:
16. Quando e quais motivos fizeram você se interessar pela política partidária?
17. Membros de sua família já estiveram vinculados à esfera política ou pública, a exemplo de partidos políticos, movimentos sociais, associações de classe, entre outros?
18. Sua família e amigos apoiaram sua candidatura? De que forma?
19. No que se refere a sua atividade profissional, a mesma inibiu ou contribuiu para sua candidatura?
20. Como viabilizou financeiramente sua candidatura?
21. Você se candidatura novamente? ( ) sim ( ) não ( ) talvez . Quais os motivos?
22. Como ocorre (u) a construção das suas relações sociais antes de ser candidato com a comunidade, grupos, entidades do seu município?
23. Você se sentiu representado em relação aos votos recebidos, considerando a sua trajetória e plataforma de trabalho proposta na candidatura?

### **PERCEPÇÃO SOBRE SUA ATUAÇÃO PARLAMENTAR**

24. Como avalia o trabalho do legislativo no município?
25. Como ocorrem as relações partidárias e políticas com os colegas vereadores?
26. Avalie a relação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo?
27. Como você avalia a participação de candidatos e parlamentares jovens? Quais as dificuldades e potencialidades?

28. Em seu mandato, como ocorre a relação com os eleitores, população em geral, grupos/entidades/associações e quais mecanismos de comunicação são utilizados?
29. Como concilia as demais atividades profissionais e pessoais com a vida pública do legislativo?
30. Avalie a sua atuação legislativa perante a opinião pública e quais propostas e projetos você tem conseguido viabilizar?
31. Quais as dificuldades e momentos satisfatórios da função que exerce(u)?
32. Com relação ao futuro, possui pretensões em novos projetos que envolvam disputa de pleitos eleitorais? Caso sim, quais os espaços pretendidos?

Outros comentários relevantes: